

**FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DO ALTO SÃO
FRANCISCO- FASF**

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

LORENA MIKAELLY ZICA SILVA

**CONTABILIDADE FINANCEIRA E COOPERATIVAS DE CRÉDITO: um estudo de
caso realizado nos sistemas de cooperativas de crédito SICOOB, SICREDI e o retorno
ao cooperado nos anos de 2016, 2017 e 2018.**

LUZ-MG

2019

LORENA MIKAELLY ZICA SILVA

CONTABILIDADE FINANCEIRA E COOPERATIVAS DE CRÉDITO: um estudo de caso realizado nos sistemas de cooperativas de crédito SICCOOB, SICREDI e o retorno ao cooperado nos anos de 2016, 2017 e 2018.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Alto São Francisco - FASF, como quesito parcial para obtenção do título de bacharel no curso de Ciências Contábeis.

Área de concentração: Contabilidade das instituições financeiras.

Orientadora: Graziela Renata dos Santos

LUZ-MG

2019

FICHA CATALOGRÁFICA

Catálogo: Antônio Jorge Resende Júnior / Biblio. Crb 6/2041

Silva, Lorena Mikaelly Zica

S581c Contabilidade financeira e cooperativas de créditos: um estudo de caso realizado nos sistemas de cooperativas de crédito SICOOB e SICREDI, e suas vantagens ao cooperado. Lorena Mikaelly Zica Silva. Luz – MG: FASF -- 201.
100 f.

Orientadora: Prof^a. Esp. Graziela Renata dos Santos

Monografia apresentada à Faculdade de Filosofia Ciências e Letras do Alto São Francisco no Curso de Contabilidade.

1.Cooperativas de crédito. 2. Demonstrações contábeis. .3. Cooperativismo. I. Título.

CDD 657

LORENA MIKAELLY ZICA SILVA

CONTABILIDADE FINANCEIRA E COOPERATIVAS DE CRÉDITO: um estudo de caso realizado nos sistemas de cooperativas de crédito SICOOB, SICREDI e o retorno ao cooperado nos anos de 2016, 2017 e 2018.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Alto São Francisco- FASF, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora

Prof. Esp Graziela Renata dos Santos

Esp. Breno Henrique Ferreira dos Santos

Esp. Rafael Henrique Silva

Luz, 12 de novembro de 2019

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por ter me dado forças e saúde para permanecer até o final dessa etapa.

Agradeço a minha mãe Elisa, ao meu pai Marcelo e a minha irmã Marcela, por sempre me apoiar nos meus sonhos estando sempre ao meu lado me ajudando indiretamente para realização dessa pesquisa me fortalecendo e dando apoio em momentos que pensei em desistir.

Agradeço ao meu namorado por ter me fortalecido sempre dizendo que eu iria conseguir, para ficar calma, que iria dar tudo certo. Me ajudando também a treinar minha apresentação e me ajudando a melhora-la cada vez mais.

Agradeço também ao meu primeiro orientador Eliezer Carneiro que foi a base que me ajudou a iniciar a pesquisa, me ajudando ter uma base sólida para que eu consiga concluí-la. A orientadora Graziela Renata que me ajudou a melhorar a pesquisa e concluí-la.

Ao professor Lindomar Ribeiro meus encarecidos agradecimentos, por mesmo não sendo meu orientador, me ajudou muito na realização das análises e interpretação dos dados.

Agradeço ao professor Wesley Mendes que me ajudou no início na introdução da pesquisa, me deu uma base de como realizar a introdução, me tirando do escuro.

Por fim, agradeço a todos que participaram indiretamente e diretamente para que esse trabalho possa ser realizado.

“Nada é suficientemente bom. Então vamos fazer o que é certo, dedicar o melhor de nossos esforços para atingir o inatingível, desenvolver ao máximo os dons que Deus nos concedeu, e nunca parar de aprender.”

Ludwig van Beethoven

RESUMO

O presente estudo teve como principal objetivo realizar análise das demonstrações contábeis através de índices e aplicar análise horizontal e vertical nos sistemas de cooperativas de crédito SICOOB E SICREDI dos anos de 2016, 2017 e 2018. Buscou-se demonstrar a evolução financeira dos sistemas e apontar qual nos apresentou o melhor retorno financeiro ao seu associado. Foi realizada primeiramente uma pesquisa bibliográfica a respeito dos temas relevantes para a pesquisa, em seguida foi feita uma coleta documental das demonstrações contábeis e realizado os devidos cálculos das análises horizontal e vertical e dos cálculos dos índices de liquidez, de rentabilidade, financeiros e de endividamento do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício dos referidos anos. Com os resultados, observou-se que os sistemas apresentaram aumento de endividamento nos três anos analisados, evolução dos ativos e evolução no capital próprio. Sugeriu-se aos sistemas fazerem um estudo de seu endividamento para que possam observar a composição do endividamento e controlá-lo.

PALAVRAS-CHAVE: Cooperativas de créditos. Demonstrações contábeis. Cooperativismo. Análise de índices.

ABSTRACT

The main objective of the present study is to perform financial statement analysis through indexes and to apply horizontal and vertical analysis to SICOOB and SICREDI credit union systems in 2016, 2017 and 2018, aiming to demonstrate the financial evolution of the systems and to indicate which of the systems presents a better financial return to your associate. Firstly, a bibliographic research was carried out regarding the relevant topics for the research, followed by a documentary collection of the financial statements and the proper calculations of the horizontal and vertical balance sheet analysis and the income statement for the year and the financial statements. calculations of liquidity, profitability, financial and indebtedness ratios. With the results it was observed that the systems present increase of indebtedness in the three analyzed years, presented evolution of the assets, evolution in the equity. The systems were suggested to study their indebtedness so that they can observe the composition of the indebtedness and control it.

KEYWORDS: Credit unions. Accounting statements. Cooperativism. Index Analysis

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Bibliometria da palavra-chave "Cooperativas de crédito".....	17
Tabela 2 - Índice de liquidez geral dos sistemas SICOOB e SICREDI de 2016 a 2018	64
Tabela 3 - Índice de liquidez corrente dos sistemas SICOOB e SICREDI de 2016 a 2018	65
Tabela 4 - Índice de liquidez imediata dos sistemas SICOOB e SICREDI de 2016 a 2018 ...	66
Tabela 5 - Índice de margem operacional dos sistemas SICOOB e SICREDI de 2016 a 2018.	68
Tabela 6 - Índice de margem bruta dos sistemas SICOOB e SICREDI de 2016 a 2018.....	69
Tabela 7 - Índice de retorno sobre o ativo dos sistemas SICOOB e SICREDI de 2016 a 2018.	71
Tabela 8 - Índice de retorno sobre capital próprio dos sistemas SICOOB e SICREDI de 2016 a 2018	72
Tabela 9 - Índice de endividamento participação de capital de terceiros dos sistemas SICOOB e SICREDI de 2016 a 2018	74
Tabela 10 - Índice de endividamento total dos sistemas SICOOB e SICREDI de 2016 a 2018.	75

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 - Esquema de Pesquisa	52
Figura 2 - Análise vertical e horizontal do balanço patrimonial combinado do sistema SICOOB dos anos de 2016, 2017 e 2018.....	56
Figura 3 - Análise vertical e horizontal demonstração combinada do resultado sistema SICOOB dos anos de 2016, 2017 e 2018.....	58
Figura 4 - Análise vertical e horizontal balanço patrimonial combinado do sistema SICREDI.	60
Figura 5 - Análise vertical e horizontal demonstração combinado do resultado do sistema SICREDI.....	62
Figura 6 - Índice de liquidez geral dos sistemas SICOOB e SICREDI de 2016 a 2018	65
Figura 7 - Índice de liquidez corrente dos sistemas SICOOB e SICREDI de 2016 a 2018	66
Figura 8 - Índice de liquidez imediata dos sistemas SICOOB e SICREDI de 2016 a 2018....	67
Figura 9 - Índice de rentabilidade margem operacional dos sistemas SICOOB e SICREDI de 2016 a 2018.....	69
Figura 10 - Índice de rentabilidade margem bruta dos sistemas SICOOB e SICREDI de 2016 a 2018	70
Figura 11 - Retorno sobre ativos dos sistemas SICOOB e SICREDI de 2016 a 2018....	71
Figura 12 - Retorno sobre capital próprio dos sistemas SICOOB e SICREDI de 2016 a 2018.	73
Figura 13 - Participação de capital de terceiros dos sistemas SICOOB e SICREDI de 2016 a 2018	75
Figura 14 - Endividamento total dos sistemas SICOOB e SICREDI de 2016 a 2018	76

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Princípios cooperativistas	21
Quadro 2 - Cooperativas singulares, centrais e confederações	24
Quadro 3 - Balanço Patrimonial.....	29
Quadro 4 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (método direto).....	31
Quadro 5 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (método indireto).....	32
Quadro 6 - Demonstração do Resultado do exercício.....	34
Quadro 7 - Formula de índice de liquidez geral.....	40
Quadro 8 - Formula de índice de liquidez seca.....	40
Quadro 9 - Fórmula índice de liquidez corrente.....	40
Quadro 10 - Fórmula índice de liquidez imediata.....	41
Quadro 11 - Formula do índice margem operacional	41
Quadro 12 - Formula do índice de margem bruta	42
Quadro 13 - Fórmula do retorno sobre ativos	42
Quadro 14 - Fórmula do Retorno sobre capital próprio	43
Quadro 15 - Formula do índice de endividamento geral.....	43
Quadro 16 - Formula do índice de endividamento total.....	44
Quadro 17 - Fórmula da taxa de retorno sobre o investimento	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN	Banco Central do Brasil
BP	Balanço Patrimonial
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional
CVM	Comissão dos Valores Mobiliários
DMPL	Demonstração da Variação do Patrimônio Líquido
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
FGCOOP	Fundo Garantidor do Cooperativismo
LC	Liquidez Corrente
LG	Liquidez Geral
LI	Liquidez Imediata
LS	Liquidez Seca
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SICOOB	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
SICREDI	Sistema de Crédito Cooperativo
SNCC	Sistema Nacional de Crédito Cooperativo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Justificativa	15
1.2 Problema e hipótese.....	17
1.3 Objetivos.....	18
1.3.1 Objetivo geral.....	18
1.3.2 Objetivos específicos.....	18
2 REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1 Cooperativismo	20
2.2 Cooperativas de crédito.....	22
2.3 Panorama atual do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC)	24
2.4 Contabilidade nas cooperativas de crédito.....	25
2.5 Demonstrações contábeis	27
2.6.1 Balanço Patrimonial (BP)	28
2.6.2 Demonstração de Fluxo de caixa (DFC)	30
2.6.3 Demonstração do resultado de exercício (DRE)	33
2.6.4 Demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL)	35
2.6.5 Notas explicativas	35
2.7 Análises das demonstrações contábeis.....	36
2.7.1 Análises horizontal e vertical.....	37
2.7.2 Análises de índices	38
2.7.2.1 Índices de liquidez	39
2.7.2.2 Índices de rentabilidade	41
2.7.2.3 Índices financeiros	42
2.7.2.4 Índices de endividamento.....	43
2.7.3 Taxa de retorno sobre o investimento.....	44
2.8 Cooperativismo de crédito	44
2.9 Síntese do referencial teórico	45
3 METODOLOGIA	47
3.1 Sob o ponto de vista da abordagem.....	47
3.2 Sob o ponto de vista dos objetivos	48
3.3 Sob o ponto de vista dos procedimentos técnicos.....	48
3.4 Unidade de análise	49

3.5 Instrumento de coleta de dados.....	50
3.6 Tratamento de dados.....	51
4 RESULTADO E DISCUSSÃO.....	54
4.1 Análise horizontal e vertical	55
4.2 Análise dos índices	63
4.2.1 Índices de liquidez	63
4.2.2 Índices de rentabilidade	67
4.2.3 Índices financeiros	70
4.2.4 Índices de endividamento.....	73
4.3 Síntese dos resultados e discussão	76
5 CONCLUSÃO.....	78
REFERENCIAS.....	80
APÊNDICES	86
ANEXOS.....	91

1 INTRODUÇÃO

As cooperativas de crédito são associações de pessoas sem fins lucrativos, que realizam suas atividades com objetivo de beneficiar seus cooperados. Nas cooperativas o que importa são seus cooperados; eles é quem são os donos da instituição. Através das cooperativas os cooperados podem crescer financeiramente. Os recursos que são adquiridos pelas cooperativas de créditos são investidos e aplicados nas próprias comunidades onde estão localizadas as agências, sendo que os resultados que a cooperativa obtém também são distribuídos aos associados de acordo com a movimentação que cada um teve no ano.

Através das cooperativas de crédito, os associados podem dispor de benefícios como: atendimento personalizado; taxas de juros de empréstimos e financiamentos são geralmente mais baixas que as oferecidas nas demais instituições financeiras, os recursos aplicados são investidos a favor da sociedade e as sobras que a cooperativa obtiver são divididas entre eles.

As cooperativas de crédito estão se desenvolvendo no Brasil aumentando suas agências e pontos de atendimento no decorrer dos anos. De acordo com a Revista Exame (2018), o número de agências físicas cresceu 17% nos últimos cinco anos.

As pessoas aderem ao cooperativismo de crédito, tornando-se novos cooperados e adquirindo produtos e serviços das cooperativas de crédito. Segundo o Banco Central (2017), o número de cooperados cresceu 8% no ano de 2017 em relação ao ano de 2016, dando uma média de 60.000 cooperados por mês.

A Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) (2018) informa que o Brasil possui 909 cooperativas de crédito que empregam 67.267 pessoas. O segmento atende 9.840.977 cooperados espalhados por todo o Brasil sendo que 43% desses cooperados não possuem conta em nenhuma outra instituição bancária.

Este estudo trata de um Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso sobre o tema: Contabilidade financeira e cooperativas de crédito objetivando analisar as demonstrações contábeis dos sistemas: SICCOOB, SICREDI nos anos de 2016 a 2018 com o intuito de demonstrar qual sistema demonstra maior evolução financeira e proporciona maior retorno financeiro ao associado.

A realização deste estudo se justifica pela razão de o setor cooperativista, como citado anteriormente, crescer no mercado, sendo que em 172 municípios é o único meio em que as pessoas podem efetuar transações financeiras. O setor cooperativista é de importância para a sociedade, já que os recursos próprios de cada cooperado são aplicados e as cooperativas assumem os riscos em favor da comunidade onde estão sediadas.

Segundo Soares e Sobrinho (2008), as cooperativas de crédito contribuem para o desenvolvimento local sustentavelmente, devido ao fato de conseguirem formar poupança e de fornecerem financiamentos com taxas mais acessíveis, permitindo uma melhor distribuição de renda e geração de empregos na sociedade.

A abordagem teórica conceitual será feita com base nos estudos de Zdanowicz (2014) e também a Organização das cooperativas do Brasil (2019) sobre o cooperativismo; Assaf Neto (2018) sobre cooperativas de crédito; OCB (2019) e BACEN (2018) sobre o Sistema Nacional de Crédito Coeprativo; Zdanowicz (2014) referente à contabilidade nas cooperativas de crédito; Iudícibus, Marion e Faria (2018) sobre as demonstrações contábeis; Hoji (2017) sobre análises horizontais e verticais; Padoveze (2017) referente a análises de índices contábeis.

Já a abordagem teórico-metodológica elaborada com base em uma pesquisa quantitativa pois foi realizada análise de dados quantitativos das demonstrações contábeis através de cálculos de índices financeiros usados pela contabilidade e uma pesquisa qualitativa, pois foram analisados e interpretados os dados obtidos através dos cálculos e feita uma análise contábil. Foi feita em forma de uma pesquisa descritiva, através de um estudo de caso realizado em dois sistemas cooperativistas do Brasil.

1.1 Justificativa

O sistema financeiro Nacional oferece um leque de opções para as pessoas aplicarem os seus recursos financeiros e também adquirir empréstimos e financiamento no mercado financeiro. Uma das instituições que faz parte do mercado financeiro são as cooperativas de crédito que crescem constantemente no Brasil.

Justifica-se esse estudo pela necessidade que as pessoas têm de conhecer mais as oportunidades que o mercado financeiro lhes proporciona. Através da análise das demonstrações contábeis feitas nos dois sistemas de cooperativas de crédito, os cooperados poderão visualizar melhor como as cooperativas de crédito estão evoluindo no mercado financeiro, trazendo opções mais baratas e oferecendo retorno de investimento aos seus associados. O cooperado visualizará melhor sobre qual sistema cooperativista pode ser mais adequado para o seu perfil e que dê maior retorno econômico e financeiro, proporcionando uma base de conhecimento para que esse cooperado possa tomar a decisão de como e onde investir seus recursos financeiros.

Este estudo faz-se necessário para que as pessoas possam entender como o cooperativismo de crédito cresce no mercado financeiro, trazendo melhores serviços com menor preço e oferecendo retorno ao associado.

No estudo serão feitas análises de índices usando os dados econômicos e financeiros dos sistemas de cooperativas de crédito, proporcionando informações sobre a rentabilidade, o endividamento, a evolução dos ativos e também a evolução do patrimônio das cooperativas. As análises aplicadas a este trabalho são importantes, pois as informações serão fornecidas de forma clara e precisa para auxiliar na tomada de decisão de cada usuário.

Deve-se salientar a importância deste estudo para associados das cooperativas de crédito, uma vez que os associados são usuários e, ao mesmo tempo, donos do negócio. São usuários ao desfrutar dos produtos e serviços oferecidos pelas cooperativas e donos, pois, participam da gestão da cooperativa por meio do direito a voto em assembleias, candidatura aos cargos dos conselhos e participação nas sobras ou perdas.

Através deste estudo, os cooperados podem ter uma base comparativa dos sistemas de cooperativas de crédito. Assim, os associados de cooperativas poderão ter informações de como o seu sistema está evoluindo, e, através disso, ter conhecimento de como está o retorno sobre o capital que o mesmo aplicou na cooperativa onde ele está inserido, frente ao retorno que os outros sistemas estão oferecendo aos seus associados, podendo, assim, ter capacidade de tomar a decisão de qual sistema cooperativas é o melhor para ele.

No ponto de vista dos gestores de cooperativas, este trabalho se faz importante para que eles tenham informações que serão fornecidas através das análises das demonstrações contábeis. Através dessas informações, eles poderão reconhecer os pontos fracos e tentar melhorá-los, conhecer seus pontos fortes para que possam sempre estar inovando e melhorando nas prestações de serviços e taxas aos seus cooperados. Podem assim, comparar o retorno do capital que cada sistema oferece e comparar a qual ele melhor se adequaria para obter melhor retorno econômico e financeiro.

Sob o ponto de vista da comunidade acadêmica, foi feita uma pesquisa de bibliometria nos repositórios de teses e dissertações de cinco importantes universidades do Brasil, levando em consideração as publicações de dissertações de mestrados e teses de doutorado feitas nos anos de 2016 a 2018, buscando as palavras chaves “Cooperativas de crédito”.

Tabela 1 - Bibliometria da palavra-chave “Cooperativas de crédito”.

Bibliometria da palavra-chave "Cooperativas de crédito", período (2016-2018).									
IES	2016		2017		2018		Total		Total Geral
	M	D	M	D	M	D	M	D	
USP	11	7	4	5	3	7	18	19	37
UFSC	3	0	5	4	3	0	11	4	15
UNICAMP	1	3	4	2	1	3	6	8	14
PUC-SP	1	3	2	1	2	1	5	5	10
UFU	2	0	1	1	4	2	7	3	10
Total	18	13	16	13	13	13	47	39	86

Fonte: repositório da USP; UFSC; UNICAMP; PUC-SP; UFU (2019).

A pesquisa é importante também para a autora, pois, possibilita-lhe abranger seu conhecimento sobre o mercado financeiro, conhecendo outras possibilidades que as Instituições financeiras podem oferecer. Assim, a autora como usuária da pesquisa poderá ter uma base comparativa para tomar decisões sobre as cooperativas de crédito e qual lhe proporciona maior retorno de investimento.

1.2 Problema e hipótese

Com o evidente crescimento do cooperativismo de crédito no Brasil, notou-se a necessidade de pesquisas sobre o assunto. Segundo Bacen (2016) 75% das cooperativas de crédito são distribuídas em seis principais sistemas de cooperativismo, SICOOB, SICREDI, UNICRED, CECRED, CRESOL E UNIPRIME, sendo os dois maiores SICOOB e SICREDI. Cada sistema tem sua particularidade e oferece retorno específicos aos seus associados. Percebe-se a necessidade de um estudo para mostrar aos associados qual sistema é mais adequado ao seu perfil e qual desses sistemas está evoluindo econômico e financeiramente, podendo proporcionar maior retorno ao seu associado.

Devido a necessidade que os associados e gestores de cooperativas têm de obter informações claras e objetivas sobre a evolução financeira do sistema de cooperativa de crédito onde elas estão inseridas e poder comparar com outros sistemas, foi formulada a questão problema deste presente estudo: Qual a evolução financeira dos sistemas de cooperativas de crédito SICOOB ou SICREDI, de acordo com as análise das demonstrações contábeis dos anos de 2016, 2017 e 2018 e qual proporciona maior retorno financeiro ao seu associado?"

A resposta do problema será fundamentada com as análises das demonstrações contábeis que serão feitas através de índices contábeis e conceituada através da confrontação de ideias de autores diferentes em anos diferentes.

Segundo o Ranking do anuário Valor dos grandes grupos que apresenta as principais corporações em atividade no país que é feito pelo jornal Valor Econômico, em 2017 o SICCOOB se destaca na primeira colocação entre os grupos empresariais que mais cresceram por receita no setor de finanças e na quinta colocação entre as dez empresas dos setores de comércio, indústria, serviços e finanças que mais cresceram por receita.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Demonstrar a evolução financeira dos sistemas SICCOOB e SICREDI de acordo com as análises das demonstrações contábeis dos anos de 2016, 2017 e 2018 com o intuito de demonstrar qual sistema apresenta melhor retorno financeiro ao cooperado

1.3.2 Objetivos específicos

- Realizar análises horizontal e vertical do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício dos sistemas de cooperativas SICCOOB e SICREDI, nos anos de 2016 a 2018.
- Aplicar análises contábeis através de índices (rentabilidade, liquidez, endividamento) nas demonstrações contábeis de 2016, 2017 e 2018.
- Classificar, a partir das análises contábeis aplicadas, os resultados com o intuito de indicar ao cooperado o sistema de melhor retorno financeiro no período.

O estudo está sendo estruturado em seis partes: a primeira é formada pela introdução que se subdivide em três partes: a justificativa, o problema e hipótese e o objetivo geral e específicos; o segundo fragmento se refere ao referencial teórico em que serão abordados assuntos importantes para a realização da pesquisa como: cooperativas de crédito, normas que a contabilidade das cooperativas de crédito estão expostas, as demonstrações contábeis e suas respectivas análises A terceira divisão é a metodologia que, segundo Manual de Normatização de Trabalhos Acadêmicos da FASF (2017), trata da explicação detalhada, clara e bem rigorosa

do caminho que foi percorrido para execução do trabalho. A quarta parte é formada pelo o resultado e discussão, onde será feito as análises e realizado as discussões pertinentes a elas. A quinta parte é composta pela conclusão, na qual estão as principais conclusões tiradas ao decorrer da pesquisa, respondendo os objetivos e a questão problema e sugerindo alguma melhoria. E a sexta e última parte são as referências que foram utilizadas para a realização desta pesquisa.

Na próxima seção será tratado o referencial teórico, nele serão abordados assuntos importantes para a compreensão do trabalho como: cooperativismo, cooperativas de crédito, Panorama atual do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC), contabilidade nas instituições financeiras, análises das demonstrações contábeis e análises de índices.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No referencial teórico serão tratados temas como: cooperativismo; cooperativas de crédito; contabilidade nas cooperativas de crédito; demonstrações contábeis; análises das demonstrações contábeis; análises horizontais e verticais e análises de índices contábeis.

2.1 Cooperativismo

Cooperativismo é mais que um modelo de negócios. Segundo a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), o cooperativismo começa quando as pessoas que têm o mesmo objetivo se juntam e formam uma organização em que todos são donos daquele negócio e todos investem recursos para que os objetivos possam ser alcançados. Estas pessoas que fazem parte do cooperativismo são capazes de promover desenvolvimento econômico e social para a sociedade na qual estão inseridos (OCB, 2019).

“O cooperativismo aproxima pessoas simples para uma missão especial, unindo trabalho, recursos e vontade para realizar sonhos, planos e ações, visando obter melhores resultados”(ZDANOWICZ, 2014, p. 23).

A história do cooperativismo começou no século XIX na Inglaterra, com o aumento da luta dos trabalhadores no regime de economia liberal. Segundo Polonio (2004), os vinte e oito tecelões de Rochdale fundaram cooperativas de consumo, objetivando a enfrentar a crise industrial que acontecia na época.

No início, oferecia produtos de primeira necessidade da época aos seus associados, depois começaram a oferecer atividades de produção. Acontecia, na França, na mesma época outro movimento de cooperativas de produção, que foi importante para o cooperativismo no mundo. Benjamin Buchez (1776-1860) e Louis Blanc (1811-1882), além de cooperativas de produção, criaram associações de trabalhadores, nas quais os operários eram coproprietários e coadministradores (POLONIO, 2004).

No Brasil, segundo Cançado (2007), o cooperativismo começou a ganhar força com a imigração europeia, em meados do século XX, através de cooperativas de consumo nas cidades e de cooperativas agropecuárias no meio rural.

De acordo com Culti (2002), até 1930 o cooperativismo brasileiro crescia lentamente, ganhando estímulo com a crise mundial econômica de 1929, através das políticas agrícolas; naquele período, o cooperativismo ganhou regulamentação no Brasil atendendo ao Decreto nº 22.011, de 26 de outubro de 1932 durante o governo de Getúlio Vargas.

Segundo a OCB (2019), existem 13 ramos de cooperativismo que atuam no Brasil (agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, infraestrutura, habitacional, produção, mineral, trabalho, transporte, saúde, turismo e lazer). Cooperativas de crédito são criadas com um objetivo que as regem que é prestar serviços financeiros para seus associados com atendimento de qualidade.

Todas as cooperativas são norteadas pelos setes princípios cooperativistas, e embasam seus valores, missão e visão nos princípios cooperativistas a seguir.

Quadro 1 - Princípios cooperativistas.

(Continua)

Nome do Princípio	Descrição
1º Adesão voluntária e livre	Todas cooperativas são associações de pessoas voluntárias. Qualquer pessoa que tenha interesse e que seja apta a ser associado de uma cooperativa tem livre escolha para fazer parte, sem discriminação de sexo ou gênero, social, racial, política e religiosa.
2º Gestão democrática pelos membros	Cooperativas são organizações democráticas que são controladas pelos seus membros. Os membros participam democraticamente da formação das políticas e tomadas de decisão das cooperativas.
3º Participação econômica dos membros	Todos os membros das cooperativas contribuem igualmente para o capital social das suas cooperativas e controlam o valor do capital democraticamente
4º Autonomia e independência	As cooperativas são organizações de forma autônoma em que todos ajudam. E são controladas pelos seus membros
5º Educação, formação e informação	As cooperativas promovem ações de educação e formação de seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores. Procuram sempre contribuir de forma eficaz para o crescimento da cooperativa

Fonte: FGCOOP (2019).

Quadro 1 - Princípios cooperativistas.

(Continuação)

Nome do Princípio	Descrição
6º Intercooperação	As cooperativas dão força ao movimento cooperativista, trabalhando sempre em conjunto.
7º Interesse pela comunidade	As cooperativas trabalham com o enfoque de promover o desenvolvimento sustentável das suas comunidades, através de políticas sociais que são aprovadas pelos membros.

Fonte: FGCOOP (2019).

Os sete princípios cooperativistas tratados no **Quadro 1** segundo a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) (2019) são a maneira de colocar os valores cooperativistas em prática. Eles servem para guiar os cooperativistas em todo o mundo. Esses princípios são os mesmos desde a primeira cooperativa que foi fundada na história em 1844.

No próximo tópico se tratará sobre um dos ramos do cooperativismo, que é o de crédito.

2.2 Cooperativas de crédito

Para Assaf Neto (2018), as cooperativas de crédito são instituições financeiras, porém são instituições não bancárias. Estas instituições são voltadas para oferecer serviços de crédito no mercado e prestar serviços financeiros para os seus associados, e são fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Nas cooperativas são captados os recursos dos associados através de depósitos a prazo e à vista.

Conforme Assaf Neto (2018) as cooperativas de crédito podem trabalhar também com empréstimos, descontos de títulos e financiamentos. São instituições importantes para o país, pois promovem grande volume de transações financeiras na economia e mantêm milhões de associados.

De acordo com Breda e Bitencourt (2014), as cooperativas de crédito podem ter origem através de uma associação de funcionários da mesma empresa ou de um grupo de empresas diferentes. Podem ser formadas por profissionais de segmento determinado ou podem ser formada por livre admissão de associados, delimitada por uma determinada área de atuação. Devem ter um número mínimo de vinte associados. Elas concedem empréstimos apenas aos seus associados. Os lucros adquiridos de suas operações serão divididos entre os associados.

Segundo Bacen (2016), são denominadas como cooperativas de créditos instituições financeiras que prestam serviços financeiros aos seus associados concedendo-lhes acesso ao mercado de crédito.

Com base em Abreu e Silva (2017), o objetivo principal das cooperativas de crédito é prestar serviços financeiros de modo mais simples e vantajoso aos seus associados, buscando sempre oferecer produtos de excelência com preço baixo. Nas cooperativas, os associados encontram os principais produtos encontrados nos bancos como por exemplo: conta corrente, aplicações financeiras, cartões de crédito, empréstimos e financiamentos.

Um dos direitos dos associados de cooperativas de crédito, segundo Sebrae (2017), trata de solicitar aos dirigentes, conselheiros e funcionários esclarecimentos e ter acesso aos balanços financeiros, demonstrativos e relatórios antes da realização da assembleia geral. Como se percebe é direito do associado saber como a cooperativa de crédito anda financeiramente, isto é importante para saber também o retorno que ele está tendo com seu investimento e se o retorno condiz com o mercado que as cooperativas de crédito oferecem.

Os associados são donos e ao mesmo tempo usuários das cooperativas: são usuários, pois eles se utilizam dos produtos e serviços prestados pela cooperativa e são donos, pois têm direito a voto nas assembleias e direito à participação das sobras que a cooperativa obteve (ABREU; SILVA, 2017).

As principais características das cooperativas de crédito, segundo Pinheiro (2019) são: os associados entram voluntariamente nas cooperativas e possuem número ilimitado de associados; o capital social pode variar automaticamente em função da administração e de associados; apenas associados têm acesso às cotas-partes do capital social; cada associado tem direito a um voto na assembleia independentemente do capital social investido.

Em relação ao retorno de investimento nas cooperativas de crédito, Abreu e Silva (2017) relata que um investidor que optar por fazer suas aplicações em uma cooperativa de crédito, com um mesmo capital aplicado e uma mesma taxa de juros que um banco, é de se esperar que ele terá mais retorno com aplicação feita na cooperativa, pois, além dos juros do capital investido que o investidor receberá, aplicando na cooperativa de crédito, o aplicador também receberá os dividendos das sobras que a cooperativa obtiver naquele ano.

Para Fortuna (2017), os três principais sistemas de cooperativas são: o Sistema Cooperativo SICREDI que atua na região Sul, em estados como São Paulo, Mato Grosso, e Sul do Pará; o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB), que tem sua área de atuação em todos os estados brasileiros e também o UNICRED. Para ampliar e melhorar a oferta de serviços financeiros aos seus associados, o SICOOB e SICREDI criaram bancos comerciais.

As cooperativas de crédito fazem parte do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). No próximo tópico, o estudo trata do panorama atual em que se encontra o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC) no Brasil (BACEN, 2019).

2.3 Panorama atual do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC)

Sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, BACEN (2019) nos diz: “Considera-se sistema cooperativo o conjunto formado por cooperativas singulares de crédito, cooperativas centrais de crédito, confederações de crédito e bancos cooperativos, bem como por outras instituições financeiras ou entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ” (Res 4151 art. 4º)” (BACEN, 2019)

O Sistema Nacional de Crédito Cooperativo é dividido em três categorias diferentes: cooperativas singulares, cooperativas centrais e confederações (ASSAF NETO, 2018).

No **Quadro 2** serão tratados as três categorias diferentes do sistema nacional de crédito cooperativa que são cooperativas singulares, cooperativas centrais e confederações, de acordo com Assaf Neto (2018).

Quadro 2 - Cooperativas singulares, centrais e confederações.

Nome	Definição
Cooperativas singulares	São formadas por no mínimo vinte pessoas, caracterizadas pelas operações de crédito e prestarem serviços diretos aos seus associados
Cooperativas centrais	São formadas pelo conjunto de cooperativas de crédito singulares, objetivando a prestar serviços as singulares e oferecer orientações sobre as suas atividades.
Confederações	São o conjunto das cooperativas centrais, elas orientam e promove assessoria as atividades de suas cooperativas filiadas.

Fonte: Assaf Neto (2018).

Segundo o Banco Central do Brasil (BACEN), em dezembro do ano de 2017, no sistema nacional de crédito cooperativo existiam quatro sistemas de três níveis formados por confederação, banco cooperativos, centrais e singulares filiadas a CRESOL e UNICRED, sendo que as confederações desses sistemas são autorizadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a trabalharem como instituições financeiras. Já nos sistemas SICOOB e SICREDI, suas

confederações não são autorizadas a trabalhar como instituições financeiras, sendo necessários bancos cooperativos para fazerem esse trabalho (BACEN, 2017).

Conforme divulgado pelo Banco Central do Brasil (2017) em dezembro de 2017, o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo reúne 2 bancos cooperativos, 5 confederações (2 reconhecidas pelo Banco Central como instituições financeiras e 3 como de serviços), 34 centrais; 2 federações; 969 cooperativas singulares.

Já em dezembro de 2018, havia 34 cooperativas centrais, 927 cooperativas singulares, essas cooperativas juntas obtiveram mais de 10,5 milhões de associados no Brasil (BACEN, 2018).

Também em dezembro de 2018, haviam 14 centrais, 450 singulares e um banco cooperativo que pertenciam ao sistema SICCOOB, e 5 centrais, 114 singulares e um banco cooperativo pertencia ao sistema SICREDI (CONFEBRAS, 2018).

Segundo Bacen (2017), os números de cooperados cresceu 8% em 2017 com uma média de sessenta mil novos cooperados ao mês alcançando um número de 9,6 milhões de cooperados em dezembro de 2017. Houve um aumento significativo de cooperados pessoa jurídica, porém associados pessoa física ainda é a maior parte, com representatividade de 88% do total de cooperados. A captação de recursos cresceu 16% no ano de 2017, sendo a maioria por depósitos dos associados.

De acordo com a OCB (2018), 95% dos municípios brasileiros são atendidos por cooperativas de crédito. Como se pode ver, as cooperativas de crédito fazem parte de praticamente o Brasil todo, sendo que apenas 5% dos municípios brasileiros que não contêm cooperativas de crédito.

As cooperativas de crédito são instituições financeiras normatizadas pelo BACEN. Sendo assim, o Banco Central do Brasil (BACEN) criou normas específicas através de leis e circulares para serem respeitadas pelas cooperativas de crédito (BACEN, 2019).

Na seção seguinte, será mencionada a contabilidade nas cooperativas de crédito, trazendo as principais normatizações que as cooperativas sofrem.

2.4 Contabilidade nas cooperativas de crédito

Conforme Zdanowicz (2014), a contabilidade nas cooperativas registrará seus atos e fatos obedecendo aos princípios e às leis, estando sempre de acordo com a Lei no 11.638/07 e as Normas Brasileiras de Contabilidade. As demonstrações de cada exercício estarão apresentadas de forma comparativa com os valores obtidos no exercício anterior. A

contabilidade das cooperativas deve informar com clareza e transparência as reais condições para os dirigentes, conselheiros, gerente e associados, informando a situação econômica e financeira em que a cooperativa se encontra.

As instituições financeiras, de acordo com o BACEN, têm a contabilidade submetida ao COSIF, Plano contábil das instituições do sistema financeiro, no Capítulo de normas básicas, seção cooperativas de crédito (BACEN, 2019).

Em relação às demonstrações financeiras, o BACEN (1989) exige na Circ 1561 de 29/12/1989 art. 1º I que as cooperativas de crédito singulares devem elaborar as seguintes demonstrações:

- a) Publicar mensalmente:
 - Balancete Geral Analítico
- b) Publicar na data-base de 30 de junho:
 - Balancete Geral Analítico
 - Balanço Geral Analítico
 - Demonstração do Resultado do 1º semestre
- c) Publicar na data-base de 31 de dezembro:
 - Balancete Geral Analítico
 - Balanço Geral Analítico
 - Demonstração do Resultado do 2º semestre
 - Demonstração do Resultado do exercício
 - Dados Estatísticos Complementares

Em relação às demonstrações financeiras, o BACEN (1989) exige na Circ. 1561 de 29/12/1989 art 1º II; Res 3604 art 5º que as cooperativas de crédito centrais devem elaborar as seguintes demonstrações:

- a) Publicar mensalmente:
 - Balancete Patrimonial Analítico (documento nº 1);
- b) Publicar na data-base de 30 de junho:
 - Balancete Patrimonial Analítico
 - Balanço Patrimonial Analítico
 - Demonstração do Resultado do 1º Semestre

c) Publicar na data-base de 31 de dezembro:

- Balancete Patrimonial Analítico
- Balanço Patrimonial Analítico
- Demonstração do Resultado do 2º Semestre
- Demonstração do Resultado do Exercício
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício

No Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), publicado pelo BACEN, existem regras impostas por leis e circulares demonstrando como deverá ser o balanço combinado do sistema cooperativo.

As cooperativas de crédito recebem normatizações do BACEN e são submetidas às normas diferenciadas dos demais participantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Segundo Brasil (2009), uma dessas normatizações é a Lei complementar nº 130, de 17 de abril de 2009 contendo algumas das principais particularidades das cooperativas de crédito que serão citadas a seguir.

- As cooperativas de crédito estão submetidas à Lei Complementar nº 130, de 17 de janeiro de 2009 e também à legislação do Sistema Financeiro Nacional e das sociedades cooperativas.
- As cooperativas de crédito devem prover aos seus associados serviços financeiros assegurando-lhes o acesso ao mercado financeiro.
- Restringe-se à captação de recursos e à concessão de créditos a apenas associados, com exceção das operações que são realizadas em conjunto com outras instituições financeiras.
- O quadro de associados das cooperativas de crédito podem ser formados por pessoas físicas e jurídicas sendo definidos pela assembleia geral registrado no estatuto social
- O conselho de administração das cooperativas de crédito pode optar por criar uma diretoria executiva que está subordinada a ele.

2.5 Demonstrações contábeis

De acordo com Ribeiro (2014), as demonstrações contábeis podem ser chamadas de demonstrações financeiras ou também relatórios contábeis, que são os produtos finais da contabilidade.

As demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade. O objetivo das demonstrações contábeis é o de proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas. (RESOLUÇÃO CFC N°. 1.185/09) (BACEN, 2009).

Para Melo e Barbosa (2018), as demonstrações contábeis representam de forma precisa e resumida a posição patrimonial e financeira da empresa. O objetivo dessas demonstrações é fornecer informações que sejam úteis para um grande número de usuários da contabilidade na tomada de decisões da empresa.

Existem demonstrações contábeis com o formato tradicional e com o formato para tomada de decisões gerenciais. Para Padoveze, Benedicto e Leite (2011), as demonstrações contábeis com formato gerencial são desenvolvidas para os usuários internos da empresa. Nessas demonstrações contém informações mais detalhadas sobre as contas do balanço patrimonial e demonstrações de resultados, através das quais poderá ter informações mais específicas de diversas áreas operacionais e não operacionais da empresa

Conforme dito por Iudícibus, Marion e Faria (2018), as demonstrações contábeis ou relatórios contábeis têm a forma resumida e ordenada de informações contábeis com o objetivo de relatar as pessoas usuários da contabilidade de forma clara, a posição financeira, o resultado do desempenho da empresa para que os gestores possam tomar decisões.

Segundo Padoveze (2017), cinco das demonstrações contábeis são obrigatórias: balanço patrimonial, demonstração do resultado dos exercícios, demonstrações de fluxo de caixa, demonstrações dos lucros ou prejuízos acumulados e demonstrações do valor adicionado caso seja companhia aberta.

A seguir serão tratados conceitos e definições do Balanço patrimonial.

2.6.1 Balanço Patrimonial (BP)

O balanço patrimonial é uma das demonstrações contábeis que são obrigatórias, sendo uma importante ferramenta para a tomada de decisões. De acordo com Santos, Schmidt, Gomes e Fernandes (2014), o balanço patrimonial tem como principal objetivo esclarecer de forma que seja qualitativa e quantitativa a situação patrimonial e financeira em que a empresa se encontra. Ele apresenta de forma resumida e ordenada os saldos de todos os valores que estão incluídos no patrimônio da empresa.

O balanço patrimonial é dividido entre ativo, passivo e patrimônio líquido da empresa.

Conforme Martins, Miranda de Diniz (2019), o ativo é composto de contas representativas de bens e direitos ou outros recursos utilizados pela empresa que gerem ou ajudem a gerar caixa. São características do ativo da empresa: geração de benefícios futuros para empresa; seu valor pode ser mensurado em bases confiáveis e geração de benefícios econômicos para empresa no período corrente. O ativo é subdividido em ativo circulante e ativo não circulante. O circulante são os itens de maior liquidez realizados por venda, recebimento ou consumo no curto prazo. O não circulante é de menor liquidez será transformado em dinheiro ao longo prazo.

Outro grupo de contas do balanço patrimonial é o passivo. De acordo com Marion (2018), o passivo demonstra as obrigações que a empresa tem a pagar. O passivo circulante evidencia as dívidas com terceiros que serão pagas a curto prazo, dívidas com fornecedores de mercadorias, salários a pagar, duplicatas a pagar, impostos a pagar, empréstimos a pagar. Já o passivo não circulante mostra as obrigações que a empresa tem com vencimento a longo prazo como financiamentos e empréstimos a longo prazo.

A última divisão de contas do balanço patrimonial é o patrimônio líquido. Conforme Baptista e Gonçalves (2011), o Patrimônio Líquido trata das obrigações que a empresa tem com os sócios, acionistas ou titulares.

Segundo a Lei n 6.404/1976, são contas do patrimônio líquido: capital social, reservas de capital, ajustes da avaliação patrimonial, reserva de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados (BAPTISTA; GONÇALVES, 2011).

Em seguida, no **Quadro 3**, segue formato do balanço patrimonial, mostrando claramente as divisões do balanço patrimonial: ativo, ativo circulante, ativo não circulante, passivo, passivo circulante, passivo não circulante, patrimônio líquido e as principais contas que possuem, de acordo com Silva (2013).

Quadro 3 - Balanço Patrimonial.

(Continua)

BALANÇO PATRIMONIAL					
ATIVO			PASSIVO		
Aplicação de recursos	31-12-X1	31-12-X0	Origem de recursos	31-12-X1	31-12-X0
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Bens			Empréstimos a pagar		
Caixa			Financiamentos a pagar		
Banco			Fornecedores a pagar		
Estoques			Impostos a pagar		

Fonte: Ribeiro (2014).

Quadro 3 - Balanço Patrimonial.

(Continuação)

BALANÇO PATRIMONIAL					
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE					
			NÃO CIRCULANTE		
Direitos			Empréstimos a longo prazo		
Contas a Receber			Financiamentos a longo prazo		
Ações de outras Cias.			PATRIMONIO LÍQUIDO		
NÃO CIRCULANTE			Capital Social		
Maquinas			Lucros acumulados		
Imóveis					

Fonte: Ribeiro (2014).

Segundo Ribeiro e Coelho (2017), o balanço patrimonial vem com uma representação gráfica em formato de “T”, ficando estabelecido que do lado esquerdo é o ativo e do direito é o passivo. O passivo é composto por obrigações e pelo patrimônio líquido revelando a origem dos recursos da empresa ou seja o capital próprio e o capital de terceiros.

A próxima seção tratará da Demonstração de Fluxo de Caixa.

2.6.2 Demonstração de Fluxo de caixa (DFC)

O fluxo de caixa de uma empresa trata de uma demonstração contábil obrigatória e importante para gestão da empresa. Para Ribeiro (2014), o fluxo de caixa faz parte dos relatórios contábeis que tem como finalidade esclarecer as transações ocorridas na empresa referentes a um determinado período que provocaram alguma mudança no caixa e equivalência de caixa.

Trata-se de uma demonstração resumida dos fatos administrativos que engloba as movimentações de dinheiro ocorridas durante um determinado período. Essas movimentações serão registradas a débito quando forem entradas e a crédito quando forem saídas de dinheiro da conta caixa, da conta banco conta movimento e das contas que representam equivalência do caixa da empresa. (RIBEIRO, 2014)

Conforme dito por Groppelli e Nikbakht (2010), a demonstração do fluxo de caixa demonstra a divisão das atividades de uma empresa em três categorias como: caixa de atividades operacionais, caixa de atividades de investimento e caixa de atividades de financiamento. O caixa de atividades operacionais mostra os recebimentos e pagamentos de

caixa efetivados, referentes às atividades que são rotineiras da empresas, como compra e venda de estoque.

Já o caixa de atividades de investimentos refere-se às movimentações no caixa feitas pela compra e venda de ativo imobilizado. E, por fim, o caixa de atividades de financiamento mostra as transações que impactam o caixa feitas pela empresa para levantar caixa no mercado financeiro. (GROPPELLI; NIKBAKHT, 2010)

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) pode demonstrar ao gestor da empresa a capacidade de pagamento dos compromissos que a empresa tem naquele determinado período. Para Chagas (2017), a demonstração feita no seu modelo direto tem como finalidade mostrar aos usuários da contabilidade o que a empresa gerou de caixa ou equivalência de caixa em um período. Dessa forma a DFC pode auxiliar o gestor na tomada de decisões da empresa em relação às demandas econômicas e financeiras de que a empresa necessitar no momento.

Para Scherrer (2017), existem dois métodos para fazer a DFC: o método direto e o método indireto. O direto representa o balanço financeiro da empresa, compreende as entradas e saídas do disponível, tem uma estrutura bastante simples. Já o método indireto tem como início o lucro que é apresentado na DRE, evidencia as causas das variações que teve no disponível da empresa.

A seguir será observado o **Quadro 4** onde será apresentado o modelo da DFC pelo método direto e o **Quadro 5** onde a DFC será apresentada pelo método indireto.

Quadro 4 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (método direto).

(Continua)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA		
EM \$ MIL	20X0	20X1
Atividades operacionais		
Recebimentos:		
de clientes		
de juros		
EM \$ MIL	20X0	20X1
Duplicatas descontadas		
Pagamentos:		
a fornecedores de mercadoria		
de impostos		
de salários		
de juros		
Despesas pagas antecipadamente		

Fonte: Silva e Niayama (2017).

Quadro 4 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (método direto).

(Continuação)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA		
Caixa líquido consumido nas atividades de operacionais		
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos pela venda de imobilizado		
Pagamentos pela compra de imobilizado		
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital		
Empréstimos de curto prazo		
Pagamentos de dividendos		
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		
Aumento líquido no caixa e equivalente – Caixa		
Saldo de caixa + equivalente caixa X0		
Saldo de caixa + equivalente caixa X1		

Fonte: Silva e Niayama (2017).

Quadro 5 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (método indireto).

(Continua)

DEMOSNTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA		
EM \$ MIL	20X0	20X1
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido		
Mais: depreciação		
Menos: lucro na venda de imobilizado		
Aumento em duplicatas a receber		
Aumento em PCLD		
Aumento em duplicadas descontadas		
Aumento em estoques		
Aumento em despesas pagas antecipadamente		
Aumento em fornecedores		
Redução em provisão para IR		
Redução em salários a pagar		
Caixa líquido consumido nas atividades de operacionais		
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos pela venda de imobilizado		
Pagamentos pela compra de imobilizado		
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital		

Fonte: Silva e Niayama (2017).

Quadro 5 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (método indireto).

(Continuação)

DEMOSNTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA		
EM \$ MIL	20X0	20X1
Empréstimos de curto prazo		
Pagamentos de dividendos		
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		
Aumento líquido no caixa e equivalente – Caixa		
Saldo de caixa + equivalente caixa X0		
Saldo de caixa + equivalente caixa X1		

Fonte: Silva e Niayama (2017).

Depois do estudo ter tratado das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, tratará da Demonstração do Resultado do Exercício, uma das principais demonstrações obrigatórias que serão vistas na seção seguinte.

2.6.3 Demonstração do resultado de exercício (DRE)

A demonstração do resultado de exercício (DRE) refere-se como uma das principais demonstrações para a empresa, pois, através dela, o gestor poderá ver claramente qual lucro ou prejuízo a empresa obteve. Conforme dito por Iudícibus, Marion e Faria (2018), a DRE é a principal demonstração de fluxos. Ela compara as receitas com as despesas do período em que foram conhecidas e apropriadas, apurando um resultado que pode ser lucro ou prejuízo.

A DRE objetiva mostrar a estrutura do resultado da entidade em determinado período. Segundo Greco e Arend (2016) a apuração do resultado deve respeitar o princípio da competência, esclarecendo como são formados os vários níveis do resultado atendendo o confronto das receitas e despesas e os custos referentes as despesas.

De acordo com de Oyadomari (2018), o resultado que a empresa obtém é fundamental para a avaliação do seu desempenho em um período específico. O resultado da empresa é obtido através da diferença das receitas e despesas, podendo ter resultado de prejuízo do período quando as despesas são maiores que as receitas, ou lucro do período quando as despesas são menores que as receitas.

A seguir será representado pelo **Quadro 6** um modelo de DRE de acordo com Iudícibus, Marion e Faria (2018),

Quadro 6 - Demonstração do Resultado do exercício.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)
RECEITA BRUTA DE VENDAS
(-) Deduções de vendas
Vendas canceladas
Descontos incondicionais
Devoluções de vendas
(-) Impostos sobre vendas
ICMS sobre faturamento
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS
(-) Custo dos produtos e serviços vendidos
LUCRO BRUTO
(+/-) Receitas e despesas operacionais
(-) Despesas comerciais
(-) Despesas administrativas
(-) Despesas Operacionais
(+) Outras receitas operacionais
(-) Outras despesas operacionais
Resultado de investimentos em coligadas e controladas
RESULTADO ANTES DAS DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS
(+/-) Resultado financeiro líquido
(+) Receitas financeiras
(-) Despesas financeiras
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO
(-) Provisão para CSLL
(-) Provisão para IRPJ
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS
Resultado líquido após os tributos das operações descontinuadas
Resultado líquido de baixas de ativos de mensuração do valor justo
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO

Fonte: Iudicibus, Marion e Faria (2018).

A DRE trata de uma demonstração feita normalmente no período de doze meses, é apresentada de forma dedutiva vertical, ou seja, as receitas são subtraídas pelas despesas. Para Marion (2018), a DRE completa que é exigida pela lei, fornece maiores informações para a tomada de decisões, como grupos de despesas, vários tipos de lucros ou prejuízo e impostos.

No tópico seguinte, será abordada mais uma demonstração contábil obrigatória demonstração das mutações do patrimônio líquido.

2.6.4 Demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL)

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) trata de uma demonstração obrigatória. Segundo Chagas (2017), a DMPL mostra as mudanças que teve nas contas do patrimônio líquido da empresa em determinado período. A demonstração se inicia com os saldos iniciais das contas do patrimônio líquido, registra os ajustes dos períodos anteriores, os aumentos de capital e as fontes de reserva.

Segundo Iudícibus, Marion e Faria (2018), a DMPL é uma demonstração exigida pela Comissão de valores mobiliários (CVM). No Brasil, são obrigatórias para companhias de capital aberto. Ela demonstra toda diminuição e aumento do patrimônio líquido, demonstrando conta por conta e estão inclusos a formação e utilização das reservas, inclusive reserva de lucros.

Conforme citado por Greco e Arend (2016), os dados necessários para fazer a demonstração de mutações do patrimônio líquido são fornecidos por diversas contas encontradas no patrimônio líquido da empresa como: Capital Social, Reservas de Capital, Reservas de Lucros, Prejuízos Acumulados e Ações em Tesouraria.

A seguir serão abordados conceitos e definições sobre notas explicativas.

2.6.5 Notas explicativas

Ribeiro e Coelho (2017), diz sobre as notas explicativas que: “ são esclarecimentos que visam a complementar as Demonstrações Contábeis e informar os critérios utilizados pela empresa, a composição dos saldos de determinadas contas, os métodos de depreciação, os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais.” (RIBEIRO; COELHO, 2017, p.453)

As notas explicativas servem como complemento das demonstrações contábeis, nelas contendo informações como alterações significativas que houve em algumas contas. Ribeiro e Coelho (2017), diz que as notas explicativas são esclarecimentos que têm como objetivo complementar as demonstrações contábeis informando os critérios que foram utilizados pela empresa. Nela consta a composição de saldos de contas importantes, os métodos que foram utilizados para depreciação.

Marion (2018) chama as notas explicativas de “notas de rodapé”. Elas ajudam os usuários da contabilidade a ter maior esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício, devem ser publicadas juntamente com as demonstrações contábeis obrigatórias.

A Lei no 11.941/2009, relata que as Notas Explicativas devem:

- I – apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos;
- II – divulgar as informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil que não estejam apresentadas em nenhuma outra parte das demonstrações financeiras;
- III – fornecer informações adicionais não indicadas nas próprias demonstrações financeiras e consideradas necessárias para uma apresentação adequada (Lei nº 11.941/2009).

Segundo Perez Junior e Begalli (2015), as notas explicativas fornecem informações que não estão claras nas demonstrações contábeis aos usuários da contabilidade. E devem ser extremamente detalhadas para que possam auxiliar no esclarecimento dos dados apresentados nas demonstrações.

Terminando de tratar sobre as demonstrações contábeis obrigatórias, no seguinte tópico serão abordadas as análises das demonstrações contábeis.

2.7 Análises das demonstrações contábeis

A análise das demonstrações contábeis é muito usada para que os gestores da empresa possam ter uma visão de como sua empresa está econômica e financeiramente. Segundo Scherrer (2017), a análise de uma empresa resume-se a um exame detalhado dos dados financeiros e econômicos sobre ela que estão disponíveis na contabilidade. Para que a análise das demonstrações seja bem feita, é necessário que as informações das demonstrações contábeis sejam confiáveis e claras.

Segundo Souza (2015), as análises das demonstrações contábeis podem ser feitas de diversas maneiras. Essas maneiras vão depender dos objetivos a serem atingidos. O profissional que irá aplicar as análises das demonstrações contábeis na empresa deverá ser bem capacitado e consciente da constante atualização das leis vigentes. A elaboração dessa análise não pode ficar limitada apenas aos dados contábeis da empresa, pois a análise deverá ser relacionada ao contexto econômico e financeiro atual para que o gestor consiga tomar decisões precisas.

Conforme dito por Perez Junior e Begalli (2015), a análise é uma forma de transformar os dados contábeis em informações úteis para a tomada de decisão da empresa. Através da análise, o gestor terá informações mais resumidas sobre a empresa e a capacidade que entidade tem para quitar suas dívidas com terceiros.

De acordo com Martins, Diniz e Miranda (2018), quando se faz análise de uma empresa, os principais dados que se levantam é se a empresa é rentável, se ela apresenta uma boa liquidez,

ou seja, capacidade de honrar suas obrigações. Através das análise, poderá ter uma posição se a empresa é capaz de remunerar seu capital próprio, podendo perceber se essa entidade terá uma boa vida útil.

Iudicibus (2017) trata a análise da demonstrações como análise de balanço. Ele afirma que, através da análise, poderão ser vistas com clareza as possibilidades e as limitações da empresa. Ela pode apontar problemas que deverão ser investigados mais a fundo pelo gestor da empresa e tentar encontrar soluções.

As análises permitem que o gestor faça projeções de um cenário futuro da empresa. De acordo com Lins e Francisco Filho (2012), as análises fornecem ao gestor cenários e quais as expectativas para empresa e associados ao desempenho econômico e financeiro no futuro, demonstrando os possíveis riscos que a empresa sofrerá.

“A análise das demonstrações contábeis permite ainda uma visão estratégica da empresa, de seus planos, das alternativas que poderiam ser utilizadas pelo administrador, permitindo conhecer as limitações da empresa, seus pontos fortes e fracos, entre outros.” (LINS; FRANCISCO FILHO, 2012, p. 152)

Conforme Salazar e Benedicto (2004), as informações que são apresentadas nas análises das demonstrações contábeis são utilizadas pelos gestores da empresa, para melhorar o desempenho operacional pelos credores, ou seja, melhorar a qualidade do endividamento da empresa, para projetar lucros, dividendos e preços das ações no mercado.

O tópico seguinte traz definições e conceitos sobre a análise horizontal e vertical para maior enriquecimento de conhecimento na pesquisa.

2.7.1 Análises horizontal e vertical

Um dos modelos mais usados para realizar a análise das demonstrações contábeis de uma empresa é a análise horizontal e vertical. A análise horizontal, segundo Griffin (2012), essa se trata de uma comparação da contas contábeis ou indicadores financeiros em diferentes períodos no tempo. Esse tipo de análise pode ser usado em qualquer informação financeira de uma empresa.

Análise horizontal, de acordo com Silva e Niyama (2017), é responsável por fazer a identificação da evolução percentual que houve em vários itens das demonstrações contábeis relacionando um período ao outro. Através dessa análise, pode-se verificar se houve crescimento ou não referente ao item analisado.

Conforme dito por Hoji (2017), a análise horizontal possui duas limitações, tais como:

- a) quando o valor do item correspondente no exercício-base é nulo, o número-índice não pode ser calculado pela forma proposta, pois os números não são divisíveis por zero. Nesses casos, podem ser analisadas variações em valores absolutos;
- b) quando o exercício-base apresenta um número negativo e no exercício seguinte o número fica positivo (e vice-versa), matematicamente, é calculável, mas o resultado deve ser tratado com bastante cuidado, para não ocorrerem interpretações equivocadas da evolução (HOJI 2017, p. 289).

De acordo com Martins, Diniz e Miranda (2018), a análise vertical trata de uma análise importante para que se avalie a estrutura de como é feita a composição dos itens contábeis e de como esses itens evoluem com o tempo. Essa análise pode ser realizada em todas as demonstrações contábeis de uma empresa. Os resultados encontrados podem ser comparados entre si ou com resultados de outras empresas

A análise vertical, conforme dito por Silva (2017), tem a finalidade de mostrar a participação de cada item de uma demonstração contábil em relação a um item referencial. Nessa análise será evidenciado o peso das contas referente a uma conta principal.

Segundo Assaf Neto e Lima (2017), a análise vertical e horizontal das demonstrações contábeis são consideradas análises de procedimento inicial de uma avaliação de desempenho financeiro da empresa. A confirmação dos dados que foram apresentados nessa análise terá confirmação com uma análise financeira mais aprofundada.

Outro importante método para analisar as demonstrações contábeis é a análise das demonstrações através de índices que serão abordados no próximo tópico.

2.7.2 Análises de índices

De acordo com Hoji (2017) as análises das demonstrações contábeis através de índices refere-se a uma técnica de análise por meio de índices que tratam em relacionar o grupo de contas para que se possa tomar decisões sobre as tendências e a situação econômica e financeira da entidade. Através dos índices o gestor poderá fazer comparação de sua empresa com outras empresas.

Segundo Padoveze (2010), a análise dos índices deve enxergar todos os aspectos da empresa em conjunto. A finalidade dessa análise é verificar se a empresa está bem ou não e passar essas informações para o gestor da entidade, para que ele veja em qual situação a sua empresa se encontra, e, através dos índices, poderá ser comparado à evolução da empresa no tempo também, se comparado com outros anos.

Conforme a obra de Brealey, Myers e Allen (2018) as demonstrações contábeis de uma entidade constam em enorme volume de dados. Os gestores da empresa fazem a utilização das

análises por índices para terem a avaliação da empresa mais resumida e de fácil entendimento. Com essa análise, os gestores terão informações sucintas e objetivas sobre a rentabilidade, a eficiência, a estrutura de capital e endividamento e a liquidez.

Os índices são feitos de forma a dividir um item financeiro pelo outro. De acordo com Griffin (2012), análise das demonstrações através de índices são ferramentas que podem ser utilizadas pelos gestores da empresa que ajudam a interpretar e entender com mais clareza as demonstrações contábeis. As análises de indicadores são importantes também para os possíveis investidores da empresa, pois, através deles, os investidores poderão ver como está o retorno de investimento naquela empresa.

Nos tópicos seguintes serão abordados os diferentes índices que podem ser utilizados para a análise. O primeiro deles é o índice de liquidez.

2.7.2.1 Índices de liquidez

Segundo Lins e Francisco Filho (2012), os índices de liquidez podem ser comparados ao de solvência da empresa. Possibilitam principalmente a avaliação da situação da capacidade de pagamento da empresas no curto prazo.

A definição de liquidez segundo Zdanowicz (2014) é “Entende-se por liquidez como a capacidade que a cooperativa possui para honrar suas dívidas, a partir da comparação entre os bens e direitos realizáveis e as exigibilidades de curto prazo, procurando avaliar assim o quanto é solida a sua situação financeira.” (ZDANOWICZ, 2014, p. 76)

Para Hoji (2017), o resultado do índice de liquidez quanto maior for é melhor para empresa, pois diz que a empresa tem capacidade de pagamento de suas dívidas, se o valor der menos que um é um ruim resultado, pois indica que a empresa não tem capacidade de pagamento total das suas dívidas a curto prazo. Os índices de liquidez são divididos em quatro índices: liquidez geral, liquidez seca, liquidez corrente e liquidez imediata.

O Índice de liquidez geral, assim como todos os índices de liquidez, tem a finalidade de medir a capacidade de pagamento da empresa. Segundo Padoveze (2017), ele é um índice de solvência, ou seja, que mede a capacidade de pagamento das obrigações da empresa, porém ele é focado nos credores de longo prazo que a empresa tem.

O **Quadro 7** que será representado abaixo demonstra a fórmula a ser usada para o cálculo do índice de liquidez geral de acordo com Padoveze (2017).

Quadro 7 - Formula de índice de liquidez geral.

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável ao longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Fonte: Padoveze (2017).

O índice de liquidez seca, segundo Assaf Neto e Lima (2017), visa retirar da análise financeira a baixa liquidez dos estoques e das despesas antecipadas. Ele revela a quantidade de dívidas de curto prazo existentes na empresa que poderão ser pagas com ativos circulantes que possuem maior liquidez.

O **Quadro 8** que será representado abaixo demonstra a fórmula a ser usada para o cálculo do índice de liquidez seca de acordo com Assaf Neto e Lima (2017).

Quadro 8 - Formula de índice de liquidez seca.

$$LS = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques} - \text{Despesas antecipadas}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Fonte: Assaf Neto e Lima (2017).

Conforme Brigham e Ehrhardt (2016), o índice de liquidez corrente é o melhor índice de solvência a curto prazo da empresa; ele mostra a quantidade de credores que a empresa tem em curto prazo em relação aos ativos, tendo em vista que esses ativos podem ser rapidamente revertidos em dinheiro.

O **Quadro 9**, que será representado abaixo, demonstra a fórmula a ser usada para o cálculo do índice de liquidez corrente de acordo com Brigham e Ehrhardt (2016).

Quadro 9 - Fórmula índice de liquidez corrente.

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Fonte: Brigham e Ehrhardt (2016).

O índice de liquidez imediata, segundo Hoji (2017), trata de quanto a empresa tem para liquidar imediatamente os seus compromissos a curto prazo. As disponibilidades da empresa são formados pelo caixa e conta banco investimento representa o recurso que a empresa tem de imediato; as obrigações de curto prazo já podem estar divididas em dívidas que podem vencer em quinze dias ou até trezentos e sessenta e cinco dias.

O **Quadro 10** que será representado abaixo demonstra a fórmula a ser usada para o cálculo do índice de liquidez imediata de acordo com Hoji (2017).

Quadro 10 - Fórmula índice de liquidez imediata.

$LI = \frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$
--

Fonte: Hoji (2017).

Ainda tratando das análises das demonstrações contábeis através de índices, no próximo tópico serão abordados os índices de rentabilidade.

2.7.2.2 Índices de rentabilidade

Índices de rentabilidade, conforme Padoveze e Benedicto 2010, são 174s indicadores de rentabilidade decorrem da produtividade do ativo (o giro), das margens de lucro sobre venda (a lucratividade) e da estrutura de capital (mais ou menos participação do capital próprio no passivo total)”.
 174s

Um dos indicadores mais importante de rentabilidade da empresa é o da margem operacional. De acordo com Padoveze (2017), ele demonstra o percentual médio de lucro operacional em cada venda efetuada pela empresa. A margem operacional é tida como a mais importante para os investidores, pois o lucro operacional é o elemento que mais gera caixa na empresa.

Segundo Zdanowicz (2014), o índice de margem líquida mostra que a lucratividade operacional é o que se está ganhando em cada produto, serviço ou negócio da cooperativa.

O **Quadro 11** que será representado abaixo demonstra a fórmula a ser usada para o cálculo do índice de rentabilidade margem operacional de acordo com Padoveze (2017).

Quadro 11 - Formula do índice margem operacional.

$\text{Margem Operacional / Margem líquida} = \frac{\text{Sobra operacional líquida}}{\text{Receita operacional líquida}}$
--

Fonte: Padoveze (2017).

Outro índice de rentabilidade é a Margem bruta, de acordo com Zdanowicz (2014) a margem bruta trata das sobras que a cooperativa obteve após ser deduzido da receita operacional

líquida. Ela representa a lucratividade primária da cooperativa. Essa margem informa em porcentagem cada unidade em dinheiro da receita que sobrou, depois de ter abatido os custos referentes a produtos e serviços.

O **Quadro 12**, que será representado abaixo, demonstra a fórmula a ser usada para o cálculo do índice de rentabilidade margem bruta de acordo com Zdanowicz (2014).

Quadro 12 - Formula do índice de margem bruta.

$\text{Margem bruta} = \frac{\text{Sobra operacional bruta}}{\text{Receita Operacional Líquida}}$

Fonte: Zdanowicz (2014).

No tópico seguinte serão tratados os índices financeiros.

2.7.2.3 Índices financeiros

Um dos índices financeiros que pode ser analisado nas empresas é o retorno sobre os ativos. Para Brealey, Myers e Allen (2018), esse índice mede o rendimento disponível aos investidores da entidade em dívida e em capital próprio a cada real em ativos da empresa.

O **Quadro 13**, que será representado abaixo, demonstra a fórmula a ser usada para o cálculo do índice financeiro retorno sobre ativos de acordo com Brealey, Myers e Allen (2018).

Quadro 13 - Fórmula do retorno sobre ativos.

$\text{Retorno sobre ativos} = \frac{\text{Lucro operacional}}{\text{Ativos totais}}$

Fonte: Brealey, Myers e Allen (2018).

Outro índice financeiro é o Retorno sobre o patrimônio líquido ou retorno do capital próprio. De acordo com Brealey, Myers e Allen (2018), o retorno sobre o patrimônio líquido tem como base para a análise se a empresa está oferecendo retorno aos seus acionistas, e, através desse índice, poderá ser feita uma análise se o retorno que está tendo é o desejado. Trata-se do rendimento dos acionistas sobre o dinheiro investido na empresa.

O **Quadro 14** que será representado abaixo demonstra a fórmula a ser usada para o cálculo do índice financeiro retorno sobre capital próprio de acordo com Brealey, Myers e Allen (2018).

Quadro 14 - Fórmula do Retorno sobre capital próprio.

Retorno sobre capital próprio =	$\frac{\text{Lucro líquido}}{\text{Capitais próprios}}$
------------------------------------	---

Fonte: Brealey, Myers e Allen (2018).

O próximo modelo de análises de índices são os índices de endividamento que serão abordados no tópico a seguir.

2.7.2.4 Índices de endividamento

Os índices de endividamento servem basicamente para a empresa reconhecer a composição da dívida da empresa. Conforme dito por Assaf Neto e Lima (2017), eles medem a composição e a qualidade das fontes dos recursos passivos da empresa. Evidenciam quantos dos recursos próprios e de terceiros financiam os ativos da entidade.

O índice de endividamento geral tem como objetivo analisar a dívida da empresa como um todo. Segundo Padoveze (2017), esse índice deve relacionar o capital próprio da empresa que é o capital dos proprietários e dos acionistas com o total das obrigações que a empresa tem. O índice evidenciará a capacidade da garantia que o capital próprio, ou seja, os proprietários dão aos fornecedores da empresa. No caso desse índice, serão consideradas todas as obrigações que a empresa tem, sejam elas remuneradas com juros ou sem juros.

O **Quadro 15**, que será representado abaixo, demonstra a fórmula a ser usada para o cálculo do índice de endividamento geral acordo com Padoveze (2017).

Quadro 15 - Formula do índice de endividamento geral.

Endividamento Geral =	$\frac{\text{Passivo circulante + Passivo não circulante}}{\text{Patrimônio líquido}}$
--------------------------	--

Fonte: Padoveze (2017).

Outro importante índice de endividamento é o índice de endividamento total. Conforme Brealey, Myers e Allen (2018), nesse índice o gestor poderá ver se os ativos totais da empresa conseguem pagar os passivos totais da mesma. Esse índice analisa o endividamento da empresa como um todo.

O **Quadro 16**, que será representado abaixo, demonstra a fórmula a ser usada para o cálculo do índice de endividamento total acordo com Brealey, Myers e Allen (2018).

Quadro 16 - Formula do índice de endividamento total.

Endividamento Total	$\frac{\text{Passivo total}}{\text{Ativo total}}$
=	

Fonte: Brealey, Myers e Allen (2018).

No tópico abaixo, será tratada a taxa de retorno sobre o investimento.

2.7.3 Taxa de retorno sobre o investimento

Quando um associado investe entre em alguma cooperativa, ele entra com um capital social com intuito de receber rendimentos sobre esse capital. Segundo Zdanowicz (2014), a taxa de retorno sobre o investimento é uma ferramenta que pode ser usada pelos dirigentes da cooperativa para que eles possam obter conhecimentos detalhados sobre o retorno que os investimentos realizados estão tendo.

“A taxa de retorno sobre o investimento é um indicador importante para medir a eficiência dos negócios da cooperativa, pois informa o quanto ela obteve de ganho para cada unidade monetária investida.” (ZDANOWICZ, 2014, p.124)

O **Quadro 17**, que será representado abaixo, demonstra a fórmula a ser usada para o cálculo do índice de taxa de retorno sobre investimento de com Zdanowicz (2014).

Quadro 17 - Fórmula da taxa de retorno sobre o investimento.

Taxa do retorno sobre investimento =	$\frac{\text{Sobra operacional líquida}}{\text{Receita operacional líquida}}$	X	$\frac{\text{Receita operacional líquida}}{\text{Ativo operacional líquido}}$
--------------------------------------	---	---	---

Fonte: Zdanowicz (2014).

A presente pesquisa trata de um estudo de caso em dois sistemas cooperativistas do Brasil o SICOOB e o SICREDI. Na próxima seção, será abordado o segmento de investigação que é uma apresentação desses dois Sistemas Cooperativistas.

2.8 Cooperativismo de crédito

De acordo com a OCB (2019), as cooperativas de crédito têm como objetivo prestar serviços e soluções financeiras com a melhor qualidade para seus associados. Dentro das

cooperativas de crédito busca a entender a necessidade de cada cooperado para que possa ser oferecida a solução financeira mais adequada ao seu perfil.

Conforme a FGCOOP (2019), nos sistemas de cooperativas, as confederações fazem parte do 3º grau e reúnem no mínimo três centrais, com o objetivo de defender os interesses das centrais: promover a padronização, supervisão e integração operacional, financeira, normativa e tecnológica das cooperativas centrais e singulares.

A pesquisa tem como seguimento de investigação os sistemas de cooperativas de crédito, fazendo um estudo de caso dos sistemas SICCOOB e SICREDI.

Na próxima seção, será mostrado um resumo sobre o que foi abordado no referencial teórico desta pesquisa.

2.9 Síntese do referencial teórico

Neste referencial descreveu-se sobre o Cooperativismo no qual a OCB (2019) relata que o cooperativismo se faz pelo conjunto de pessoas que se juntam com um mesmo propósito, sendo que todos são donos daquele negócio. Zanowicz (2014) concordou dizendo que o cooperativismo tem a missão de unir pessoas e trabalhos, visando obter melhores resultados.

Na seção 2.2, foi falado sobre o “Cooperativismo de Crédito” onde Assaf Neto (2018) introduz o assunto, dizendo que cooperativas de crédito são instituições financeiras que são voltadas a oferecer serviços financeiros aos seus associados. Assaf Neto também comenta sobre alguns desses serviços financeiros que as cooperativas podem oferecer aos seus associados. Breda (2014) relata como as cooperativas de crédito podem ser formadas. Já Sebrae (2017) informa sobre os direitos dos associados, Fortuna (2013) encerra discorrendo sobre os três principais sistemas de cooperativas de crédito.

A seção 2.3 traz informações sobre o atual panorama em que se encontra o SNCC. Assaf Neto (2018) trata dos conceitos de cooperativas singulares, centrais e confederações. E, em seguida o BACEN (2018) traz informações sobre como se encontra atualmente o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo.

Já a seção 2.4 traz normas que a contabilidade das cooperativas de crédito possuem, como por exemplo: Circ 1561 de 29/12/1989 art. 1º I; que diz sobre as demonstrações contábeis obrigatórias; a Lei complementar nº 130, de 17 de abril de 2009 que traz características sobre as cooperativas de crédito.

A Seção 2.5 do referencial teórico traz as demonstrações contábeis obrigatórias (Balanço Patrimonial, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Resultado do

Exercício, Demonstrações das mutações do patrimônio líquido e notas explicativas). Os autores trouxeram os conceitos e o formato como devem ser feitos essas demonstrações.

Na seção 2.7 é falado sobre a análise das demonstrações contábeis, são tratadas análises por índices contábeis e financeiros e análises horizontal e vertical.

Finalizando, a seção 2.8, trata das informações dos dois sistemas cooperativistas sobre os quais essa pesquisa irá fazer um estudo de caso.

No seguinte tópico desta pesquisa, será abordada a metodologia do trabalho, na qual será demonstrado o caminho que foi percorrido pela a autora para a realização desta pesquisa.

3 METODOLOGIA

Essa seção tem como objetivo apresentar a classificação metodológica que foi utilizada pela autora nessa pesquisa, referente ao estudo sobre a Contabilidade financeira e cooperativas de crédito: um estudo de caso realizado nos sistemas de cooperativas de crédito SICOOB e SICREDI e suas vantagens ao cooperado. Será realizada uma análise das demonstrações contábeis dos anos de 2016 a 2018.

Esta pesquisa segue a classificação proposta por Silva e Menezes (2005).

3.1 Sob o ponto de vista da abordagem

Conforme a abordagem, esta pesquisa é classificada como uma pesquisa qualitativa e quantitativa.

Para Silva e Menezes (2005, p. 20), a pesquisa qualitativa trata: “A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas” (SILVA; MENEZES, 2005, p. 20).

Gonçalves e Meirelles (2004, p. 59) descrevem que “na pesquisa qualitativa os dados são de natureza interpretativa e semântica.”

Esta pesquisa é classificada como uma pesquisa qualitativa, pois analisa índices como o de liquidez, de rentabilidade e de endividamento que, através desses índices, poderão ter uma interpretação de como está a situação contábil dos dois Sistemas cooperativistas. A pesquisa também apresenta dados que serão necessários na interpretação dos mesmos para que possa concluir sobre os vantagens do sistema cooperativista aos seus cooperados.

Segundo Gonçalves e Meirelles (2004, p. 59), “na pesquisa quantitativa os dados são representados por métricas quantitativas, tendo como elemento de apoio principal a linguagem matemática.”

A pesquisa quantitativa, de acordo com Matias -Pereira (2019, p. 88), afirma “tudo pode ser mensurado numericamente, ou seja, pode ser traduzido em números, opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas.”

Nessa pesquisa o método quantitativo se dá pelos os cálculos contábeis que foram necessários para serem realizadas as análises das demonstrações através de índices e através das análises horizontal e vertical.

3.2 Sob o ponto de vista dos objetivos

Sob o ponto de vista dos objetivos, a pesquisa foi classificada como uma pesquisa exploratória e descritiva.

Segundo Matias -Pereira (2019, p. 90), a pesquisa exploratória “Envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão. Assume, em geral, as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso.”

A pesquisa é classificada como pesquisa exploratória, pois a autora aprofundou sobre o tema principal buscando informações e levantando dados para que se pudesse se adentrar na questão problema e por fim respondê-la.

A pesquisa descritiva tem como objetivo descrever as características de uma população ou fenômeno, estabelecendo relações entre variáveis. (HENRIQUES; MEDEIROS, 2017)

Vergara (2016, p.47) diz que a pesquisa descritiva: “Visa , portanto, esclarecer quais fatores contribuem, de alguma forma, para a ocorrência de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre as variáveis e definir sua natureza.”

Está pesquisa é classificada como descritiva, pois buscou-se descrever as características de assuntos relevantes para a pesquisa como: Cooperativas de crédito, Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, Demonstrações contábeis e análises das demonstrações contábeis.

3.3 Sob o ponto de vista dos procedimentos técnicos

A pesquisa, sob o ponto de vista dos procedimentos técnicos, classifica-se como uma pesquisa bibliográfica, documental e um estudo de caso.

Conforme Gil (2010, p.48), pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral”.

Desenvolve-se a pesquisa bibliográfica através de materiais que já foram desenvolvidos e publicados por outros autores (MARCONI; LAKATOS, 2017).

Classifica-se essa pesquisa como bibliográfica porque a autora buscou como fonte para o desenvolvimento do trabalho, trabalhos que já haviam sido publicados por outros autores em sites, artigos e livros.

Segundo Gil (2018, p 40.) “A pesquisa documental vale-se de toda sorte de documentos elaborados, com finalidades diversas, tais como assentamento, autorização, comunicação etc.”

Gil (2018) afirma que a pesquisa documental apresenta a vantagem de que os documentos são uma fonte rica e que possui dados consolidados. Eles duram um longo tempo, tornando-se uma importante fonte de dados para qualquer pesquisa.

A pesquisa foi classificada como Documental, pelo fato de que a autora usou documentos, como leis, demonstrações contábeis dos Sistemas Cooperativistas que foram analisados.

A última classificação da pesquisa sob o ponto de vista dos procedimentos técnicos é que foi realizado um estudo de caso. Segundo Gil (2018, p. 30) o estudo de caso “Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento.”

Esta pesquisa é definida como um estudo de caso, pois a autora realizou um estudo aprofundando em dois Sistemas Cooperativistas do Brasil: SICOOB E SICREDI, com o objetivo de conhecer detalhadamente as demonstrações contábeis e o funcionamento desses sistemas para que pudesse responder à questão problema.

3.4 Unidade de análise

Nessa pesquisa, serão analisados dois Sistemas cooperativistas do Brasil o SICOOB e o SICREDI.

O sistema de cooperativas Sicredi existe há 116 anos no mercado, oferecendo mais de trezentos produtos e serviços aos seus associados. É um Sistema que possui 4 milhões de associados, está presente em 22 estados brasileiros. Possui 1,6 mil agências espalhadas pelo Brasil, distribuídas em 114 cooperativas (SICREDI, 2019).

Já o outro sistema de cooperativa que será analisado é o SICOOB. Ele possui 4,4 milhões de associados em todo o país, está presente em todos os estados brasileiros. Possui 2,9 mil pontos de atendimento. As cooperativas integrantes do Sistema oferecem aos cooperados serviços de conta corrente, crédito, investimento, cartões, previdência, consórcio, seguros, cobrança bancária, aquisição de meios eletrônicos de pagamento, dentre outras soluções financeiras. (SICOOB, 2019)

De acordo com SICREDI (2019), em dezembro de 1902 surgiu a primeira cooperativa de crédito do sistema SICREDI, no município de Nova Petrópolis no estado Rio Grande do Sul.

Em 2019, com 117 anos de história, o SICREDI oferece mais de 300 produtos e serviços financeiros aos seus associados.

SICREDI é uma instituição financeira que em 2018 fechou com as seguintes informações:

- Possuindo 4 milhões associados
- Presente em 1279 municípios brasileiras
- Presente em 22 estados e no distrito federal
- Emprega 25,8 mil colaboradores
- Possui 60,5 bilhões em ativos totais
- No ano de 2018 abriu novos 134 pontos de atendimento, obtendo um crescimento na área de atuação em 8,6% comparando com 2017. Totalizando 1.684 pontos de atendimento.
- No ano de 2018 foi distribuído um resultado de 916mil entre seus associados.

Outro Sistema de Cooperativas de crédito que será analisado na pesquisa é o SICOOB. Segundo SICOOB (2019), o sistema fechou 2018 com as seguintes informações:

- Possuindo 4,4 milhões de associados
- Presente em 1704 municípios brasileiros
- Presente em todos os estados brasileiros
- Emprega 41,2 mil colaboradores em todo o Brasil
- Fechou 2018 com 104 bilhões de ativo total
- Abriu 244 novos pontos de atendimento apenas em 2018, totalizando 2.910 pontos de atendimentos no Brasil.
- No ano de 2018 foi distribuído um resultado de 3milhões entre seus associados.

3.5 Instrumento de coleta de dados

Primeiramente foi realizada uma coleta documental dos dois sistemas de cooperativas de crédito, buscando o máximo de informações sobre o assunto, como: os demonstrativos contábeis dos dois sistemas de cooperativas, para que a autora possa realizar o trabalho.

De acordo com o instrumento de coleta de dados, referente aos os dados primários que são as demonstrações contábeis (balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração da variação do patrimônio líquido). Estas demonstração serão utilizadas para as

análises referentes aos anos de 2016, 2017 e 2018. As informações foram coletadas do relatório de demonstrações consolidadas no site oficial do SICCOOB e do SICREDI.

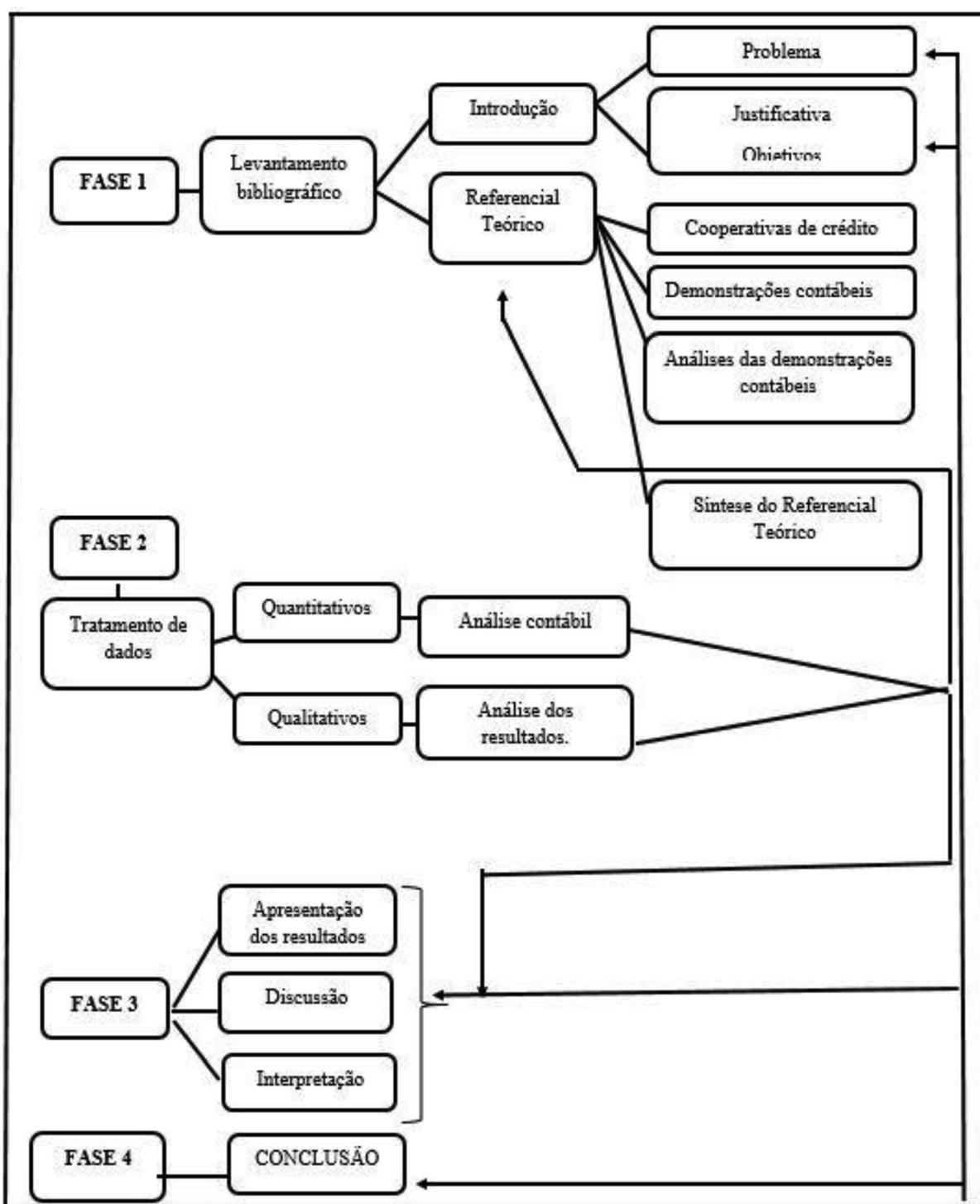
3.6 Tratamento de dados

O tratamento dos dados quantitativos foram feitos a partir de cálculos de índices contábeis e das análises horizontais e verticais das demonstrações contábeis dos anos de 2016, 2017 e 2018.

Em relação aos tratamentos de dados da pesquisa, os dados que são qualitativos envolvem a análise e a interpretação contábil que foi feita nas demonstrações contábeis para responder sobre qual sistema cooperativista retribuiu maior retorno ao seu associado.

Em seguida, foi representado pela **Figura 1** o esquema de pesquisa, no qual está esquematizado como foi o caminho percorrido pela pesquisadora para a conclusão da pesquisa.

Figura 1 - Esquema de Pesquisa.



Fonte: Autora (2019).

Fase 1: Essa fase se caracteriza pelo início da pesquisa. Primeiramente é definido um tema e levanta-se uma questão problema a ser resolvida sobre este tema. Após a definição do problema, vem estabelecer a importância da pesquisa para a sociedade, para a comunidade

científica e para o autor mediante a justificativa. Nessa fase a autora decidiu também os objetivos pretende alcançar com o decorrer da pesquisa.

Fase 2: Nesta fase aborda os dados quantitativos e qualitativos da pesquisas. Os dados quantitativos serão realizados mediante o cálculo dos índices contábeis, e nos cálculos das análises horizontais e verticais. Já a pesquisa qualitativa se caracteriza pela análise das demonstrações contábeis voltadas para responder qual sistema oferece maior retorno ao seu associado.

Fase 3: Essa fase se faz pela apresentação dos resultados encontrados na fase 2. Esses dados serão interpretados e discutidos, buscando responder à questão problema e alcançar os objetivos propostos na fase 1,

Fase 4: Nessa fase será formulada uma conclusão, respondendo à questão problema e demonstrando se os objetivos foram alcançados. No final, há uma sugestão sobre a resolução para o problema proposto apontando o Sistema Cooperativista que proporciona maior retorno ao associado.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

Nesta seção serão demonstrados os resultados e discussões das análises das demonstrações contábeis, feitas através de índices (liquidez, rentabilidade, financeiros e endividamento), da análise horizontal e vertical do balanço patrimonial e da demonstração de resultado do exercício dos sistemas de cooperativas SICOOB e SICREDI nos anos de 2016 a 2018. Os resultados das análises serão analisados e comparados com o objetivo de responder à questão problema buscando demonstrar a evolução financeira dos sistemas e apontar qual deles apresentou maior retorno financeiro ao seu associado.

Essa seção será dividida em três partes, sendo elas:

- (1) Análise horizontal e vertical
- (2) Análise dos índices
 - 2.1 Índices de liquidez
 - 2.2 Índices de rentabilidade
 - 2.3 Índices financeiros
 - 2.4 Índices de endividamento
- (3) Síntese dos resultados e discussão

Os resultados e as discussões levantadas nessa pesquisa seguem a seguinte ordem:

- I- apresentação do índice, ou apresentação da análise horizontal e vertical
- II- apresentação da tabela com os resultados dos índices ou da análise horizontal e vertical
- III- discussão dos resultados obtidos nas tabelas
- IV- em caso das análises de índices, finalizar com um gráfico para facilitar o entendimento da variação do resultado de um ano para o outro.

Na seção seguinte serão demonstrados os resultados das análises horizontal e vertical dos sistemas de cooperativas de crédito SICOOB e SICREDI realizadas no balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício dos anos de 2016, 2017 e 2018. Após a demonstração dos resultados, serão realizadas as discussões pertinentes à análise horizontal e vertical aplicada a cada sistema, como refere a primeira parte do resultado e discussão.

4.1 Análise horizontal e vertical

Nesta seção apresentam-se os resultados da análise horizontal e vertical feita através do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício dos anos de 2016, 2017 e 2018 dos sistemas de cooperativas SICCOOB e SICREDI, realizando as discussões relacionadas aos resultados apresentados em seguida.

Os resultados das análises horizontal e vertical estão expostos em quatro figuras a **Figura 2** retrata o resultado da análise do balanço patrimonial combinado do sistema SICCOOB, a **Figura 3** retrata o resultado da análise da DRE combinada do sistema SICCOOB e a **Figura 4** e **Figura 5** retratam, respectivamente, o resultado da análise do balanço patrimonial combinado do sistema SICREDI e dos resultados da análise da DRE combina do sistema SICREDI. As tabelas contêm informações como: nome da conta, valor da conta no ano de 2016, 2017 e 2018 e os resultados da análise horizontal e vertical dos anos.

Segundo Nyama (2017), a análise horizontal tem como objetivo identificar a evolução percentual que aconteceu em vários itens (contas e subcontas) das demonstrações contábeis, podendo assim relacionar um ano com o outro e possibilitando ver se houve crescimento ou não da conta que está sendo analisada.

A análise vertical é considerada importante para a avaliação das estruturas das contas. De acordo com Martins, Diniz e Miranda (2018), através da análise vertical pode-se avaliar a estrutura da composição das contas contábeis e demonstrar a evolução desses itens no tempo.

Na análise horizontal demonstrada na **Figura 2**, **Figura 3**, **Figura 4** e **Figura 5** primeiramente usou-se como ano base 2016, para calcular a evolução ou involução ocorrida do ano de 2016 para 2017, usando o seguinte cálculo $[(2017/2016-1)*100]$. Em seguida usou-se como ano base 2017, buscando calcular a evolução ou involução que ocorreu do ano de 2017 para 2018, usando o seguinte cálculo $[(2018/2017-1)*100]$. Usou-se o cálculo dessa forma com o intuito de demonstrar a evolução ou involução de cada conta que ocorre de um ano para o outro, buscando analisar se a conta encontrar em constante evolução ou involução.

A seguir, a **Figura 2** demonstra a análise horizontal e vertical feita no balanço patrimonial combinado do sistema de cooperativas de crédito SICCOOB com resultados dos anos de 2016, 2017 e 2018, resumido com apenas as principais contas, sendo que a análise horizontal e vertical do balanço patrimonial do sistema SICCOOB completa se encontra no **Apêndice A**. Os resultados expostos nessa figura estão demonstrados em milhares de reais.

Figura 2 - Análise vertical e horizontal do balanço patrimonial combinado do sistema SICCOOB dos anos de 2016, 2017 e 2018.

BALANÇO PATRIMONIAL COMBINADO DO SICCOOB (R\$ EM MILHARES)								
	2018	AV(%) 2018	AH(%) 2018/ 2017	2017	AV(%) 2017	AH(%) 2017/ 2016	2016	AV(%) 2016
ATIVO								
Circulante	64.234.551	61,45	15,69	55.523.446	61,41	34,58	41.256.549	54,42
Disponibilidades	912.006	0,87	38,04	660.671	0,73	27,59	517.805	0,68
Aplicações interfinanceiras de liquidez	17.182.228	16,44	21,29	14.166.182	15,67	50,14	9.435.258	12,44
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6.518.450	6,24	6,84	6.101.113	6,75	7,81	5.659.328	7,46
Relações interfinanceiras	4.684.614	4,48	4,24	4.494.281	4,97	81,08	2.481.904	3,27
Relações interdependências	18.718	0,02	30,58	14.334	0,02	0,98	14.195	0,02
Operações de crédito	28.418.869	27,19	13,65	25.005.637	27,66	25,76	19.883.804	26,23
Outros créditos	5.277.991	5,05	27,63	4.135.446	4,57	62,44	2.545.800	3,36
Outros valores e bens	1.221.683	1,17	29,17	945.782	1,05	31,64	718.455	0,95
Não circulante	40.303.818	38,55	15,52	34.890.213	38,59	0,96	34.559.392	45,58
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	-	60.227	0,07	-29,96	85.991	0,11
Títulos e valores mobiliários	14.461.544	13,83	-3,30	14.954.503	16,54	9,44	13.664.197	18,02
Operações de crédito	23.490.175	22,47	31,51	17.862.328	19,76	-3,93	18.592.256	24,52
Outros créditos	92.974	0,09	42,91	65.056	0,07	-88,78	579.684	0,76
Investimentos	495.598	0,47	11,96	442.669	0,49	27,93	346.017	0,46
Imobilizado	1.702.565	1,63	16,88	1.456.690	1,61	18,58	1.228.486	1,62
Intangível	60.961	0,06	25,07	48.740	0,05	-22,34	62.761	0,08
Total do ativo	104.538.376	100,00	15,62	90.413.659	100,00	19,25	75.815.941	100,00
PASSIVO								
Circulante	79.045.419	75,61	16,01	68.134.103	75,36	21,02	56.302.104	74,26
Depósitos	64.226.576	61,44	16,42	55.170.110	61,02	15,72	47.674.117	62,88
Obrigações por operações compromissadas	61.772	0,06	-86,11	444.708	0,49	315,70	106.979	0,14
Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias e debêntures	2.676.383	2,56	23,58	2.165.709	2,40	95,58	1.107.343	1,46
Relações interfinanceiras	2.565.107	2,45	13,36	2.262.818	2,50	38,73	1.631.142	2,15
Relações interdependências	676.168	0,65	-6,59	723.868	0,80	-0,54	727.784	0,96
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	235	0,00	-	-	-
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	1.988.009	1,90	-20,35	2.495.842	2,76	44,47	1.727.544	2,28
Obrigações por repasses no Exterior	-	-	-	664	0,00	0,00	664	0,00
Outras obrigações	6.851.404	6,55	40,68	4.870.149	5,39	46,40	3.326.531	4,39
Não circulante	4.167.736	3,99	11,76	3.729.256	4,12	21,37	3.072.658	4,05
Depósitos	756.439	0,72	47,23	513.790	0,57	49,61	343.410	0,45
Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias e debêntures	1.177.742	1,13	139,92	490.899	0,54	74,83	280.791	0,37
Obrigações por repasses do País - Inst. Oficiais	2.218.827	2,12	7,20	2.069.857	2,29	13,67	1.820.895	2,40
Outras obrigações	13.728	0,01	-97,90	653.508	0,72	4,47	625.571	0,83
Resultados de exercícios futuros	1.000	0,00	-16,81	1.202	0,00	-39,63	1.991	0,00
PATRIMONIO LÍQUIDO	21.325.221	20,40	14,96	18.550.300	20,52	12,83	16.441.179	21,69
Capital social	13.439.861	12,86	10,54	12.158.243	13,45	10,62	10.991.042	14,50
Reserva de capital	67.071	0,06	24,09	54.050	0,06	38,67	38.977	0,05
Reserva de lucros	6.485.628	6,20	22,96	5.274.546	5,83	35,08	3.904.786	5,15
Lucros ou prejuízos/Sobras ou perdas acumuladas	1.330.429	1,27	25,54	1.059.800	1,17	-29,78	1.509.220	1,99
Reserva de reavaliação	873	0,00	-3,11	901	0,00	-49,07	1.769	0,00
Ajuste ao valor de mercado - TVM	1.359	0,00	-51,79	2.819	0,00	-161,43	-4.589	-0,01
Ações em tesouraria	-	-	-	-59	-	-	-26	0,00
Total do passivo e do patrimonio líquido	104.538.376	100,00	15,62	90.413.659	100,00	19,25	75.815.941	100,00

Fonte: Adaptado pela autora (2019).

A **Figura 2** demonstra em sua análise vertical que, nos três períodos analisados, o ativo circulante tem maior participação no ativo total que o ativo não circulante, sendo sua

importância em 2016 de 54,42%, em 2016 aumentou para 61,41% em 2017 e passou para 61,45% em 2018.

Conforme observado na **Figura 2**, a análise horizontal da conta ativo circulante mostra que a conta está em constante evolução considerando que de 2016 para 2017 evoluiu 34,58%, e que de 2017 para 2018 evoluiu 15,69%, representando monetariamente um aumento de R\$14.266.897,00 do ativo circulante em 2017 comparando com 2016.

De acordo com a análise vertical da **Figura 2**, a conta de maior representatividade do ativo circulante é a conta de operações de crédito dentro do ativo circulante, que em 2016 representava 26,23% do ativo total, em 2017 representava 27,66% e em 2018 representava 27,19%.

Observando o passivo na **Figura 2**, através da análise vertical, percebe-se que a conta que tem maior importância dentro do passivo é o circulante, que em 2016 representava 74,26% do total do passivo com o patrimônio líquido; em 2017 representava 75,36% e em 2018 75,61%. Nota-se que a conta passivo circulante vem aumentando sua representatividade nos três anos analisados.

A conta que tem maior representatividade dentro do passivo circulante de acordo com análise vertical da **Figura 2** é a conta de depósitos, que em 2016 representava 62,88% do total do ativo e patrimônio líquido, em 2017 61,02% e 2018 61,44%. Pode-se afirmar que a conta de depósitos é a maior obrigação de terceiros que o sistema SICCOB possui, pois segundo Marion (2018), o passivo demonstra as obrigações que a empresa tem a pagar. Já o passivo circulante evidencia as dívidas com terceiros que serão pagas a curto prazo.

Observa-se, na análise horizontal da **Figura 2**, que a conta de depósitos do passivo circulante nos anos analisados encontra-se em evolução, pois evoluiu 15,72% em 2017 comparando com 2016 e evoluiu 16,42% em 2018 em relação ao ano de 2017.

Já analisando o patrimônio líquido, a **Figura 2** demonstra que o patrimônio líquido do sistema SICCOB encontra-se em evolução nos três anos que foram analisados, pois, de acordo com a análise horizontal, em 2017 evoluiu 12,68% comparando com 2016 e em 2018 evoluiu 14,96% comparando com 2017. Isso demonstra que o capital próprio do sistema vem aumentando durante os anos, pois conforme Gonçalves e Baptista (2011), o Patrimônio Líquido trata das obrigações que a empresa tem com os sócios, acionistas ou titulares.

A principal conta dentro do patrimônio líquido é a conta de capital social, segundo a análise vertical, o capital social representava em 2016 14,50% do total do passivo e patrimônio líquido, em 2017 representava 13,45% e em 2018 12,86%, nota-se que nos anos analisados o capital social veio diminuindo sua representatividade.

Em seguida, a **Figura 3** mostra a análise horizontal e vertical feita na demonstração combinada de resultados do sistema SICOOB com os resultados dos anos de 2016, 2017 e 2018. Os resultados estão demonstrados em milhares de reais.

Figura 3 - Análise vertical e horizontal demonstração combinada do resultado sistema SICOOB dos anos de 2016, 2017 e 2018.

DEMONSTRAÇÃO COMBINADA DO RESULTADO SICOOB (em milhares de reais)								
	2018	AV(%) 2018	AH(%) 2018/ 2017	2017	AV(%) 2017	AH(%) 2017/ 2016	2016	AV(%) 2016
Receitas da intermediação financeira	12.548.515	100,00	-1,85	12.785.541	100,00	4,45	12.241.058	100,00
Operações de crédito	10.093.676	80,44	7,53	9.386.991	73,42	6,26	8.834.289	72,17
Resultado com títulos e valores mobiliários	2.398.669	19,12	-28,59	3.359.005	26,27	0,02	3.358.223	27,43
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-1.269	-0,01	-127,56	4.605	0,04	-30,79	6.654	0,05
Resultado das aplicações compulsórias	49.211	0,39	41,21	34.850	0,27	-16,81	41.892	0,34
Operações de venda ou transferência de ativos	8.228	0,07	9042,22	90	0,00	-	-	-
Despesas da intermediação financeira	-5.323.666	-42,42	-14,40	-6.219.329	-48,64	-4,41	-6.506.351	-53,15
Operações de captação no mercado	-3.151.659	-25,12	-25,75	-4.244.754	-33,20	-7,46	-4.586.871	-37,47
Operações de empréstimos e repasses	-181.869	-1,45	0,49	-180.982	-1,42	-17,57	-219.570	-1,79
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-1.989.595	-15,86	11,17	-1.789.765	-14,00	5,29	-1.699.910	-13,89
Operações de venda ou de transferência de ativos	-543	0,00	-85,82	-3.828	-0,03	-	-	-
Resultado bruto da intermediação financeira	7.224.849	57,58	10,03	6.566.212	51,36	14,50	5.734.707	46,85
Outras receitas (despesas) operacionais	-3.760.708	-29,97	6,73	-3.523.667	-27,56	14,12	-3.087.718	-25,22
Receitas de prestação de serviços	1.566.298	12,48	12,50	1.392.273	10,89	95,82	710.987	5,81
Rendas de tarifas bancárias	763.138	6,08	23,21	619.356	4,84	23,23	502.618	4,11
Despesas de pessoal	-3.131.878	-24,96	14,08	-2.745.444	-21,47	16,33	-2.360.067	-19,28
Despesas administrativas	-2.551.452	-20,33	1,68	-2.509.267	-19,63	17,35	-2.138.199	-17,47
Despesas tributárias	-230.607	-1,84	9,73	-210.166	-1,64	48,48	-141.541	-1,16
Resultado de participações em controladas e coligadas	51.278	0,41	29,86	39.488	0,31	132,73	16.967	0,14
Outras receitas operacionais	862.514	6,87	33,79	644.659	5,04	-14,41	753.165	6,15
Outras despesas operacionais	-1.089.999	-8,69	44,45	-754.566	-5,90	74,81	-431.648	-3,53
Resultado operacional	3.464.141	27,61	13,86	3.042.545	23,80	14,94	2.646.989	21,62
Resultado não operacional	-41.003	-0,33	230,62	-12.402	-0,10	162,31	-4.728	-0,04
Resultado antes da tributação e da participação no lucro	3.423.138	27,28	12,97	3.030.143	23,70	14,68	2.642.261	21,59
Imposto de renda e contribuição social	-244.855	-1,95	31,18	-186.651	-1,46	7,39	-173.807	-1,42
Imposto de renda	-151.065	-1,20	20,01	-125.874	-0,98	29,80	-96.972	-0,79
Contribuição social	-122.329	-0,97	18,86	-102.917	-0,80	29,32	-79.584	-0,65
Crédito fiscal diferido	28.539	0,23	-32,28	42.140	0,33	1432,92	2.749	0,02
Participação dos empregados no lucro	-92.138	-0,73	50,60	-61.179	-0,48	24,83	-49.009	-0,40
Lucro líquido do semestre/exercício	3.086.145	24,59	10,92	2.782.313	21,76	15,00	2.419.445	19,76

Fonte: Adaptado pela autora (2019).

A principal receita que o sistema de cooperativas SICOOB tem, segundo a análise vertical na **Figura 3**, é a receita com operações de crédito, em 2016 tinha uma relevância de 72,17%, aumentando sua representatividade para 73,42% em 2017 e passando para 80,44% de representatividade em 2018.

Analisando as receitas da intermediação financeira na **Figura 3**, observa-se que, na análise horizontal em 2017, comparando com o ano 2016 obteve-se um aumento de 4,45%, totalizando um aumento de R\$554.483,00. Já o ano de 2018 teve uma queda em relação ao ano de 2017 de 1,85% totalizando uma diminuição da receita em R\$ 237.026,00.

Nota-se na **Figura 3**, que, mesmo com a diminuição da receita com intermediação financeira em 2018 em relação a 2017, o sistema conseguiu obter um lucro líquido do exercício maior em 2018 que em 2017. Isso ocorreu devido ao fato de o sistema ter diminuído 14,40% de sua despesa com intermediação financeira como observado na análise horizontal dessa conta, notando que a diminuição da despesa compensou a diminuição da receita no ano.

Pode-se observar através da **Figura 3**, levando em consideração a análise vertical realizada na demonstração combinada do resultado do SICOOB, que as principais despesas eram as despesas com intermediação financeira tendo representação de 53,15% em relação às receitas de intermediação financeira em 2016, 48,64% em 2017 e 42,42% em 2018. Observa-se que a representatividade dessa despesa foi diminuindo ao longo dos três anos analisados.

Como visto na **Figura 3**, pode-se afirmar que o sistema SICOOB encontra-se em aumento de seu lucro líquido nos três anos analisados, conforme a análise vertical, o lucro líquido cresceu 15% em 2017 comparando o lucro obtido em 2016 e continuou crescendo em 2018 comparando com 2017 a conta apresentou uma evolução de 10,92%.

Em seguida, a **Figura 4** mostra a análise horizontal e vertical feita no balanço patrimonial combinado do sistema SICREDI com os resultados dos anos de 2016, 2017 e 2018, os valores estão demonstrados em forma de milhares de reais.

Figura 4 - Análise vertical e horizontal balanço patrimonial combinado do sistema SICREDI.

BALANÇOS PATRIMONIAIS COMBINADOS 2016 a 2018 SICREDI (IEm milhares de reais)								
	2018	AV(%) 2018	AH(%) 2018/ 2017	2017	AV(%) 2017	AH(%) 2017/ 2016	2016	AV(%) 2016
ATIVO								
Circulante	66.862.448	76,17	18,69	56.334.350	77,37	18,05	47.721.733	76,82
Disponibilidades	660.833	0,75	17,66	561.656	0,77	11,65	503.044	0,81
Aplicações interf inanceiras de liquidez	20.407.833	23,25	35,95	15.011.397	20,62	-13,76	17.396.735	28,00
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	16.256.176	18,52	-0,44	16.328.210	22,43	73,18	9.428.664	15,18
Relações interfinanceiras	2.881.838	3,28	86,60	1.544.405	2,12	41,34	1.092.710	1,76
Depósitos no Banco Central	2.307.605	2,63	114,32	1.076.695	1,48	58,12	680.919	1,10
Operações de crédito	24.186.519	27,55	15,19	20.997.797	28,84	17,59	17.856.111	28,74
Outros créditos	2.042.116	2,33	33,13	1.533.899	2,11	24,30	1.234.011	1,99
Não circulante	20.922.712	23,83	26,99	16.475.663	22,63	14,41	14.400.389	23,18
Realizável a longo prazo	19.044.981	21,69	27,52	14.934.441	20,51	14,39	13.055.239	21,02
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.231.780	1,40	-37,37	1.966.793	2,70	0,70	1.953.195	3,14
Operações de crédito	17.661.981	20,12	38,54	12.748.833	17,51	16,79	10.916.440	17,57
Outros créditos	151.220	0,17	-30,89	218.815	0,30	17,89	185.604	0,30
Permanente	1.877.731	2,14	21,83	1.541.222	2,12	14,58	1.345.150	2,17
Investimentos	192.713	0,22	10,76	173.988	0,24	11,79	155.640	0,25
Imobilizado de uso	1.261.110	1,44	20,65	1.045.224	1,44	20,37	868.378	1,40
Intangível	423.908	0,48	31,64	322.010	0,44	0,27	321.132	0,52
Total do ativo	87.785.160	100,00	20,57	72.810.013	100,00	17,20	62.122.122	100,00
PASSIVO								
Circulante	37.899.461	43,17	47,67	25.664.991	35,25	17,18	21.901.599	35,26
Depósitos	29.271.582	33,34	51,12	19.370.187	26,60	18,09	16.403.223	26,40
Captações no mercado aberto	2.199.265	2,51	133,86	940.413	1,29	-13,14	1.082.635	1,74
Recursos de aceites e emissão de títulos	462.362	0,53	-23,16	601.727	0,83	370,11	127.998	0,21
Relações interf inanceiras	1.750.230	1,99	25,66	1.392.782	1,91	207,41	453.065	0,73
Relações interdependências	178.275	0,20	43,45	124.276	0,17	-6,78	133.311	0,21
Obrigações por empréstimos	590.484	0,67	89,23	312.040	0,43	-18,39	382.340	0,62
Obrigações por repasses no País - Instituições oficiais	1.623.659	1,85	22,04	1.330.480	1,83	21,91	1.091.396	1,76
Instrumentos financeiros derivativos	546	0,00	-98,88	48.881	0,07	733,15	5.867	0,01
Outras obrigações	1.823.058	2,08	18,06	1.544.205	2,12	-30,50	2.221.764	3,58
Não circulante	35.702.182	40,67	2,07	34.978.033	48,04	16,73	29.964.538	48,23
Exigível a longo prazo	35.702.182	40,67	2,07	34.978.033	48,04	16,73	29.964.538	48,23
Depósitos	27.971.678	31,86	-0,11	28.003.225	38,46	17,99	23.733.137	38,20
Captações no mercado aberto	818.495	0,93	-5,40	865.261	1,19	20,25	719.554	1,16
Recursos de aceites e emissão de títulos	1.901	0,00	-80,48	9.740	0,01	-95,70	226.291	0,36
Obrigações por empréstimos	105.245	0,12	-39,44	173.800	0,24	-	-	-
Obrigações por repasses no País - Instituições oficiais	6.494.481	7,40	15,01	5.646.644	7,76	12,10	5.037.112	8,11
Outras obrigações	310.382	0,35	11,10	279.363	0,38	12,45	248.444	0,40
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13.821.638	15,74	17,08	11.805.481	16,21	19,25	9.899.477	15,94
Capital social	6.491.979	7,40	10,65	5.867.266	8,06	11,49	5.262.389	8,47
Reservas de lucros	5.961.700	6,79	25,62	4.745.999	6,52	25,22	3.790.178	6,10
Ajustes de avaliação patrimonial	-230	0,00	-54,72	-508	0,00	-36,34	-798	0,00
Lucros acumulados	1.368.189	1,56	14,71	1.192.724	1,64	40,70	847.708	1,36
Total do passivo e do patrimônio líquido	87.785.160	100,00	20,57	72.810.013	100,00	17,20	62.122.122	100,00

Fonte: Adaptado pela autora (2019).

O balanço patrimonial combinado acima é um balanço resumido com as principais contas em que foram feitas as análises horizontais e verticais. O balanço com a análise completa se encontra no **Apêndice B**.

A conta do ativo que possui maior relevância dentro do ativo total nos três anos analisados é o circulante que, observando a análise vertical na **Figura 4**, verifica-se que o ativo circulante em 2016 representava 76,82% do seu ativo total, e em 2017 representava 77,37% e em 2018 representava 72,17%.

Observando a **Figura 4**, nota-se que o sistema SICREDI vem evoluindo o seu ativo circulante. De acordo com o resultado da análise horizontal, a conta de ativo circulante cresceu 18,05% em 2017 em relação ao ano de 2016, continuou em evolução para 18,69% no ano de 2018 comparando com o ano de 2017.

Observa-se, na **Figura 4**, que a conta de maior representatividade dentro do ativo circulante a conta de operações de crédito que, de acordo com a análise vertical em 2016, representava 28,74% do ativo total; em 2017 representava 28,84% e em 2018 representava 27,55%. Através dessa análise, pode-se afirmar que a conta de operações de crédito é a que gera mais caixa para o sistema, pois, conforme Martins, Miranda de Diniz (2019), o ativo é composto de contas representativas de bens e direitos ou outros recursos utilizados pela empresa que gerem ou ajudem a gerar caixa.

Analisando o passivo do sistema SICOOB, a **Figura 4** demonstra que a conta com mais participação no passivo nos anos de 2016 e 2017 é a conta do não circulante. Com isso, nota-se que o perfil de endividamento do sistema SICREDI nesses dois anos é no longo prazo devido ao passivo circulante ser menor que o não circulante. Em 2016, representava 48,23% do total do passivo circulante com o patrimônio líquido, em 2017 representava 48,04%. Já em 2018, representava 40,67% enquanto o passivo circulante ultrapassava o não circulante com 43,17% de representatividade se tornando a conta mais relevante do passivo no ano de 2018.

Observando a análise horizontal do passivo não circulante, verifica-se que a conta vem evoluindo nos anos analisados, sendo que em 2017 comparando com 2016 a conta teve uma evolução de 17,18% e em 2018 comparando com 2017 evoluiu 47,67% uma evolução muito significativa comparando-a com a evolução do ano anterior.

Já analisando o patrimônio líquido, na **Figura 4**, nota-se que o capital próprio do sistema SICREDI se encontra em evolução nos três anos em análise. De acordo com a análise horizontal, em 2017 obteve um aumento de 19,25% em relação ao ano de 2016, esse aumento foi devido à significativa evolução da conta de lucros acumulados de 40,70% no período e ao aumento de 25,22% na conta de reserva de lucros. Já em 2018 teve uma evolução na conta de 17,08% em relação ao ano de 2017; esse aumento ocorreu devido ao aumento de 25,62% na conta de reservas de lucros e ao aumento de 14,71% nos lucros acumulados.

A conta de maior impacto dentro do patrimônio líquido, de acordo com a análise vertical na **Figura 4**, é o capital social nos três anos que foram analisados. Em 2016 a conta representava 8,47% do total do passivo e do patrimônio líquido; em 2017 representava 8,06% e em 2018 representava 7,40%. Observa-se que nos três anos em que foi realizado a análise, o capital social vem diminuindo sua representatividade frente ao total do passivo com patrimônio líquido.

Em seguida, a **Figura 5** mostra a análise horizontal e vertical feita na demonstração combinado do resultado do sistema SICREDI com os resultados dos anos de 2016, 2017 e 2018.

Figura 5 - Análise vertical e horizontal demonstração combinado do resultado do sistema SICREDI.

Demonstrações combinadas dos resultados 2016 A 2018 SICREDI (Em milhares de reais)								
	2018	AV(%) 2018	AH(%) 2018/ 2017	2017	AV(%) 2017	AH(%) 2017/ 2016	2016	AV(%) 2016
Receitas da intermediação financeira	5.263.692	100,00	-4,80	5.529.131	100,00	9,58	5.045.646	100,00
Operações de crédito	4.127.947	78,42	8,22	3.814.244	68,98	12,27	3.397.285	67,33
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	1.834	0,03	-40,42	3.078	0,06	220,63	960	0,02
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	1.064.318	20,22	-36,34	1.671.886	30,24	3,00	1.623.244	32,17
Resultado de operações de câmbio	21.019	0,40	207,88	6.827	0,12	-	-	-
Resultado de aplicações compulsórias	48.574	0,92	46,77	33.096	0,60	37,00	24.157	0,48
Despesas da intermediação financeira	-1.994.512	-37,89	-18,36	-2.442.939	-44,18	-2,48	-2.504.997	-49,65
Operações de captação no mercado	-1.338.708	-25,43	-29,61	-1.901.790	-34,40	1,34	-1.876.714	-37,19
Operações de empréstimos e repasses	-205.899	-3,91	93,31	-106.515	-1,93	-503,04	26.428	0,52
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-449.905	-8,55	3,51	-434.634	-7,86	-33,13	-650.009	-12,88
Resultado bruto da intermediação financeira	3.269.180	62,11	5,93	3.086.192	55,82	21,47	2.540.649	50,35
Outras receitas (despesas) operacionais	-1.667.762	-31,68	3,25	-1.615.245	-29,21	12,86	-1.431.176	-28,36
Receitas de prestação de serviços	909.912	17,29	24,30	732.016	13,24	19,83	610.863	12,11
Despesas de pessoal	-1.140.483	-21,67	10,70	-1.030.214	-18,63	16,57	-883.748	-17,52
Outras despesas administrativas	-1.046.137	-19,87	14,05	-917.229	-16,59	15,26	-795.814	-15,77
Despesas tributárias	-51.853	-0,99	22,58	-42.301	-0,77	7,59	-39.317	-0,78
Resultado de participações em controladas	12.373	0,24	13,80	10.873	0,20	-15,31	12.839	0,25
Outras receitas operacionais	330.376	6,28	63,16	202.484	3,66	-2,88	208.492	4,13
Outras despesas operacionais	-681.950	-12,96	19,39	-571.174	-10,33	4,90	-544.491	-10,79
Resultado operacional	1.601.418	30,42	8,89	1.470.647	26,60	32,55	1.109.473	21,99
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	1.601.418	30,42	8,89	1.470.647	26,60	32,55	1.109.473	21,99
Imposto de renda e contribuição social	-64.328	-1,22	-25,87	-86.776	-1,57	6,22	-81.691	-1,62
Imposto de renda	-32.094	-0,61	-30,74	-46.338	-0,84	-2,13	-47.345	-0,94
Contribuição social	-24.934	-0,47	-26,31	-33.837	-0,61	-1,92	-34.498	-0,68
Créditos fiscais diferidos líquidos	-7.300	-0,14	10,59	-6.601	-0,12	-4442,76	152	0,00
Participações nos lucros	-141.165	-2,68	15,29	-122.448	-2,21	23,73	-98.962	-1,96
Participação dos acionistas não controladores	-33.587	-0,64	-2,16	-34.329	-0,62	18,10	-29.068	-0,58
Lucro líquido do semestre	1.362.338	25,88	11,02	1.227.094	22,19	36,38	899.752	17,83
Juros sobre o capital próprio	-6.861	-0,13	-60,22	-17.247	-0,31	-4,74	-18.105	-0,36

Fonte: Adaptado pela autora (2019).

Como observado na **Figura 5**, o sistema SICREDI, assim como o sistema SICOOB, que foi analisado na **Figura 2**, tem como maior despesa a despesa com intermediação financeira, que segundo a análise vertical, tem uma representatividade em relação às receitas da intermediação financeira no ano de 2016 de 49,65%, em 2017 de 44,18% e em 2018 de 37,89%.

Em relação às receitas com intermediação financeira, a análise vertical na **Figura 5**, revela que o sistema SICREDI possui como maior receita as com operações de crédito. Que tem representatividade de 67,33% em 2016, 68,98% em 2017 e 78,42% em 2018. Nota-se que o impacto que as operações de crédito tem nas receitas com a intermediação financeira está aumentando de um ano para outro.

Nota-se, que assim como o sistema SICOOB, o sistema SICREDI apresentou evolução nos anos analisados na conta de lucro líquido. Conforme a **Figura 5**, observando a análise horizontal da conta em 2017, houve um aumento de 36,38% em relação ao ano de 2016. Isso ocorreu devido ao aumento de 19,27% das operações de crédito e 19,83% nas receitas com prestação de serviços. Já no ano de 2018 apresentou uma evolução de 11,02% em relação ao ano de 2017 o que levou essa evolução foi o aumento de 8,22% nas operações de crédito e o aumento de 24,3% nas receitas com prestação de serviços.

No tópico seguinte, serão abordados os resultados e feitas as discussões pertinentes às análises dos índices realizadas nas demonstrações contábeis de 2016, 2017 e 2018 dos sistemas de cooperativas de crédito SICOOB e SICREDI.

4.2 Análise dos índices

Apresenta-se, nesta seção, os resultados das análises de índices de liquidez, índices de rentabilidade, índices financeiros e índices de endividamento dos sistemas analisados nos anos de 2016, 2017 e 2018.

Os resultados dos índices estão expostos em tabelas que contêm os dois sistemas e o resultado de cada um referente a cada ano. Os resultados serão demonstrados também em formas de gráficos para melhor capacidade de avaliação.

4.2.1 Índices de liquidez

Segundo Zdanowicz (2014), os índices de liquidez são importantes para avaliar a capacidade de honrar as dívidas, com a comparação que é feita entre os bens e direitos, procurando avaliar a solidez da situação econômica e financeira da empresa.

Foram feitas análises de três índices de liquidez: o de liquidez geral, liquidez corrente e liquidez imediata que serão demonstrados a seguir.

A seguir, na **Tabela 2**, será demonstrado o resultado do índice de liquidez geral do sistema SICOOB e SICREDI dos anos de 2016, 2017 e 2018.

Tabela 2 - Índice de liquidez geral dos sistemas SICOOB e SICREDI de 2016 a 2018.

LIQUIDEZ GERAL					
	FÓRMULA	SISTEMA	2018	2017	2016
LG	<u>Ativo Circulante + Realizável ao longo prazo</u>	SICOOB	1,24	1,24	1,26
=	<u>Passivo Circulante + Passivo Não Circulante</u>	SICREDI	1,17	1,20	1,17

Fonte: Adaptado pela autora (2019).

O objetivo desse índice, segundo Padoveze (2017), é medir a capacidade de pagamento das obrigações da empresa focando nos credores de longo prazo que a empresa tem.

Como observado na **Tabela 2**, o sistema SICOOB apresentou um resultado do índice de liquidez geral de 1,26 no ano de 2016, diminuindo para 1,24 no ano de 2017 e permanecendo em 1,24 no ano de 2018. Já o sistema SICREDI apresentou o resultado de 1,17 no ano de 2016, aumentando para 1,20 no ano de 2017 e diminuindo para 1,17 no ano de 2018.

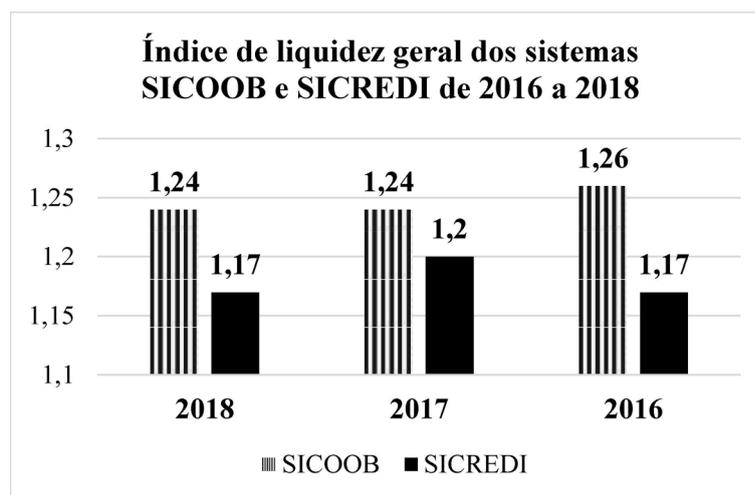
Os dois sistemas obtiveram resultados maiores que um em todos os anos analisados, sendo assim, pode-se afirmar que os dois sistemas possuem capacidade para honrar com suas obrigações de curto e longo prazo ou seja, os recursos do ativo total são maiores que as obrigações do passivo total que é o passivo circulante mais as obrigações do passivo não circulante.

Observa-se que no sistema SICREDI houve um aumento no índice em 2017 em relação ao ano de 2016 devido ao aumento dos valores de todas as contas do ativo, sendo o mais significativo o da conta Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos que passou do valor de 9.428.664 em 2016 para 16.328.210 em 2017 tendo um aumento de 73,17%. Houve uma queda no índice no ano de 2018 em relação ao ano de 2017, podendo-se observar um aumento significativo da conta Depósitos dentro do Passivo circulante passando de 19.370.187 no ano de 2017 para 29.271.582 no ano de 2018, totalizando um aumento de 51,12%.

Já no sistema SICOOB, houve uma diminuição do índice do ano de 2017 em relação a 2016. Observa-se que houve um aumento de 12.488.597 no Passivo total de 2017 em relação ao de 2016 obtendo um aumento de 21,03% no passivo.

Na **Figura 6**, a seguir, será ilustrada em forma de gráfico a oscilação dos resultados do índice de liquidez geral nos anos de 2016, 2017 e 2018 dos sistemas de cooperativas de SICOOB E SICREDI.

Figura 6 - Índice de liquidez geral dos sistemas SICOOB e SICREDI de 2016 a 2018.



Fonte: Adaptado pela autora (2019).

A seguir na **Tabela 3** será demonstrado o resultado do índice de liquidez corrente do sistema SICOOB e SICREDI dos anos de 2016, 2017 e 2018.

Tabela 3 - Índice de liquidez corrente dos sistemas SICOOB e SICREDI de 2016 a 2018.

LIQUIDEZ CORRENTE					
	FÓRMULA	SISTEMA	2018	2017	2016
LC=	Ativo Circulante	SICOOB	0,81	0,81	0,73
	Passivo Circulante	SICREDI	1,76	2,19	2,18

Fonte: Adaptado pela autora (2019).

Segundo Hoji (2017), a liquidez corrente tem como objetivo de desmontar a capacidade que a empresa possui para liquidar imediatamente (liquidez) os seus compromissos no curto prazo.

Na **Tabela 3**, o sistema SICOOB apresentou no índice de liquidez corrente um resultado de 0,73 no ano de 2016, aumentado para 0,81 no ano de 2017 e permanecendo com 0,81 no ano de 2018. E o sistema SICREDI apresentou um resultado de 2,18 no ano de 2016, diminuindo para 2,19 em 2017 e diminuindo para 1,76 em 2018.

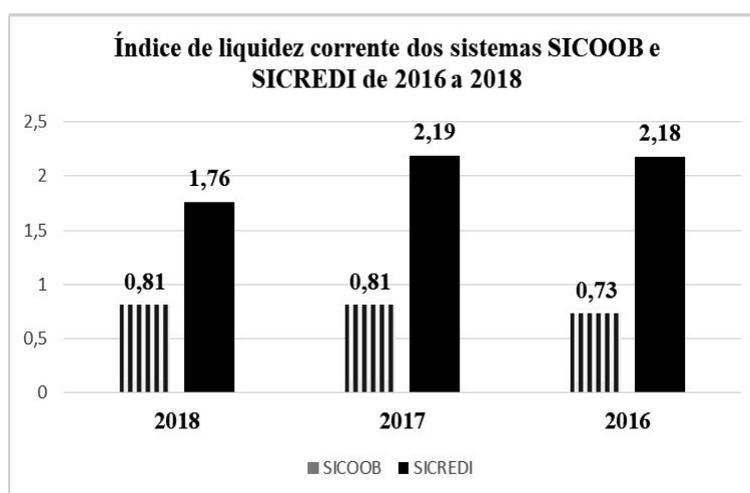
Em relação ao sistema SICOOB, a **Tabela 3** mostra que nos três anos analisados o

sistema apresentou resultados menores que um, isso demonstra que o sistema não possui disponibilidades suficientes para a quitação de dívidas no curto prazo. Ou seja, o ativo circulante não consegue honrar com as obrigações do passivo circulante.

‘Já analisando o sistema SICREDI, a **Tabela 3** evidencia que nos três anos analisados o sistema apresentou resultados maiores que um, podendo-se dizer que o sistema possui capacidade para a liquidação de suas dívidas no curto prazo. Assaf Neto (2018) caracteriza esse resultado maior que um como uma folga financeira para que ela possa honrar suas dívidas no curto prazo.

Na **Figura 7**, a seguir, será ilustrada em forma de gráfico a oscilação dos resultados do índice de liquidez corrente nos anos de 2016, 2017 e 2018 dos sistemas de cooperativas de SICOOB E SICREDI.

Figura 7 - Índice de liquidez corrente dos sistemas SICOOB e SICREDI de 2016 a 2018.



Fonte: Adaptado pela autora (2019).

A seguir na **Tabela 4** será demonstrado o resultado do índice de liquidez imediata do sistema SICOOB e SICREDI dos anos de 2016, 2017 e 2018.

Tabela 4 - Índice de liquidez imediata dos sistemas SICOOB e SICREDI de 2016 a 2018.

LIQUIDEZ IMEDIATA					
	FÓRMULA	SISTEMA	2018	2017	2016
LI=	Disponível	SICOOB	0,01	0,01	0,01
	Passivo Circulante	SICREDI	0,02	0,02	0,02

Fonte: Adaptado pela autora (2019).

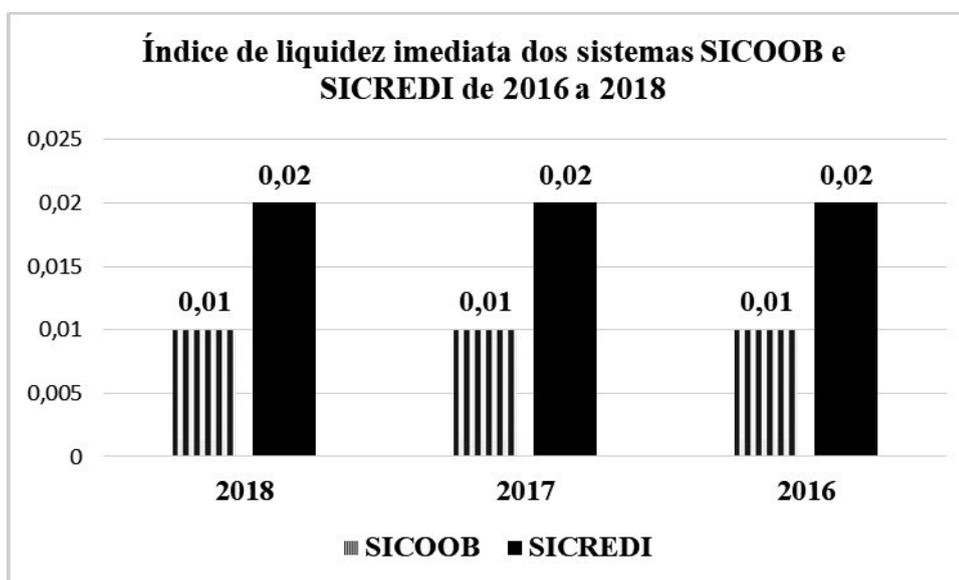
De acordo com Hoji (2017), o índice de liquidez imediata tem o objetivo de calcular quanto a empresa tem para liquidar imediatamente seus compromissos a curto prazo.

Na **Tabela 4**, observa-se que o sistema SICOOB teve o resultado de 0,01 para 2016, 2017 e 2018 e o sistema SICREDI teve o resultado de 0,02 para os três anos analisados.

Nota-se que os sistema de cooperativas de crédito SICOOB e SICREDI obteve resultados menores que um em todos os anos. A liquidez imediata está atrelada à capacidade de pagamento que a empresa tem para pagar as dívidas imediatas ou para emergências financeiras. Os dois sistemas analisados apresentaram um valor no índice de liquidez imediata bem menor que os outros índices liquidez indicado que o valor disponível não é capaz de liquidar seu passivo circulante, que são as dívidas de curto prazo.

Na **Figura 8**, a seguir será ilustrada em forma de gráfico a oscilação dos resultados do índice de liquidez imediata nos anos de 2016, 2017 e 2018 dos sistemas de cooperativas de SICOOB E SICREDI.

Figura 8 - Índice de liquidez imediata dos sistemas SICOOB e SICREDI de 2016 a 2018.



Fonte: Adaptado pela autora (2019)

4.2.2 Índices de rentabilidade

Segundo Padoveze e Benedicto (2010), os índices de rentabilidade vêm para mostrar a produtividade do ativo, demonstrar as margens de lucratividade sobre venda e evidenciar como é formada a estrutura do capital da empresa.

A seguir serão demonstrados os resultados e as discussões relacionadas aos índices de rentabilidade. Foram analisados o índice de margem operacional e o índice de margem bruta dos sistemas de cooperativas SICOOB e SICREDI nos anos de 2016, 2017 e 2018.

Iniciando as análises de rentabilidade, serão demonstrados, na **Tabela 5**, os resultados do índice margem operacional do sistema SICOOB e SICREDI dos anos de 2016, 2017 e 2018.

Tabela 5 - Índice de margem operacional dos sistemas SICOOB e SICREDI de 2016 a 2018.

MARGEM OPERACIONAL					
	FÓRMULA	SISTEMA	2018	2017	2016
MO	<u>Sobra operacional líquida</u>	SICOOB	0,43	0,42	0,42
	Receita operacional líquida	SICREDI	0,42	0,40	0,35

Fonte: Adaptado pela autora (2019).

Segundo Padoveze (2010) a margem operacional demonstra o percentual de lucro operacional em cada venda que a empresa efetuou. É a margem tida como a mais importante para os investidores, pois o que mais gera caixa para empresa é o lucro operacional.

Na **Tabela 5**, observa-se que o sistema SICOOB obteve um resultado de 0,42 no ano de 2016, mantendo esse resultado de 0,42 no ano de 2017 e aumentando para 0,43 no ano de 2018. Já o sistema SICREDI obteve um resultado de 0,35 no ano de 2016, aumentando para 0,40 em 2017 e continuou aumentado para 0,42 em 2018.

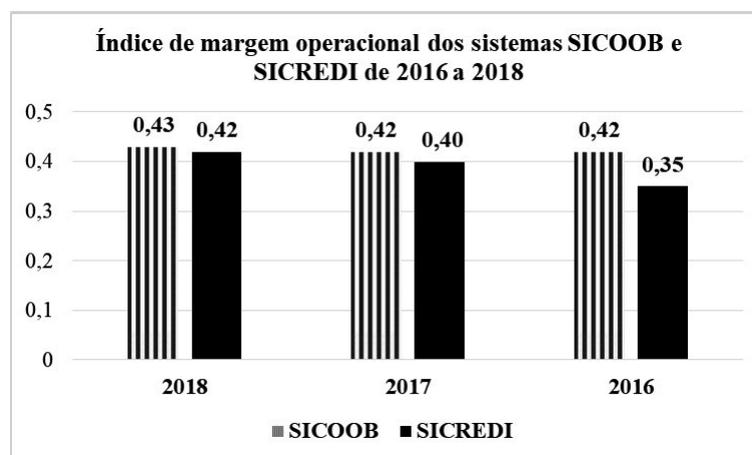
Observando os resultados da margem operacional do sistema SICOOB, chega-se à conclusão de que, em 2016 e 2017, 42% de suas sobras operacionais foram referentes à receita operacional líquida, e que em 2018 subiu para 43% de suas sobras foram provenientes da receita operacional.

Analisando os resultados do sistema SICREDI, observa-se que em 2016 35% de sua sobra é referente à receita operacional, que em 2017 subiu para 40% e em 2018 continuou subindo para 42%.

Os dois sistemas analisados estão aumentando à proporção de sobras referentes a receita operacional líquida, ou seja, as sobras referentes à atividade operacional, que é a conta de receita da intermediação financeira dos dois sistemas, cresceram nos três anos analisados.

Na **Figura 9** a seguir, será ilustrada em forma de gráfico a oscilação dos resultados do índice de rentabilidade margem operacional nos anos de 2016, 2017 e 2018 dos sistemas de cooperativas de SICOOB E SICREDI.

Figura 9 - Índice de rentabilidade margem operacional dos sistemas SICOOB e SICREDI de 2016 a 2018.



Fonte: Adaptado pela autora (2019).

Dando continuidade às análises de rentabilidade, serão demonstrados na **Tabela 6** os resultados do índice margem bruta do sistema SICOOB e SICREDI dos anos de 2016, 2017 e 2018.

Tabela 6 - Índice de margem bruta dos sistemas SICOOB e SICREDI de 2016 a 2018.

MARGEM BRUTA					
	FÓRMULA	SISTEMA	2018	2017	2016
MB=	$\frac{\text{Sobra operacional bruta}}{\text{Receita Operacional Líquida}}$	SICOOB	0,48	0,46	0,46
		SICREDI	0,49	0,48	0,44

Fonte: Adaptado pela autora (2019).

Segundo Zdanowicz (2014), o índice de rentabilidade margem bruta tem como objetivo apresentar a lucratividade primária da cooperativa.

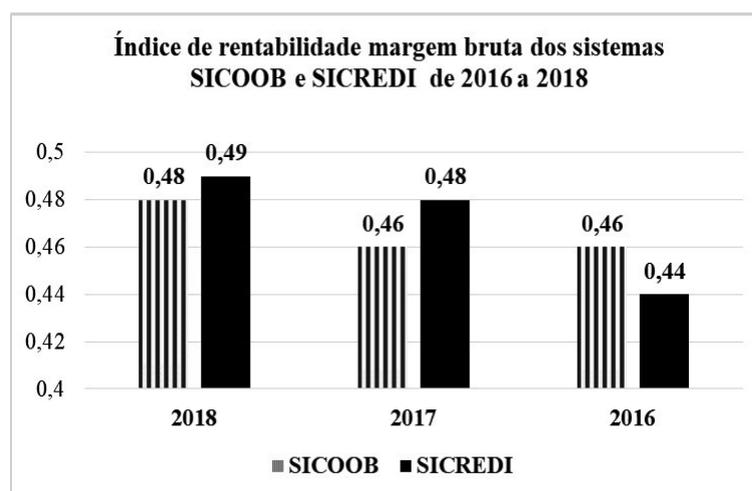
De acordo com a **Tabela 6**, verificou-se que o sistema SICOOB, em 2016, obteve um resultado de 0,46, em 2017 manteve o resultado de 0,46 e em 2018 o resultado aumentou para 0,48. Já o sistema SICREDI, em 2016, o resultado foi de 0,44, em 2017 subiu para 0,48 e em 2018 subiu para 0,49.

A margem bruta indica qual o percentual de lucro que se ganha com cada venda, no caso do sistema SICOOB em 2016 o percentual foi de 46%, em 2017 manteve os 46% e em 2018 subiu para 48% o aumento da margem de 2018 em relação a 2017 é devido a diminuição das despesas de intermediação financeira que diminuiu 895.663, dando uma diminuição de 14,40%.

Já o sistema SICREDI, manteve uma evolução do índice de acordo com os anos analisados, que em 2016 era 44%, passando para 48% no ano de 2017 devido ao aumento das receitas de intermediações financeiras no valor de 483.485, equivalente a um aumento de 9,50% e devido também a diminuição das despesas com intermediação financeira que foi no valor de 62.048, sendo uma diminuição equivalente a 2,47%. E continuou evoluindo em 2018 com a margem bruta de 49, devido também a diminuição das despesas com intermediação financeira no valor de 448.427 sendo uma diminuição equivalente a 18,39%.

Na **Figura 10**, a seguir, será ilustrada em forma de gráfico a oscilação dos resultados do índice de rentabilidade margem bruta nos anos de 2016, 2017 e 2018 dos sistemas de cooperativas de SICOOB E SICREDI.

Figura 10 - Índice de rentabilidade margem bruta dos sistemas SICOOB e SICREDI de 2016 a 2018.



Fonte: Adaptado pela autora (2019).

4.2.3 Índices financeiros

A seguir serão demonstrados os resultados e discussões feitas através da análise de dois índices financeiros: retorno sobre ativos e retorno sobre capital próprio.

Para iniciar a análise através dos índices financeiros, na **Tabela 7** contém os resultados do índice financeiro retorno sobre ativos do sistema SICOOB e SICREDI dos anos de 2016, 2017 e 2018.

Tabela 7 - Índice de retorno sobre o ativo dos sistemas SICOOB e SICREDI de 2016 a 2018.

RETORNO SOBRE ATIVOS					
	FÓRMULA	SISTEMA	2018	2017	2016
RSA=	$\frac{\text{Lucro operacional}}{\text{Ativos totais}}$	SICOOB	0,03	0,03	0,03
		SICREDI	0,02	0,02	0,02

Fonte: Adaptado pela autora (2019).

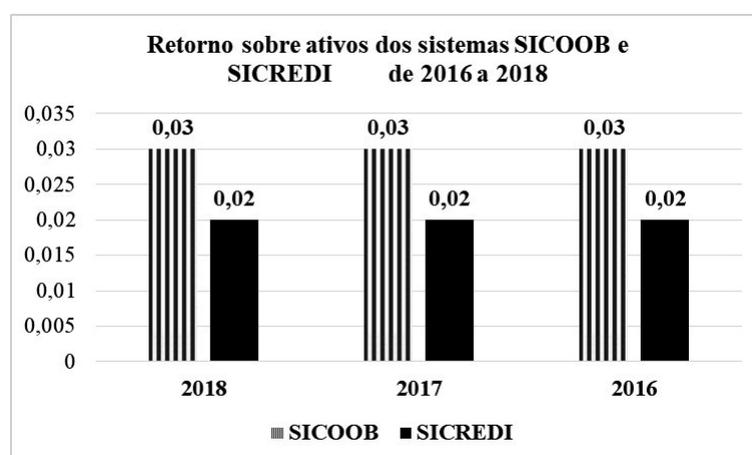
Conforme dito por Brealey, Myers e Allen (2018), o índice financeiro retorno sobre ativos tem o objetivo de medir o rendimento que está disponível aos investidores conforme real em ativos da empresa.

Nota-se na **Tabela 7** que o sistema SICOOB obteve resultado de 0,03 em 2016, mantendo esse resultado em 2017 e 2018. O sistema SICREDI obteve resultado de 0,02 em 2016 e também manteve o mesmo resultado nos anos de 2017 e 2018.

Conforme a **Tabela 7**, o sistema SICOOB, nos três anos analisados, apresentou um resultado de 3% de receita referente à utilização de seus ativos, e o sistema SICREDI apresentou resultado de 2% de receita referente à utilização dos ativos. É notável que o sistema SICOOB se sobressai a 1 p.p (ponto percentual) de rentabilidade de seus ativos em referência ao sistema SICREDI em todos anos analisados, porém os dois sistemas encontram-se estagnados, não aumentaram, nem diminuíram o índice nos anos analisados.

Na **Figura 11** a seguir será ilustrada, em forma de gráfico, a oscilação dos resultados do índice financeiro retorno sobre os ativos nos anos de 2016, 2017 e 2018 dos sistemas de cooperativas de SICOOB E SICREDI.

Figura 11 - Retorno sobre ativos dos sistemas SICOOB e SICREDI de 2016 a 2018.



Fonte: Adaptado pela autora (2019).

Dando continuidade às análises de índices financeiros, a **Tabela 8** irá apresentar os resultados do índice retorno sobre o capital próprio nos anos de 2016, 2017 e 2018 dos sistemas de cooperativas de SICOOB E SICREDI. Em seguida serão feitas as análises e discussões pertinentes.

Tabela 8 - Índice de retorno sobre capital próprio dos sistemas SICOOB e SICREDI de 2016 a 2018.

RETORNO SOBRE CAPITAL PRÓPRIO					
	FÓRMULA	SISTEMA	2018	2017	2016
RSCP=	$\frac{\text{Lucro líquido}}{\text{Capitais próprios}}$	SICOOB	0,23	0,23	0,22
		SICREDI	0,21	0,21	0,17

Fonte: Adaptado pela autora (2019).

Conforme citado por Brealey, Myers e Allen (2018) o índice financeiro retorno sobre capital próprio, oferece para os acionistas da empresa uma base para análise do retorno que a empresa oferece para os seus acionistas. Esse índice retrata o rendimento que os acionistas têm sobre o dinheiro que investiram na empresa.

Na **Tabela 8**, observa-se que o sistema SICOOB obteve um resultado de 0,22 no ano de 2016, aumentando para 0,23 em 2017 e mantendo o valor de 0,23 em 2018. Logo, o sistema SICREDI apresentou um resultado de 0,17 em 2016, aumentando para 0,21 para 2017 e continuando com 0,21 em 2018.

Como descrito na **Tabela 8**, o sistema SICOOB apresentou um resultado de 22% de retorno para seus cooperados que, no caso de cooperativas, são os detentores do capital social. Em 2017 teve um aumento de 1 p. p. (ponto percentual) chegando em 23% o retorno que o sistema oferece aos seus cooperados. Esse aumento pode ser devido ao aumento de 1.167.201 no capital social de 2017 em relação ao ano de 2016, totalizando uma evolução de 10,62%.

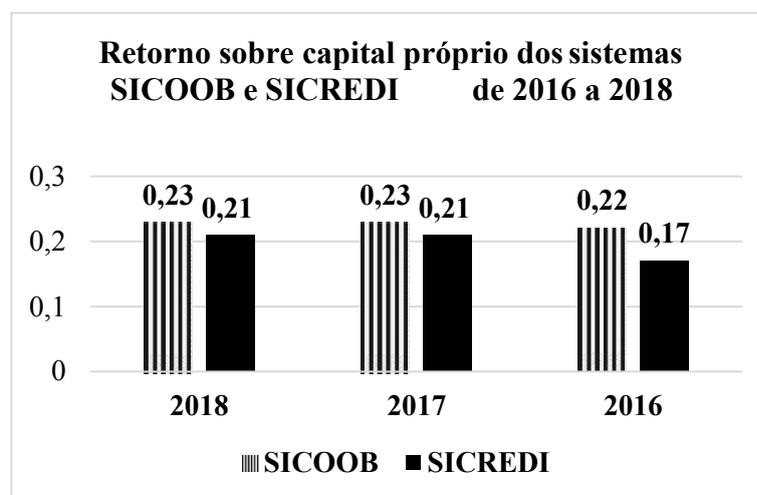
Analisando o sistema SICREDI, na **Tabela 8**, percebe-se que o sistema apresentou uma evolução no retorno aos seus cooperados do ano de 2016 a 2017 de 4 p. p. (ponto percentual), uma evolução significativa se comparada ao sistema SICOOB que, no período, apresentou evolução de apenas 1 p. p. (ponto percentual).

O sistema SICOOB apresentou, nos três anos analisados, retorno aos seus cooperados superior ao sistema SICREDI, sendo que em 2016 apresentou 5 p. p. (ponto percentual) a mais, em 2017 apresentou 2 p. p. (ponto percentual) a mais e em 2018 permaneceu com os 2 p. p.

(ponto percentual) a mais, podendo chegar à ponderação que o sistema SICOOB ofereceu mais retorno financeiro aos seus cooperados que o sistema SICREDI.

Na **Figura 12**, a seguir, será ilustrada em forma de gráfico a oscilação dos resultados do índice financeiro retorno sobre capital próprio nos anos de 2016, 2017 e 2018 dos sistemas de cooperativas de SICOOB E SICREDI.

Figura 12 - Retorno sobre capital próprio dos sistemas SICOOB e SICREDI de 2016 a 2018.



Fonte: Adaptado pela autora (2019).

4.2.4 Índices de endividamento

A seguir, serão demonstrados os resultados e discussões feitas através da análise de dois índices de endividamento: o índice de endividamento participação de capital de terceiros e de endividamento total.

Segundo Assaf Neto e Lima (2017), os índices de endividamento vêm analisar a composição da dívida da empresa e servem para medir a composição e a qualidade das fontes dos recursos passivos da empresa.

Principiando, as análises feitas através de índices de endividamento, na **Tabela 9**, irão apresentar os resultados do índice endividamento participação de capital de terceiros nos anos de 2016, 2017 e 2018 dos sistemas de cooperativas de SICOOB E SICREDI, e em seguida, serão feitas as análises e discussões pertinentes.

Tabela 9 - Índice de endividamento participação de capital de terceiros dos sistemas SICOOB e SICREDI de 2016 a 2018.

ENDIVIDAMENTO GERAL					
	FÓRMULA	SISTEMA	2018	2017	2016
EG=	Passivo circulante + Passivo não circulante	SICOOB	3,90	3,87	3,61
	Patrimônio líquido	SICREDI	5,32	5,14	5,24

Fonte: Adaptado pela autora (2019).

Em conformidade com Padoveze (2017), os índices de endividamento participação de capital de terceiros têm o propósito de analisar a composição da dívida da empresa como um todo. Esse índice considera que todas as obrigações da empresa sejam obrigações remuneradas com juros ou sem juros. O índice procura evidenciar a capacidade que a garantia que os proprietários dão aos fornecedores da empresa.

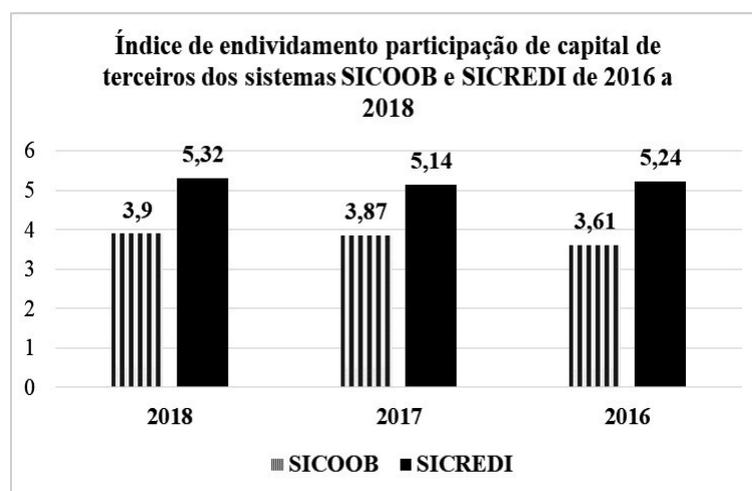
Na **Tabela 9**, estão explícitos os resultados de endividamento geral do sistema SICOOB que, em 2016, apresentou um resultado de 3,61, em 2017 aumentou para 3,87 e continuou aumentando em 2018, passando para 3,90. Já o sistema SICREDI apresentou um resultado de 5,24 em 2016, diminuindo para 5,14 em 2017 e voltando aumentar o índice para 5,32 em 2018.

Na **Tabela 9**, percebe-se que o sistema SICOOB aumentou 0,26 no índice em 2017 em relação a 2016; esse aumento pode ser causado pelo aumento de 11.831.999 no passivo circulante, acarretando uma variação aumentativa de 21,02%.

Já comparando o sistema SICREDI om o sistema SICOOB, a **Tabela 9** demonstra que nos três anos analisados SICREDI apresentou valores maiores que o SICOOB, sendo que de acordo com SILVA (2010), quanto menor for o resultado, melhor é para empresa. Ressalta-se que a análise deste índice demonstra quanto o capital de terceiros representa sobre o total de recursos que foram investidos naquele negócio.

Na **Figura 13**, a seguir, será ilustrada em forma de gráfico, a oscilação dos resultados do índice de endividamento participação de capital de terceiros nos anos de 2016, 2017 e 2018 dos sistemas de cooperativas de SICOOB E SICREDI.

Figura 13 - Participação de capital de terceiros dos sistemas SICOOB e SICREDI de 2016 a 2018.



Fonte: Adaptado pela autora (2019).

Outro índice importante para análise da composição do endividamento da empresa é o índice de endividamento total. A **Tabela 10** irá demonstrar os resultados do índice de endividamento total nos anos de 2016, 2017 e 2018 dos sistemas de cooperativas de SICOOB E SICREDI, e, em seguida, serão feitas as análises e discussões pertinentes.

Tabela 10 - Índice de endividamento total dos sistemas SICOOB e SICREDI de 2016 a 2018.

ENDIVIDAMENTO TOTAL					
	FÓRMULA	SISTEMA	2018	2017	2016
ET=	$\frac{\text{Passivo total}}{\text{Ativo total}}$	SICOOB	0,80	0,79	0,78
		SICREDI	0,84	0,83	0,83

Fonte: Adaptado pela autora (2019).

Conforme Brealey, Myers e Allen (2018) o índice de endividamento total permitirá ao gestor da empresa constatar se os ativos totais dessa empresa são capazes de honrar os passivos totais da empresa.

Como demonstrado na **Tabela 10** o sistema SICOOB obteve um resultado de 0,78 em 2016, aumentando para 0,79 em 2017 e aumentando para 0,80 em 2018. Já o sistema SICREDI teve o resultado de 0,83 no ano de 2016, permanecendo com o valor de 0,83 em 2017, aumentando para 0,84 em 2018.

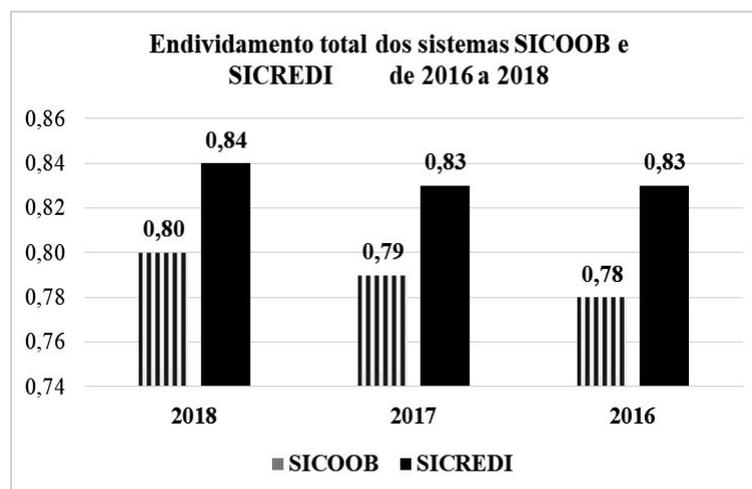
Na **Tabela 10**, nota-se que o sistema SICOOB apresentou um resultado de 78% em 2016, mostrando que 78% dos seus ativos totais em 2016 estavam comprometidos para pagar

dívidas com terceiros. Observando-se que o índice foi aumentando nos anos analisados, ou seja, nos anos analisados o SICOOB aumentou o comprometimento do seu ativo como dívidas de terceiros.

Analisando a **Tabela 10**, o sistema SICREDI, nos três anos analisados, apresentou resultados maiores que o SICOOB, ou seja, o grau de comprometimento dos ativos para pagamento de dívidas com terceiros do SICREDI é maior que o SICOOB.

Na **Figura 14**, a seguir, será ilustrada em forma de gráfico a oscilação dos resultados do índice endividamento total nos anos de 2016, 2017 e 2018 dos sistemas de cooperativas de SICOOB E SICREDI.

Figura 14 - Endividamento total dos sistemas SICOOB e SICREDI de 2016 a 2018.



Fonte: Adaptado pela autora (2019)

No próximo tópico será realizada uma síntese de todo o assunto tratado no tópico resultados e discussões.

4.3 Síntese dos resultados e discussão

Na análise horizontal e vertical, nota-se que a principal conta do ativo do sistema SICOOB e do sistema SICREDI nos três anos é o ativo circulante, a qual se encontra em evolução nos três anos analisados, e a conta mais relevante do passivo circulante é a de operações de crédito que apresenta resultados de evolução nos três anos que foram analisados.

Já na análise horizontal e vertical do passivo, no sistema SICOOB o passivo circulante é a conta mais relevante nos três anos analisados. Já o sistema SICREDI, no ano de 2016 e 2017

a conta mais relevante do passivo foi do não circulante e em 2018 foi o não circulante. O passivo circulante e não circulante dos dois sistemas analisados demonstraram evolução nos anos analisados.

Observando a análise horizontal e vertical da DRE, o lucro líquido do dois sistemas apresentou evolução nos três anos analisados. A mais relevante dos dois sistema foi a receita com as operações de crédito no ativo circulante; os dois sistemas apresentaram, nos três anos, evolução. A despesa com maior representatividade dos dois sistemas foi a despesa com intermediação financeira. Com a análise horizontal, observou-se que o sistema SICOOB e SICREDI teve uma involução nessa conta, com uma economia nas despesas nos três anos analisados.

Em relação aos índices de liquidez, o SICOOB apresentou resultados melhores nos índices de liquidez geral nos três anos analisados. E o sistema SICREDI apresentou resultados superiores ao SICOOB nos índices de liquidez imediata e liquidez corrente nos três anos.

Quanto aos índices de rentabilidade no índice de margem operacional, o sistema SICOOB apresentou resultados melhores que o SICREDI nos três anos analisados, podendo dizer que a atividade operacional do sistema SICOOB dá mais resultado que a do sistema SICREDI. Já na margem bruta, o SICOOB supera o resultado do SICREDI em 2016, porém em 2017 e 2018 o sistema SICREDI apresenta resultados superiores.

De acordo com os índices financeiros, o sistema SICOOB apresentou melhor retorno sobre os ativos que o SICREDI nos três anos analisados. E, quanto ao índice de retorno sobre capital próprio, o SICOOB também apresentou resultados superiores aos do SICREDI nos três anos, ou seja, nos três anos analisados, o sistema SICOOB apresentou um retorno para os seus cooperados superior ao SICREDI.

Conforme os índices de endividamento, o SICREDI apresentou resultados maiores de endividamento que o SICOOB nos índices de endividamento analisados nos três anos.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo geral demonstrar a evolução financeira dos sistemas SICOOB e SICREDI de acordo com as análises das demonstrações contábeis dos anos de 2016, 2017 e 2018, com o intuito de demonstrar qual sistema apresenta melhor retorno financeiro ao cooperado.

Para que fosse respondido o objetivo geral, foi realizada uma pesquisa bibliográfica buscando conhecer visões de autores sobre o assunto, foi realizada uma coleta documental das demonstrações contábeis para serem realizadas as análises pertinentes para a pesquisa e, logo após, feita a discussão e análises dos resultados apresentados.

Observando o notável crescimento do cooperativismo de crédito no Brasil, nota-se a necessidade de pesquisas sobre o assunto. Desta forma, a pesquisa apresentou como questão problema a seguinte indagação: Qual a evolução financeira dos sistemas de cooperativas de crédito SICOOB e SICREDI, de acordo com as análises das demonstrações contábeis dos anos de 2016, 2017 e 2018 e qual proporciona maior retorno financeiro ao seu associado?

De acordo com análise horizontal e vertical realizada como foi proposto pelo primeiro objetivo específico: “Realizar análises horizontal e vertical no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício dos sistemas de cooperativas SICOOB e SICREDI.”, pode-se chegar à conclusão que os sistemas de cooperativas de crédito SICOOB e SICREDI estão em processo de evolução.

Notou através da análise horizontal a evolução dos dois sistemas na sua principal operação geradora de caixa, que são as operações de crédito. Nota-se a constante evolução da conta capital social dentro do patrimônio líquido, podendo concluir que os sistemas estão aumentando a participação dos cooperados.

Na análise horizontal e vertical observa-se na DRE, ambos os sistemas conseguiram diminuir suas principais despesas e conseguiram evoluir gradativamente o seu lucro líquido, concluindo que os sistemas estão em processo de evolução de sobras e conseguem aumentar seus resultados de um ano para o outro.

Observando as análises realizadas através de índices como proposto no segundo objetivo específico: “Aplicar análises contábeis através de índices (rentabilidade, liquidez, endividamento) nas demonstrações contábeis de 2016, 2017 e 2018 através dos índices de liquidez, pode concluir também que o sistema SICOOB apresentou melhor liquidez geral nos anos em análise, apresentando maior capacidade para honrar suas obrigações de curto e longo

prazo. Quanto ao índice de liquidez corrente o, sistema SICREDI apresentou disponibilidades suficientes para a quitação de dívidas no curto prazo.

Sobre os índices de rentabilidade conclui-se que os dois sistemas analisados estão aumentando a proporção de sobras referente a receita operacional líquida; ou seja, as sobras referentes a atividade operacional que é a conta de receita da intermediação financeira dos dois sistemas cresceram nos três anos analisados. O sistema SICOOB se sobressai a 1 p. p. (ponto percentual) de rentabilidade de seus ativos em referência ao sistema SICREDI em todos anos analisados,

Nos dois índices de endividamentos aplicados o sistema SICREDI apresentou valores maior que o SICOOB, demonstrando que o mesmo encontra-se com maior endividamento. Podendo concluir que o grau de comprometimento dos ativos para pagamento de dívidas com terceiros do SICREDI é maior que o SICOOB.

Respondendo o terceiro e último objetivo específico que está exposto da seguinte forma: Classificar, a partir da análises contábeis aplicadas, os resultados com o intuito de indicar ao cooperado o sistema de melhor retorno financeiro no período, através do índice de retorno sobre o capital próprio pode-se concluir que o sistema SICOOB apresentou nos três anos analisados retorno aos seus cooperados superior ao sistema SICREDI. Chega-se a ponderação que o sistema SICOOB ofereceu maior retorno financeiro aos seus cooperados do que o sistema SICREDI.

Sugere-se que os sistemas analisados façam uma análise na composição do endividamento tentando controlar o seu endividamento uma vez que os mesmos estão aumentando o endividamento ano após ano.

Buscando resultados mais interessantes sugere-se que seja feito um estudo mais aprofundado no índice de liquidez do sistema SICREDI analisando um maior período de tempo, onde o mesmo apresentou resultados discrepantes comparando-o com o sistema SICOOB.

Para resultados mais aprofundados sugere-se também uma pesquisa mercadológica, econômica e financeira dos sistemas em um maior espaço de tempo, comparando os sistemas analisados na pesquisa com outros sistemas de cooperativas, para que tenha uma maior base de comparação.

REFERENCIAS

ABREU, Edgard; SILVA, Lucas. **Sistema Financeiro Nacional**. São Paulo: Método, 2017. 250 p.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 14. Ed. São Paulo; Atlas. 2018. 400 p

ASSAF NETO, Alexandre; LIMA, Fabiano Guasti. **Fundamentos de administração financeira**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 382 p.

BACEN. **Panorama do sistema de crédito cooperativo**. [s.l]: Banco Central do Brasil, 2016. 25 p.

BACEN. **Panorama do sistema de crédito cooperativo**. [s.l]: Banco Central do Brasil, 2017. 23 p.

BACEN. **Panorama do sistema de crédito cooperativo**. [s.l]: Banco Central do Brasil, 2018. 27 p.

BACEN. **O que é cooperativa de crédito?** 2019. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/cooperativacredito>>. Acesso em: 14 mar. 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Resolução nº 1.041, de 15.08.85, e nas Circulares nº 1.273, de 29.12.87, 1.322, de 15.06.88, 1.395, de 13.12.88, 1.481, de 11.05.89, e 1.490, de 01.06.8. **Circular Nº 1.561**: Circular. 1989. 4. p.

BAPTISTA, Antonio Eustaquio; GONÇALVES, Eugenio Celso. **Contabilidade geral**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2011. 376 p.

BRASIL. **Lei Complementar Nº 130, de 17 de Abril de 2009**.

BREALEY, Richard A.; MYERS, Stewart C.; ALLEN, Franklin. **Princípios de finanças corporativas**. 12. ed. Porto Alegre: Amgh, 2018. 882 p.

BREDA, Cezar Roberto Bitencourt Juliano. **Crimes contra o sistema financeiro nacional e contra o mercado de capitais**. São Paulo: Saraiva, 2014. 436 p.

BRIGHAM, Eugene F. et al. **Administração financeira: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016. 919 p.

CANÇADO, Airton Cardoso; **Princípios cooperativistas: origem, evolução e influência na legislação brasileira.**, 3. Ed. São Leopoldo: UNISINOS, 2007. 134 p.

CHAGAS, Gilson. **Contabilidade Simplificada: para concursos e exame de suficiência**. São Paulo: Saraiva, 2017. 333 p.

COFEBRAS. Bacen. **Panorama do Cooperativismo Financeiro no Brasil**. 2019. Disponível em: <<http://confefbras.coop.br/panorama-do-cooperativismo2/>>. Acesso em: 05 abr. 2019.

CULTI, M. N. **O cooperativismo popular no Brasil: importância e representatividade**. In: ANAIS DO TERCER CONGRESO EUROPEO DE LATINOAMERICANISTAS, 3., 2002, Amsterdam, Holanda. Anais... Amsterdam: Universidade de Amsterdam, 2002. 160 p.

FGCOOP. **Princípios cooperativistas**. 2019. Disponível em: <<http://www.fgcoop.coop.br/os-principios-cooperativistas>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro: produtos e serviços financeiros**. 21 Ed. São Paulo: Qualitymark, 2017. 904 p.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2018. 192 p.

GONÇALVES, Carlos Alberto; MEIRELLES, Anthero de Moraes. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2004. 199 p.

GRECO, Alvisio Lahorgue; AREND, Lauro Roberto. **Contabilidade**: teoria e prática básicas. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. 352 p.

GRIFFIN, Michael P.. **Contabilidade e finanças**. São Paulo: Saraiva, 2012. 250 p.

GROPPELLI, A. A.; NIKBAKHT, E. **Administração Financeira**. [Tradução Célio Knipel Moreira; revisão técnica João Carlos Douat; 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 512 p.

HENRIQUE, Antonio; MEDEIROS, João Bosco. **Metodologia científica na pesquisa jurídica**. 9. Ed. São Paulo: Atlas, 2017. 413 p.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira e orçamentária**: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 555 p.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços**. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2017. 280 p.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina de. **Introdução à teoria da contabilidade**: para graduação. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018. 293 p.

LINS, Luiz dos Santos; FRANCISCO FILHO, José. **Fundamentos e análise das demonstrações contábeis**: uma abordagem interativa. São Paulo: Atlas, 2012. 211 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 368 p.

MARION, Jose Carlos. **Contabilidade básica**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2018. 296 p.

MARION, Jose Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 17. Ed. São Paulo: Atlas, 2015. 536 p.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial: instrumentos de análise, gerência e decisão**. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2018. 357 p.

MARTINS, Eliseu; DINIZ, Josedilton Alves; MIRANDA, Gilberto José. **Análise avançada das demonstrações contábeis**: uma abordagem crítica. São Paulo: Atlas, 2018. 315 p.

MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIZ, Josedilton Alves. **Análise didática das demonstrações contábeis**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2019. 220 p.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019. 187 p.

MELO, Moises; BARBOSA, Sergio. **Demonstrações contábeis**: Teoria e prática. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2018. 260 p.

OCB. Bacen. **O que é cooperativismo**. 2019. Disponível em: <<https://www.ocb.org.br/o-que-e-cooperativismo>>. Acesso em: 05 abr. 2019.

OCB. **Números do Cooperativismo**. 2018. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/numeros>>. Acesso em: 29 mar. 2019

OYADOMARI, José Carlos Tiomatsu. **Contabilidade gerencial**: ferramentas para melhoria de desempenho empresarial. São Paulo: Atlas, 2018. 240 p.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade geral facilitada**. São Paulo: Método, 2017. 585 p.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Introdução à administração financeira**: texto e exercícios. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. 304 p.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual da contabilidade básica**: Contabilidade introdutória e intermediária. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 431 p.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BENEDICTO, Gideon Carvalho de. **Análises das demonstrações financeiras**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011. 297 p.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BENEDICTO, Gideon Carvalho de; LEITE, Joubert. **Manual de contabilidade internacional: IFRS - US GAAP - BR GAAP** - teoria e prática. [s.l]: Cengage Learning, 2011. 608 p.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez; BEGALLI, Glaucos Antonio. **Elaboração e análise das demonstrações financeiras**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 345 p.

PINHEIRO, Juliano Lima. **Mercado de capitais: fundamentos e técnicas**. 9ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2019. 616 p.

POLONIO, Wilson Alves. **Manual das Sociedades Cooperativas**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2004. 248 p

RIBEIRO, Osni Moura. **Demonstrações financeiras mudanças na lei das sociedades por ações**: Como era e como ficou. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. 246 p.

RIBEIRO, Osni Moura; COELHO, Juliana Moura Ribeiro. **Contabilidade para concursos e exame de suficiência** : dos conceitos básicos aos principais temas dos editais de concursos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. 528 p.

SALAZAR, José Nicolás Albuja; BENEDICTO, Gideon Carvalho de. **Contabilidade financeira**. São Paulo: Cengage Learning, 2004. 272 p.

SANTOS, José Luiz dos et al. **Contabilidade Geral**: Atualizado pela lei no 11.941/09 e pelas normas do cpc até o documento de revisão de pronunciamentos técnicos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 121 p.

SCHERRER, Alberto Manoel et al. **Manual para o exame de suficiência do Conselho Federal de Contabilidade (CFC)**. São Paulo: Atlas, 2017. 329 p.

SICCOOB. **Participação do Sicoob no cooperativismo financeiro brasileiro**. 2019. Disponível em: <<https://www.sicoob.com.br/o-sicoob/apresentacao>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

SICREDI. **Histórico**. 2019. Disponível em: <<https://www.sicredi.com.br/html/conheca-o-sicredi/historico/>>. Acesso em: 17 mar. 2019.

SEBRAE. **Direitos e deveres dos associados de cooperativas de crédito**. 2017. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/direitos-e-deveres-dos-associados-de-cooperativas-de-credito,fdb1438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>>. Acesso em: 05 abr. 2019.

SILVA, E. Lucia; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4 ed. Florianópolis: UFSC, 2005. 255 p.

SILVA, Cesar Augusto Tibúrcio; NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade para concursos e exame de suficiência**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 500 p.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas**. 13. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017. 563 p.

SOUZA, Ailton Fernando de. **Análise financeira das demonstrações contábeis na prática**. São Paulo: Trevisan Editora, 2015. 173 p.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016. 104 p.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Gestão financeira para cooperativas: enfoques contábil e gerencial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 263 p.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Análise horizontal e vertical do balanço patrimonial combinado do sistema SICOOB dos anos de 2016, 2017 e 2018.....	87
APÊNDICE B - Análise horizontal e vertical do balanço patrimonial combinado do sistema SICREDI dos anos de 2016, 2017 e 2018	89

APÊNDICE A - Análise horizontal e vertical do balanço patrimonial combinado do sistema SICOOB dos anos de 2016, 2017 e 2018.

BALANÇO PATRIMONIAL SICOOB								
Ativo	2018	AV (%)	2017	AV(%)	AH (%)	2016	AV (%)	AH (%)
Circulante	64.234.551	61,45	55.523.446	61,41	15,69	41.256.549	54,42	34,58
Disponibilidades	912.006	0,87	660.671	0,73	38,04	517.805	0,68	27,59
Aplicações interfinanceiras de liquidez	17.182.228	16,44	14.166.182	15,67	21,29	9.435.258	12,44	50,14
Aplicações no mercado aberto	15.644.557	14,97	12.299.315	13,60	27,20	7.618.008	10,05	61,45
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.532.233	1,47	1.861.084	2,06	- 17,67	1.814.042	2,39	2,59
Aplicações em depósitos de poupança	5.438	0,01	5.783	0,01	- 5,97	3.208	0,00	80,27
Titulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6.518.450	6,24	6.101.113	6,75	6,84	5.659.328	7,46	7,81
Carteira própria	5.786.014	5,53	5.549.241	6,14	4,27	5.286.595	6,97	4,97
Vinculados a compromissos de recompra	-		3.017	0,00		262	0,00	1.051,53
Vinculados à prestação de garantias	732.436	0,70	548.855	0,61	33,45	321.532	0,42	70,70
Instrumentos financeiros derivativos						50.939	0,07	
Relações interfinanceiras	4.684.614	4,48	4.494.281	4,97	4,24	2.481.904	3,27	81,08
Pagamentos e recebimentos a liquidar	3.629.378	3,47	3.265.528	3,61	11,14	1.992.311	2,63	63,91
Créditos vinculados ao Banco Central do Brasil	1.043.455	1,00	1.226.830	1,36	- 14,95	485.741	0,64	152,57
Repasses Interfinanceiros/Outros	343	0,00	-			-		
Relações com correspondentes	191	0,00	143	0,00	33,57	145	0,00	- 1,38
Outros	11.247	0,01	1.780	0,00	531,85	3.707	0,00	- 51,98
Relações interdependências	18.718	0,02	14.334	0,02	30,58	14.195	0,02	0,98
Relações interdependências	18.718	0,02	14.334	0,02	30,58	14.195	0,02	0,98
Operações de crédito	28.418.869	27,19	25.005.637	27,66	13,65	19.883.804	26,23	25,76
Operações de crédito - setor privado	30.078.922	28,77	26.454.435	29,26	13,70	21.000.494	27,70	25,97
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.660.053)	- 1,59	(1.448.798)		14,58	(1.116.690)	- 1,47	29,74
Outros créditos	5.277.991	5,05	4.135.446	4,57	27,63	2.545.800	3,36	62,44
Avais e fianças	81.651	0,08	69.041	0,08	18,26	57.693	0,08	19,67
Rendas a receber	19.901	0,02	58.813	0,07	- 66,16	58.618	0,08	0,33
Negociação e intermediação de valores	2	0,00	11	0,00	- 81,82	8	0,00	37,50
Diversos	5.349.726	5,12	4.130.812	4,57	- 81,82	2.506.113	3,31	64,83
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(173.289)	- 0,17	(123.231)		40,62	(76.632)	- 0,10	60,81
Outros valores e bens	1.221.683	1,17	945.782	1,05	29,17	718.455	0,95	31,64
Outros valores e bens	1.064.511	1,02	866.157	0,96	22,90	652.655	0,86	32,71
Despesas antecipadas	157.172	0,15	79.625	0,09	97,39	65.800	0,09	21,01
Não circulante	40.303.818	38,55	34.890.213	38,59	15,52	34.559.392	45,58	0,96
Realizável a longo prazo								
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-		60.227	0,07		85.991	0,11	- 29,96
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-		60.227	0,07		85.991	0,11	- 29,96
Titulos e valores mobiliários	14.461.544	13,83	14.954.503	16,54	- 3,30	13.664.197	18,02	9,44
Carteira própria	9.477.952	9,07	9.729.573	10,76	- 2,59	9.574.527	12,63	1,62
Vinculados a compromissos de recompra	718.949	0,69	612.153	0,68	17,45	163.682	0,22	273,99
Vinculados ao Banco Central	-		43.280	0,05		-		
Vinculados à prestação de garantias	4.264.643	4,08	4.569.497	5,05	- 6,67	3.925.988	5,18	16,39
Operações de crédito	23.490.175	22,47	17.862.328	19,76	31,51	18.592.256	24,52	- 3,93
Operações de crédito - setor privado	24.862.325	23,78	18.897.251	20,90	31,57	19.636.411	25,90	- 3,76
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.372.150)		(1.034.923)			(1.044.155)	- 1,38	
Outros créditos	92.974	0,09	65.056	0,07	42,91	579.684	0,76	- 88,78
Diversos	94.801	0,09	65.087	0,07	45,65	597.914	0,79	- 89,11
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(1.827)		(31)			(18.230)	- 0,02	
Investimentos	495.598	0,47	442.669	0,49	11,96	346.017	0,46	27,93
Participações em coligadas e controladas	176.190	0,17	132.764	0,15	32,71	75.748	0,10	75,27
Outros investimentos de capital	267.064	0,26	270.626	0,30	- 1,32	243.926	0,32	10,95
Outros investimentos	52.344	0,05	39.279	0,04	33,26	26.343	0,03	49,11
Imobilizado	1.702.565	1,63	1.456.690	1,61	16,88	1.228.486	1,62	18,58
Imóveis de uso	830.282	0,79	783.780	0,87	5,93	653.277	0,86	19,98
Outras imobilizações de uso	1.773.545	1,70	1.441.147	1,59	23,06	1.229.778	1,62	17,19
(-) Depreciações acumuladas	(901.262)		(768.237)		17,32	(654.569)	- 0,86	17,37
Intangível	60.961	0,06	48.740	0,05	25,07	62.761	0,08	- 22,34
Softwares	206.762	0,20	177.137	0,20	16,72	173.541	0,23	2,07
(-) Amortizações acumuladas	(145.801)		(128.397)		13,55	(110.780)	- 0,15	15,90
Total do ativo	104.538.376		90.413.659		15,62	75.815.941		19,25

Passivo	2018	AV (%)	2017	AV (%)	AH (%)	2016	AV (%)	AH (%)
Circulante	79.045.419	75,61	68.134.103	75,36	16,01	56.302.104	74,26	21,02
Depósitos	64.226.576	61,44	55.170.110	61,02	16,42			
Depósitos à vista	13.591.263	13,00	10.353.450	11,45	31,27	8.060.806	10,63	28,44
Depósitos de poupança	5.239.256	5,01	3.891.630	4,30	34,63	3.166.741	4,18	22,89
Depósitos interfinanceiros	2.712.108	2,59	3.456.590	3,82	- 21,54	3.374.374	4,45	2,44
Depósitos sob aviso	730.157	0,70	799.430	0,88	- 8,67	843.267	1,11	- 5,20
Recibo de depósitos cooperativos	41.893.095	40,07	36.631.812	40,52	14,36	32.205.731	42,48	13,74
Certificados de depósitos bancários	60.658	0,06	37.070	0,04	63,63	23.030	0,03	60,96
Outros	39	0,00	128	0,00	- 69,53	168	0,00	- 23,81
Obrigações por operações compromissadas	61.772	0,06	444.708	0,49	- 86,11	106.979	0,14	315,70
Carteira própria	-		8.501	0,01		28.109	0,04	- 69,76
Carteira de terceiros	61.772	0,06	436.207	0,48	- 85,84	78.870	0,10	453,07
Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias e debêntures	2.676.383	2,56	2.165.709	2,40	23,58	1.107.343	1,46	95,58
Obrigação por emissão de letras de crédito agronegócio	2.676.383	2,56	2.165.709	2,40	23,58	1.107.343	1,46	95,58
Relações interfinanceiras	2.565.107	2,45	2.262.818	2,50	13,36	1.631.142	2,15	38,73
Transações de pagamento	2.561.634	2,45	2.235.308	2,47	14,60	1.607.354	2,12	39,07
Recebimentos e pagamentos a liquidar	-		25.050	0,03		12.179	0,02	105,68
Relações com correspondentes	2.438	0,00	2.219	0,00	9,87	2.392	0,00	- 7,23
Outros	1.035	0,00	241	0,00	329,46	9.217	0,01	- 97,39
Relações interdependências	676.168	0,65	723.868	0,80	- 6,59	727.784	0,96	- 0,54
Recursos em trânsito de terceiros	676.168	0,65	723.867	0,80	- 6,59	727.779	0,96	- 0,54
Outros	-		1	0,00		5	0,00	- 80,00
Instrumentos financeiros derivativos	-		235	0,00		-		
Instrumentos financeiros derivativos	-		235	0,00		-		
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	1.988.009	1,90	2.495.842	2,76	- 20,35	1.727.544	2,28	44,47
Bacen MCR 6-2 e 6-7	-		479.438	0,53		165.765	0,22	189,23
BNDES	316.277	0,30	269.995	0,30	17,14	276.811	0,37	- 2,46
Finame	655.265	0,63	153.897	0,17	325,78	94.561	0,12	62,75
Banco do Brasil	15.265	0,01	107.976	0,12	- 85,86	173.953	0,23	- 37,93
Funcafé	402.657	0,39	923.933	1,02	- 56,42	621.831	0,82	48,58
Outras Instituições Financeiras	598.545	0,57	560.603	0,62	6,77	394.600	0,52	42,07
Obrigações por repasses no Exterior	-		664	0,00		664	0,00	-
Repasses no exterior	-		664	0,00		664	0,00	-
Outras obrigações	6.851.404	6,55	4.870.149	5,39	40,68	3.326.531	4,39	46,40
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	34.224	0,03	32.195	0,04	6,30	21.773	0,03	47,87
Sociais e estatutárias	840.538	0,80	778.352	0,86	7,99	490.393	0,65	58,72
Fiscais e previdenciárias	383.664	0,37	363.237	0,40	5,62	302.585	0,40	20,04
Negociação e Intermediação de valores	50	0,00	61	0,00	- 18,03	3.258	0,00	- 98,13
Diversas	5.592.928	5,35	3.696.304	4,09	51,31	2.508.522	3,31	47,35
Não circulante	4.167.736	3,99	3.729.256		11,76	3.072.658	4,05	21,37
Exigível a longo prazo								
Depósitos	756.439	0,72	513.790	0,57	47,23	343.410	0,45	49,61
Depósitos interfinanceiros	264.452	0,25	141.945	0,16	86,31	59.755	0,08	137,54
Certificados de depósitos bancários	491.987	0,47	371.845	0,41	32,31	283.655	0,37	31,09
Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias e debêntures	1.177.742	1,13	490.899	0,54	139,92	280.791	0,37	74,83
Obrigação por emissão de letras de crédito agronegócio	1.177.742	1,13	490.899	0,54	139,92	280.791	0,37	74,83
Obrigações por repasses do País - Inst. Oficiais	2.218.827	2,12	2.069.857	2,29	7,20	1.820.895	2,40	13,67
BNDES	1.367.876	1,31	1.163.150	1,29	17,60	939.446	1,24	23,81
Finame	712.356	0,68	533.007	0,59	33,65	178.859	0,24	198,00
Banco do Brasil	30.846	0,03	43.626	0,05	- 29,29	490.285	0,65	- 91,10
Funcafé	98.209	0,09	222.609	0,25	- 55,88	114.567	0,15	94,30
Outras Instituições Financeiras	9.540	0,01	107.465	0,12	- 91,12	96.652	0,13	11,19
Outras obrigações	13.728	0,01	653.508	0,72	- 97,90	625.571	0,83	4,47
Fiscais e previdenciárias	529	0,00	41	0,00	1.190,24	236	0,00	- 82,63
Diversas	13.199	0,01	653.467	0,72	- 97,98	625.335	0,82	4,50
Resultados de exercícios futuros	1.000	0,00	1.202	0,00	- 16,81	1.991	0,00	- 39,63
Rendas antecipadas	1.000	0,00	1.202	0,00	- 16,81	1.991	0,00	- 39,63
Patrimônio líquido	21.325.221	20,40	18.550.300	20,52	14,96	16.441.179	21,69	12,83
Capital social	13.439.861	12,86	12.158.243	13,45	10,54	10.991.042	14,50	10,62
Reserva de capital	67.071	0,06	54.050	0,06	24,09	38.977	0,05	38,67
Reserva de lucros	6.485.628	6,20	5.274.546	5,83	22,96	3.904.786	5,15	35,08
Lucros ou prejuízos/Sobras ou perdas acumuladas	1.330.429	1,27	1.059.800	1,17	25,54	1.509.220	1,99	- 29,78
Reserva de reavaliação	873	0,00	901	0,00	- 3,11	1.769	0,00	-49,07
Ajuste ao valor de mercado - TVM	1.359	0,00	2.819	0,00	- 51,79	(4.589)	- 0,01	- 161,43
Ações em tesouraria	-		(59)			(26)	- 0,00	
Total do passivo e do patrimonio líquido	104.538.376	100,00	90.413.659	100,00	15,62	75.815.941		19,25

APÊNDICE B - Análise horizontal e vertical do balanço patrimonial combinado do sistema SICREDI dos anos de 2016, 2017 e 2018.

BALANÇOS PATRIMONIAIS COMBINADOS 2016 a 2018 SICREDI (Em milhares de reais)								
	2.018	AV(%)	2.017	AV(%)	AH(%)	2.016	AV(%)	AH(%)
Ativo								
Circulante	66.862.448	76,17	56.334.350	77,37	18,69	47.721.733	76,82	18,05
Disponibilidades	660.833	0,75	561.656	0,77	17,66	503.044	0,81	11,65
Aplicações interf inanceiras de liquidez	20.407.833	23,25	15.011.397	20,62	35,95	17.396.735	28,00	-13,71
Aplicações no mercado aberto	19.501.590	22,22	14.142.353	19,42	37,89	16.530.494	26,61	-14,45
Aplicações em depósitos interf inanceiros	890.205	1,01	844.869	1,16	5,37	850.683	1,37	-0,68
Aplicações em moedas estrangeiras	16.038	0,02	24.175	0,03	-33,66	15.543	0,03	55,54
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	16.256.176	18,52	16.328.210	22,43	-0,44	9.428.664	15,18	73,18
Carteira própria	13.719.992	15,63	13.627.632	18,72	0,68	4.474.054	7,20	204,59
Vinculados a operações compromissadas	1.431.609	1,63	2.294.953	3,15	-37,62	4.571.541	7,36	-49,80
Vinculados a prestação de garantias	1.103.939	1,26	356.369	0,49	209,77	268.513	0,43	32,72
Instrumentos financeiros derivativos	636	0,00	49.256	0,07	-98,71	114.556	0,18	-57,00
Relações interf inanceiras	2.881.838	3,28	1.544.405	2,12	86,60	1.092.710	1,76	41,34
Pagamentos e recebimentos a liquidar	319.833	0,36	439.518	0,60	-27,23	381.929	0,61	15,08
Créditos vinculados	2.307.605	2,63	1.076.695	1,48	114,32	680.919	1,10	58,12
Depósitos no Banco Central	2.307.605	2,63	1.076.695	1,48	114,32	680.919	1,10	58,12
Correspondentes	20.124	0,02	28.192	0,04	-28,62	29.862	0,05	-5,59
Transações de pagamento	234.276	0,27	-	-	-	0	-	-
Operações de crédito	24.186.519	27,55	20.997.797	28,84	15,19	17.856.111	28,74	17,58
Setor privado	25.647.216	29,22	22.409.162	30,78	14,45	19.282.415	31,04	16,22
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-1.460.697	1,66	-1.411.365	1,94	3,50	-1.426.304	2,30	-1,05
Outros créditos	2.042.116	2,33	1.533.899	2,11	33,13	1.234.011	1,99	24,30
Carteira de câmbio	150.502	0,17	105.645	0,15	42,46	52.333	0,08	101,87
Rendas a receber	82.441	0,09	70.297	0,10	17,28	66.408	0,11	5,86
Créditos específicos	15.428	0,02	14.360	0,02	7,44	14.114	0,02	1,74
Negociação e intermediação de valores	579	0,00	1.536	0,00	-62,30	1.978	0,00	-22,35
Títulos e créditos a receber	1.362.713	1,55	997.050	1,37	36,67	714.946	1,15	39,46
Devedores por compra de valores e bens	27.257	0,03	16.134	0,02	68,94	11.815	0,02	36,56
Diversos	438.577	0,50	352.438	0,48	24,44	397.984	0,64	-11,44
Avais e fianças honrados	23.375	0,03	27.077	0,04	-13,67	20.885	0,03	29,65
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	-58.756	0,07	-50.638	0,07	16,03	-46.452	0,07	9,01
Outros valores e bens	427.133	0,49	356.986	0,49	19,65	210.458	0,34	69,62
Não circulante	20.922.712	23,83	16.475.663	22,63	26,99	14.400.389	23,18	14,41
Realizável a longo prazo	19.044.981	21,69	14.934.441	20,51	27,52	13.055.239	21,02	14,38
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.231.780	1,40	1.966.793	2,70	-37,37	1.953.195	3,14	0,70
Carteira própria	190.009	0,22	214.788	0,29	-11,54	285.747	0,46	-24,83
Vinculados a operações compromissadas	563.142	0,64	699.334	0,96	-19,47	656.342	1,06	6,55
Vinculados a prestação de garantias	478.629	0,55	1.052.145	1,45	-54,51	1.010.414	1,63	4,13
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	526	0,00	-	692	0,00	-23,98
Operações de crédito	17.661.981	20,12	12.748.833	17,51	38,54	10.916.440	17,57	16,78
Setor privado	18.480.796	21,05	13.469.082	18,50	37,21	11.572.971	18,63	16,38
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-818.815	0,93	-720.249	0,99	13,68	-656.531	1,06	9,71
Outros créditos	151.220	0,17	218.815	0,30	-30,89	185.604	0,30	17,88
Rendas a receber	1.684	0,00	2.806	0,00	-39,99	3.928	0,01	-28,56
Títulos e créditos a receber	243	0,00	128	0,00	89,84	11.811	0,02	-98,92
Devedores por compra de valores e bens	62.083	0,07	26.544	0,04	133,89	19.547	0,03	35,80
Diversos	93.313	0,11	191.379	0,26	-51,24	152.390	0,25	25,58
Avais e fianças honrados	188	0,00	206	0,00	-8,74	175	0,00	17,71
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	-6.291	0,01	-2.248	0,00	179,85	-2.247	0,00	0,04
Permanente	1.877.731	2,14	1.541.222	2,12	21,83	1.345.150	2,17	14,58
Investimentos	192.713	0,22	173.988	0,24	10,76	155.640	0,25	11,78
Participação em controladas no país	186.289	0,21	167.803	0,23	11,02	148.423	0,24	13,06
Outros investimentos	6.424	0,01	6.185	0,01	3,86	7.217	0,01	-14,30
Imobilizado de uso	1.261.110	1,44	1.045.224	1,44	20,65	868.378	1,40	20,37
Imobilizações em curso	125.477	0,14	171.734	0,24	-26,94	163.037	0,26	5,33
Imóveis de uso	489.804	0,56	366.855	0,50	33,51	288.389	0,46	27,21
Outras imobilizações de uso	1.319.063	1,50	1.075.152	1,48	22,69	894.508	1,44	20,18
Depreciação acumulada	-673.234	0,77	-568.517	0,78	18,42	-477.556	0,77	19,05
Intangível	423.908	0,48	322.010	0,44	31,64	321.132	0,52	0,27
Aquisição e desenvolvimento de software	768.400	0,88	592.886	0,81	29,60	523.461	0,84	13,28
Aquisição de folha de pagamento	15.051	0,02	7.665	0,01	96,36	-	-	-
Amortização acumulada	-359.543	0,41	-278.541	0,38	29,08	-202.329	0,33	37,67
Total do ativo	87.785.160	100,00	72.810.013	100,00	20,57	62.122.122	100,00	17,20

Passivo e patrimônio líquido Reapresentado	2018	AV(%)	2017	AV(%)	AH(%)	2016	AV(%)	AH(%)
Circulante	37.899.461	43,17	25.664.991	35,25	47,66988	21.901.599	35,26	17,18318
Depósitos	29.271.582	33,34	19.370.187	26,60	51,11667	16.403.223	26,40	18,08769
Depósitos à vista	9.068.059	10,33	6.860.004	9,42	32,18737	6.077.545	9,78	12,87459
Depósitos de poupança	11.620.108	13,24	7.753.682	10,65	49,86568	5.833.400	9,39	32,91874
Depósitos interfinanceiros	4.366.087	4,97	2.765.716	3,80	57,86462	2.647.892	4,26	4,449728
Depósitos a prazo	4.217.328	4,80	1.990.185	2,73	111,90663	1.844.386	2,97	7,905016
Captações no mercado aberto	2.199.265	2,51	940.413	1,29	133,8616	1.082.635	1,74	-13,1367
Carteira própria	208.887	0,24	-	-	-	-	-	-
Carteira de terceiros	1.990.378	2,27	940.413	1,29	111,6493	1.082.635	1,74	-13,1367
Recursos de aceites e emissão de títulos	462.362	0,53	601.727	0,83	-23,16084	127.998	0,21	370,1066
Recursos de letras de crédito do agronegócio	457.657	0,52	343.834	0,47	33,10406	127.998	0,21	168,6245
Obrigações por emissão de letras financeiras	4.705	0,01	257.893	0,35	-98,1756	-	-	-
Relações interfinanceiras	1.750.230	1,99	1.392.782	1,91	25,66432	453.065	0,73	207,4133
Recebimentos e pagamentos a liquidar	451.570	0,51	497.349	0,68	-9,204603	453.065	0,73	9,774315
Repasse interfinanceiros	896	0,00	-	-	-	-	-	-
Transações de pagamento	1.297.764	1,48	895.433	1,23	44,93145	-	-	-
Relações interdependências	178.275	0,20	124.276	0,17	43,45087	133.311	0,21	-6,77739
Recursos em trânsito de terceiros	175.636	0,20	122.755	0,17	43,07849	133.211	0,21	-7,8492
Transferência interna de recursos	2.639	0,00	1.521	0,00	73,50427	100	0,00	1421
Obrigações por empréstimos	590.484	0,67	312.040	0,43	89,23343	382.340	0,62	-18,3868
Empréstimos no País	58.307	0,07	95.863	0,13	-39,17674	68.107	0,11	40,75352
Empréstimos no exterior	532.177	0,61	216.177	0,30	146,1765	314.233	0,51	-31,2049
Obrigações por repasse no País - Instituições oficiais	1.623.659	1,85	1.330.480	1,83	22,03558	1.091.396	1,76	21,90626
Tesouro Nacional	1.508	0,00	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil	61.599	0,07	40.934	0,06	50,48371	23.423	0,04	74,75985
BNDES	1.089.858	1,24	845.225	1,16	28,94294	647.615	1,04	30,5135
FINAME	470.694	0,54	444.321	0,61	5,935574	420.358	0,68	5,700617
Instrumentos financeiros derivativos	546	0,00	48.881	0,07	-98,883	5.867	0,01	733,1515
Instrumentos financeiros derivativos	546	0,00	48.881	0,07	-98,883	5.867	0,01	733,1515
Outras obrigações	1.823.058	2,08	1.544.205	2,12	18,05803	2.221.764	3,58	-30,4964
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	116.497	0,13	107.252	0,15	8,619886	79.547	0,13	34,82847
Carteira de câmbio	40.740	0,05	46.596	0,06	-12,5676	20.439	0,03	127,9759
Sociais e estatutárias	262.400	0,30	223.433	0,31	17,44013	178.095	0,29	25,4572
Fiscais e previdenciárias	141.344	0,16	114.218	0,16	23,74932	127.280	0,20	-10,2624
Negociação e intermediação de valores	295	0,00	1.501	0,00	-80,34644	2.077	0,00	-27,7323
Dívida subordinada	24.830	0,03	8.274	0,01	200,0967	10.167	0,02	-18,6191
Diversas	1.236.952	1,41	1.042.931	1,43	18,60344	1.804.159	2,90	-42,193
Não circulante	35.702.182	40,67	34.978.033	48,04	2,070297	29.964.538	48,23	16,73143
Exigível a longo prazo	35.702.182	40,67	34.978.033	48,04	2,070297	29.964.538	48,23	16,73143
Depósitos	27.971.678	31,86	28.003.225	38,46	-0,112655	23.733.137	38,20	17,99209
Depósitos interfinanceiros	17.167	0,02	829.714	1,14	-97,93097	-	-	-
Depósitos a prazo	27.954.511	31,84	27.173.511	37,32	2,874123	23.733.137	38,20	14,49608
Captações no mercado aberto	818.495	0,93	865.261	1,19	-5,404843	719.554	1,16	20,24963
Carteira própria	818.495	0,93	865.261	1,19	-5,404843	719.554	1,16	20,24963
Recursos de aceites e emissão de títulos	1.901	0,00	9.740	0,01	-80,48255	226.291	0,36	-95,6958
Recursos de letras de crédito do agronegócio	1.901	0,00	5.364	0,01	-64,56003	-	-	-
Obrigações por emissão de letras financeiras	-	-	4.376	0,01	-	226.291	0,36	-98,0662
Obrigações por empréstimos	105.245	0,12	173.800	0,24	-39,44476	-	-	-
Empréstimos no País	965	0,00	-	-	-	-	-	-
Empréstimos no exterior	104.280	0,12	173.800	0,24	-40	-	-	-
Obrigações por repasse no País - Instituições oficiais	6.494.481	7,40	5.646.644	7,76	15,01488	5.037.112	8,11	12,10082
Banco do Brasil	231.805	0,26	196.238	0,27	18,12442	96.226	0,15	103,9345
BNDES	4.739.759	5,40	3.887.136	5,34	21,93448	3.251.771	5,23	19,53905
FINAME	1.522.917	1,73	1.563.270	2,15	-2,58132	1.689.115	2,72	-7,45035
Outras obrigações	310.382	0,35	279.363	0,38	11,10347	248.444	0,40	12,44506
Fiscais e previdenciárias	812	0,00	625	0,00	29,92	347	0,00	80,11527
Dívida subordinada	99.683	0,11	99.675	0,14	0,008026	99.675	0,16	0
Diversas	209.887	0,24	179.063	0,25	17,21405	148.422	0,24	20,64451
Participação de acionistas não controladores	361.879	0,41	361.508	0,50	0,102626	356.508	0,57	1,402493
Participação de acionistas não controladores	361.879	0,41	361.508	0,50	0,102626	356.508	0,57	1,402493
Patrimônio líquido	13.821.638	15,74	11.805.481	16,21	17,07814	9.899.477	15,94	19,25358
Capital social	6.491.979	7,40	5.867.266	8,06	10,64743	5.262.389	8,47	11,49434
Reservas de lucros	5.961.700	6,79	4.745.999	6,52	25,61528	3.790.178	6,10	25,21837
Ajustes de avaliação patrimonial	-230	0,00	-508	0,00	-54,72441	-798	0,00	-36,3409
Lucros acumulados	1.368.189	1,56	1.192.724	1,64	14,71128	847.708	1,36	8489,044
Total do passivo e do patrimônio líquido	87.785.160	100,00	72.810.013	100,00	20,567428	62.122.122	100,00	17,20465

ANEXOS

ANEXO I - Balanço Patrimonial combinado do sistema SICOOB dos anos de 2016 ,2017 e 2018	92
ANEXO II - Demonstração do Resultado do Exercício combinada do sistema SICOOB dos anos de 2016, 2017 e 2018	96
ANEXO III - Balanço Patrimonial combinado do sistema SICREDI dos anos de 2016, 2017 e 2018	97
ANEXO IV - Demonstração combinada do resultado do sistema SICREDI dos anos de 2016, 2017 e 2018	101

ANEXO I - Balanço Patrimonial combinado do sistema SICOOB dos anos de 2016, 2017 e 2018.

BALANÇO PATRIMONIAL COMBINADO SICOOB (EM MILHARES DE REAIS)			
Ativo	2018	2017	2016
Circulante	64.234.551	55.523.446	41.256.549
Disponibilidades	912.006	660.671	517.805
Aplicações interfinanceiras de liquidez	17.182.228	14.166.182	9.435.258
Aplicações no mercado aberto	15.644.557	12.299.315	7.618.008
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.532.233	1.861.084	1.814.042
Aplicações em depósitos de poupança	5.438	5.783	3.208
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6.518.450	6.101.113	5.659.328
Carteira própria	5.786.014	5.549.241	5.286.595
Vinculados a compromissos de recompra	-	3.017	262
Vinculados à prestação de garantias	732.436	548.855	321.532
Instrumentos financeiros derivativos			50.939
Relações interfinanceiras	4.684.614	4.494.281	2.481.904
Pagamentos e recebimentos a liquidar	3.629.378	3.265.528	1.992.311
Créditos vinculados ao Banco Central do Brasil	1.043.455	1.226.830	485.741
Repasse Interfinanceiros/Outros	343	-	-
Relações com correspondentes	191	143	145
Outros	11.247	1.780	3.707
Relações interdependências	18.718	14.334	14.195
Relações interdependências	18.718	14.334	14.195
Operações de crédito	28.418.869	25.005.637	19.883.804
Operações de crédito - setor privado	30.078.922	26.454.435	21.000.494
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.660.053)	(1.448.798)	(1.116.690)
Outros créditos	5.277.991	4.135.446	2.545.800
Avais e fianças	81.651	69.041	57.693
Rendas a receber	19.901	58.813	58.618
Negociação e intermediação de valores	2	11	8
Diversos	5.349.726	4.130.812	2.506.113
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(173.289)	(123.231)	(76.632)
Outros valores e bens	1.221.683	945.782	718.455
Outros valores e bens	1.064.511	866.157	652.655
Despesas antecipadas	157.172	79.625	65.800
Não circulante	40.303.818	34.890.213	34.559.392
Realizável a longo prazo			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	60.227	85.991

Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	60.227	85.991
Títulos e valores mobiliários	14.461.544	14.954.503	13.664.197
Carteira própria	9.477.952	9.729.573	9.574.527
Vinculados a compromissos de recompra	718.949	612.153	163.682
Vinculados ao Banco Central	-	43.280	-
Vinculados à prestação de garantias	4.264.643	4.569.497	3.925.988
Operações de crédito	23.490.175	17.862.328	18.592.256
Operações de crédito - setor privado	24.862.325	18.897.251	19.636.411
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.372.150)	(1.034.923)	(1.044.155)
Outros créditos	92.974	65.056	579.684
Diversos	94.801	65.087	597.914
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(1.827)	(31)	(18.230)
Investimentos	495.598	442.669	346.017
Participações em coligadas e controladas	176.190	132.764	75.748
Outros investimentos de capital	267.064	270.626	243.926
Outros investimentos	52.344	39.279	26.343
Imobilizado	1.702.565	1.456.690	1.228.486
Imóveis de uso	830.282	783.780	653.277
Outras imobilizações de uso	1.773.545	1.441.147	1.229.778
(-) Depreciações acumuladas	(901.262)	(768.237)	(654.569)
Intangível	60.961	48.740	62.761
Softwares	206.762	177.137	173.541
(-) Amortizações acumuladas	(145.801)	(128.397)	(110.780)
Total do ativo	104.538.376	90.413.659	75.815.941
Passivo	2018	2017	2.016
Circulante	79.045.419	68.134.103	56.302.104
Depósitos	64.226.576	55.170.110	
Depósitos à vista	13.591.263	10.353.450	8.060.806
Depósitos de poupança	5.239.256	3.891.630	3.166.741
Depósitos interfinanceiros	2.712.108	3.456.590	3.374.374
Depósitos sob aviso	730.157	799.430	843.267
Recibo de depósitos cooperativos	41.893.095	36.631.812	32.205.731
Certificados de depósitos bancários	60.658	37.070	23.030
Outros	39	128	168
Obrigações por operações compromissadas	61.772	444.708	106.979
Carteira própria	-	8.501	28.109
Carteira de terceiros	61.772	436.207	78.870
Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias e debêntures	2.676.383	2.165.709	1.107.343

Obrigações por emissão de letras de crédito agronegócio	2.676.383	2.165.709	1.107.343
Relações interfinanceiras	2.565.107	2.262.818	1.631.142
Transações de pagamento	2.561.634	2.235.308	1.607.354
Recebimentos e pagamentos a liquidar	-	25.050	12.179
Relações com correspondentes	2.438	2.219	2.392
Outros	1.035	241	9.217
Relações interdependências	676.168	723.868	727.784
Recursos em trânsito de terceiros	676.168	723.867	727.779
Outros	-	1	5
Instrumentos financeiros derivativos	-	235	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	235	-
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	1.988.009	2.495.842	1.727.544
Bacen MCR 6-2 e 6-7	-	479.438	165.765
BNDES	316.277	269.995	276.811
Finame	655.265	153.897	94.561
Banco do Brasil	15.265	107.976	173.953
Funcafé	402.657	923.933	621.831
Outras Instituições Financeiras	598.545	560.603	394.600
Obrigações por repasses no Exterior	-	664	664
Repasses no exterior	-	664	664
Outras obrigações	6.851.404	4.870.149	3.326.531
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	34.224	32.195	21.773
Sociais e estatutárias	840.538	778.352	490.393
Fiscais e previdenciárias	383.664	363.237	302.585
Negociação e Intermediação de valores	50	61	3.258
Diversas	5.592.928	3.696.304	2.508.522
Não circulante	4.167.736	3.729.256	3.072.658
Exigível a longo prazo			
Depósitos	756.439	513.790	343.410
Depósitos interfinanceiros	264.452	141.945	59.755
Certificados de depósitos bancários	491.987	371.845	283.655
Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias e debêntures	1.177.742	490.899	280.791
Obrigações por emissão de letras de crédito agronegócio	1.177.742	490.899	280.791
Obrigações por repasses do País - Inst. Oficiais	2.218.827	2.069.857	1.820.895
BNDES	1.367.876	1.163.150	939.446
Finame	712.356	533.007	178.859

Banco do Brasil	30.846	43.626	490.285
Funcafé	98.209	222.609	114.567
Outras Instituições Financeiras	9.540	107.465	96.652
Outras obrigações	13.728	653.508	625.571
Fiscais e previdenciárias	529	41	236
Diversas	13.199	653.467	625.335
Resultados de exercícios futuros	1.000	1.202	1.991
Rendas antecipadas	1.000	1.202	1.991
Patrimônio líquido	21.325.221	18.550.300	16.441.179
Capital social	13.439.861	12.158.243	10.991.042
Reserva de capital	67.071	54.050	38.977
Reserva de lucros	6.485.628	5.274.546	3.904.786
Lucros ou prejuízos/Sobras ou perdas acumuladas	1.330.429	1.059.800	1.509.220
Reserva de reavaliação	873	901	1.769
Ajuste ao valor de mercado - TVM	1.359	2.819	(4.589)
Ações em tesouraria	-	(59)	(26)
Total do passivo e do patrimonio líquido	104.538.376	90.413.659	75.815.941

ANEXO II - Demonstração do Resultado do Exercício combinada do sistema SICOOB dos anos de 2016, 2017 e 2018.

DEMONSTRAÇÃO COMBINADA DO RESULTADO SICOOB			
	2018	2017	2016
Receitas da intermediação financeira	12.548.515	12.785.541	12.241.058
Operações de crédito	10.093.676	9.386.991	8.834.289
Resultado com títulos e valores mobiliários	2.398.669	3.359.005	3.358.223
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(1.269)	4.605	6.654
Resultado das aplicações compulsórias	49.211	34.850	41.892
Operações de venda ou transferência de ativos	8.228	90	-
Despesas da intermediação financeira	(5.323.666)	(6.219.329)	(6.506.351)
Operações de captação no mercado	(3.151.659)	(4.244.754)	(4.586.871)
Operações de empréstimos e repasses	(181.869)	(180.982)	(219.570)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.989.595)	(1.789.765)	(1.699.910)
Operações de venda ou de transferência de ativos	(543)	(3.828)	-
Resultado bruto da intermediação financeira	7.224.849	6.566.212	5.734.707
Outras receitas (despesas) operacionais	(3.760.708)	(3.523.667)	(3.087.718)
Receitas de prestação de serviços	1.566.298	1.392.273	710.987
Rendas de tarifas bancárias	763.138	619.356	502.618
Despesas de pessoal	(3.131.878)	(2.745.444)	(2.360.067)
Despesas administrativas	(2.551.452)	(2.509.267)	(2.138.199)
Despesas tributárias	(230.607)	(210.166)	(141.541)
Resultado de participações em controladas e coligadas	51.278	39.488	16.967
Outras receitas operacionais	862.514	644.659	753.165
Outras despesas operacionais	(1.089.999)	(754.566)	(431.648)
Resultado operacional	3.464.141	3.042.545	2.646.989
Resultado não operacional	(41.003)	(12.402)	(4.728)
Resultado antes da tributação e da participação no lucro	3.423.138	3.030.143	2.642.261
Imposto de renda e contribuição social	(244.855)	(186.651)	(173.807)
Imposto de renda	(151.065)	(125.874)	(96.972)
Contribuição social	(122.329)	(102.917)	(79.584)
Crédito fiscal diferido	28.539	42.140	2.749
Participação dos empregados no lucro	(92.138)	(61.179)	(49.009)
Lucro líquido do semestre/exercício	3.086.145	2.782.313	2.419.445

ANEXO III - Balanço Patrimonial combinado do sistema SICREDI dos anos de 2016, 2017 e 2018.

BALANÇO PATRIMONIAL COMBINADO			
2016 a 2018 SICREDI			
(Em milhares de reais)			
	2018	2017	2016
Ativo			
Circulante	66.862.448	56.334.350	47.721.733
Disponibilidades	660.833	561.656	503.044
Aplicações interfinanceiras de liquidez	20.407.833	15.011.397	17.396.735
Aplicações no mercado aberto	19.501.590	14.142.353	16.530.494
Aplicações em depósitos interfinanceiros	890.205	844.869	850.683
Aplicações em moedas estrangeiras	16.038	24.175	15.543
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	16.256.176	16.328.210	9.428.664
Carteira própria	13.719.992	13.627.632	4.474.054
Vinculados a operações compromissadas	1.431.609	2.294.953	4.571.541
Vinculados a prestação de garantias	1.103.939	356.369	268.513
Instrumentos financeiros derivativos	636	49.256	114.556
Relações interfinanceiras	2.881.838	1.544.405	1.092.710
Pagamentos e recebimentos a liquidar	319.833	439.518	381.929
Créditos vinculados	2.307.605	1.076.695	680.919
Depósitos no Banco Central	2.307.605	1.076.695	680.919
Correspondentes	20.124	28.192	29.862
Transações de pagamento	234.276	-	0
Operações de crédito	24.186.519	20.997.797	17.856.111
Setor privado	25.647.216	22.409.162	19.282.415
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-1.460.697	-1.411.365	-1.426.304
Outros créditos	2.042.116	1.533.899	1.234.011
Carteira de câmbio	150.502	105.645	52.333
Rendas a receber	82.441	70.297	66.408
Créditos específicos	15.428	14.360	14.114
Negociação e intermediação de valores	579	1.536	1.978
Títulos e créditos a receber	1.362.713	997.050	714.946
Devedores por compra de valores e bens	27.257	16.134	11.815
Diversos	438.577	352.438	397.984
Avais e fianças honrados	23.375	27.077	20.885
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	-58.756	-50.638	-46.452
Outros valores e bens	427.133	356.986	210.458
Não circulante	20.922.712	16.475.663	14.400.389
Realizável a longo prazo	19.044.981	14.934.441	13.055.239

Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.231.780	1.966.793	1.953.195
Carteira própria	190.009	214.788	285.747
Vinculados a operações compromissadas	563.142	699.334	656.342
Vinculados a prestação de garantias	478.629	1.052.145	1.010.414
Instrumentos financeiros derivativos	-	526	692
Operações de crédito	17.661.981	12.748.833	10.916.440
Setor privado	18.480.796	13.469.082	11.572.971
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-818.815	-720.249	-656.531
Outros créditos	151.220	218.815	185.604
Rendas a receber	1.684	2.806	3.928
Títulos e créditos a receber	243	128	11.811
Devedores por compra de valores e bens	62.083	26.544	19.547
Diversos	93.313	191.379	152.390
Avais e fianças honrados	188	206	175
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	-6.291	-2.248	-2.247
Permanente	1.877.731	1.541.222	1.345.150
Investimentos	192.713	173.988	155.640
Participação em controladas no país	186.289	167.803	148.423
Outros investimentos	6.424	6.185	7.217
Imobilizado de uso	1.261.110	1.045.224	868.378
Imobilizações em curso	125.477	171.734	163.037
Imóveis de uso	489.804	366.855	288.389
Outras imobilizações de uso	1.319.063	1.075.152	894.508
Depreciação acumulada	-673.234	-568.517	-477.556
Intangível	423.908	322.010	321.132
Aquisição e desenvolvimento de software	768.400	592.886	523.461
Aquisição de folha de pagamento	15.051	7.665	-
Amortização acumulada	-359.543	-278.541	-202.329
Total do ativo	87.785.160	72.810.013	62.122.122
Passivo e patrimônio líquido Reapresentado			
Circulante	37.899.461	25.664.991	21.901.599
Depósitos	29.271.582	19.370.187	16.403.223
Depósitos à vista	9.068.059	6.860.004	6.077.545
Depósitos de poupança	11.620.108	7.753.682	5.833.400
Depósitos interfinanceiros	4.366.087	2.765.716	2.647.892
Depósitos a prazo	4.217.328	1.990.185	1.844.386
Captações no mercado aberto	2.199.265	940.413	1.082.635
Carteira própria	208.887	-	-
Carteira de terceiros	1.990.378	940.413	1.082.635
Recursos de aceites e emissão de títulos	462.362	601.727	127.998
Recursos de letras de crédito do agronegócio	457.657	343.834	127.998

Obrigações por emissão de letras financeiras	4.705	257.893	-
Relações interfinanceiras	1.750.230	1.392.782	453.065
Recebimentos e pagamentos a liquidar	451.570	497.349	453.065
Repasse interfinanceiros	896	-	
Transações de pagamento	1.297.764	895.433	
Relações interdependências	178.275	124.276	133.311
Recursos em trânsito de terceiros	175.636	122.755	133.211
Transferência interna de recursos	2.639	1.521	100
Obrigações por empréstimos	590.484	312.040	382.340
Empréstimos no País	58.307	95.863	68.107
Empréstimos no exterior	532.177	216.177	314.233
Obrigações por repasses no País - Instituições oficiais	1.623.659	1.330.480	1.091.396
Tesouro Nacional	1.508	-	-
Banco do Brasil	61.599	40.934	23.423
BNDES	1.089.858	845.225	647.615
FINAME	470.694	444.321	420.358
Instrumentos financeiros derivativos	546	48.881	5.867
Instrumentos financeiros derivativos	546	48.881	5.867
Outras obrigações	1.823.058	1.544.205	2.221.764
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	116.497	107.252	79.547
Carteira de câmbio	40.740	46.596	20.439
Sociais e estatutárias	262.400	223.433	178.095
Fiscais e previdenciárias	141.344	114.218	127.280
Negociação e intermediação de valores	295	1.501	2.077
Dívida subordinada	24.830	8.274	10.167
Diversas	1.236.952	1.042.931	1.804.159
Não circulante	35.702.182	34.978.033	29.964.538
Exigível a longo prazo	35.702.182	34.978.033	29.964.538
Depósitos	27.971.678	28.003.225	23.733.137
Depósitos interfinanceiros	17.167	829.714	-
Depósitos a prazo	27.954.511	27.173.511	23.733.137
Captações no mercado aberto	818.495	865.261	719.554
Carteira própria	818.495	865.261	719.554
Recursos de aceites e emissão de títulos	1.901	9.740	226.291
Recursos de letras de crédito do agronegócio	1.901	5.364	-
Obrigações por emissão de letras financeiras	-	4.376	226.291
Obrigações por empréstimos	105.245	173.800	-
Empréstimos no País	965	-	-
Empréstimos no exterior	104.280	173.800	-
Obrigações por repasses no País - Instituições oficiais	6.494.481	5.646.644	5.037.112
Banco do Brasil	231.805	196.238	96.226

BNDES	4.739.759	3.887.136	3.251.771
FINAME	1.522.917	1.563.270	1.689.115
Outras obrigações	310.382	279.363	248.444
Fiscais e previdenciárias	812	625	347
Dívida subordinada	99.683	99.675	99.675
Diversas	209.887	179.063	148.422
Participação de acionistas não controladores	361.879	361.508	356.508
Participação de acionistas não controladores	361.879	361.508	356.508
Patrimônio líquido	13.821.638	11.805.481	9.899.477
Capital social	6.491.979	5.867.266	5.262.389
Reservas de lucros	5.961.700	4.745.999	3.790.178
Ajustes de avaliação patrimonial	-230	-508	-798
Lucros acumulados	1.368.189	1.192.724	847.708
Total do passivo e do patrimônio líquido	87.785.160	72.810.013	62.122.122

ANEXO IV - Demonstração combinada do resultado do sistema SICREDI dos anos de 2016, 2017 e 2018.

Demonstrações combinadas dos resultados SICREDI			
	2018	2017	2016
Receitas da intermediação financeira	5.263.692	5.529.131	5.045.646
Operações de crédito	4.127.947	3.814.244	3.397.285
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	1.834	3.078	960
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	1.064.318	1.671.886	1.623.244
Resultado de operações de câmbio	21.019	6.827	-
Resultado de aplicações compulsórias	48.574	33.096	24.157
Despesas da intermediação financeira	-1.994.512	-2.442.939	-2.504.997
Operações de captação no mercado	-1.338.708	-1.901.790	-1.876.714
Operações de empréstimos e repasses	-205.899	-106.515	26.428
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-449.905	-434.634	-650.009
Resultado bruto da intermediação financeira	3.269.180	3.086.192	2.540.649
Outras receitas (despesas) operacionais	-1.667.762	-1.615.245	-1.431.176
Receitas de prestação de serviços	909.912	732.016	610.863
Despesas de pessoal	-1.140.483	-1.030.214	-883.748
Outras despesas administrativas	-1.046.137	-917.229	-795.814
Despesas tributárias	-51.853	-42.301	-39.317
Resultado de participações em controladas	12.373	10.873	12.839
Outras receitas operacionais	330.376	202.484	208.492
Outras despesas operacionais	-681.950	-571.174	-544.491
Resultado operacional	1.601.418	1.470.647	1.109.473
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	1.601.418	1.470.647	1.109.473
Imposto de renda e contribuição social	-64.328	-86.776	-81.691
Imposto de renda	-32.094	-46.338	-47.345
Contribuição social	-24.934	-33.837	-34.498
Créditos fiscais diferidos líquidos	-7.300	-6.601	152
Participações nos lucros	-141.165	-122.448	-98.962
Participação dos acionistas não controladores	-33.587	-34.329	-29.068
Lucro líquido do semestre	1.362.338	1.227.094	899.752
Juros sobre o capital próprio	-6.861	-17.247	-18.105